

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

THAYANNE GUILHERME CALIXTO

MULHERES EMPODERADAS? UM ESTUDO SOBRE O PROTAGONISMO DISCENTE
NO CURSO DE PEDAGOGIA

João Pessoa – PB

2018

THAYANNE GUILHERME CALIXTO

MULHERES EMPODERADAS? UM ESTUDO SOBRE O PROTAGONISMO DISCENTE
NO CURSO DE PEDAGOGIA

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado para obtenção de grau de
Licenciatura em Pedagogia da Universidade
Federal da Paraíba.

Orientadora: Profa. Dra. Jeane Félix da Silva

João Pessoa – PB

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C154m Calixto, Thayanne Guilherme.
MULHERES EMPODERADAS? UM ESTUDO SOBRE O
PROTAGONISMO DISCENTE NO CURSO DE PEDAGOGIA /
Thayanne Guilherme Calixto. - João Pessoa, 2018.
94 f. : il.

Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Gênero. 2. Empoderamento. 3. Protagonismo.
4. Pedagogia. I. Título

UFPB/BC

THAYANNE GUILHERME CALIXTO

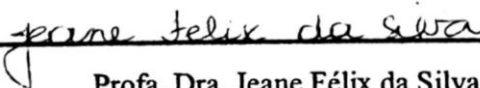
MULHERES EMPODERADAS? UM ESTUDO SOBRE O PROTAGONISMO DISCENTE
NO CURSO DE PEDAGOGIA

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de
grau de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba

Orientadora: Profa. Dra. Jeane Félix da Silva

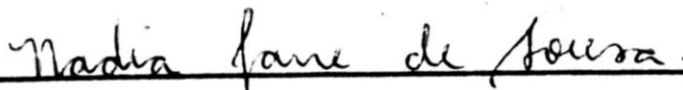
Aprovado em: 07 / 11 / 2018

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Jeane Félix da Silva

UFPB (Orientadora)



Profa. Dra. Nadia Jane de Sousa

UFPB (Examinadora)



Profa. Dra. Mariana Lins de Oliveira

UFPB (Examinadora)

Dedico esta monografia à todas as mulheres
que marcaram a minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Hoje, dia 20 de outubro de 2018, nomearei algumas pessoas cuja as presenças foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Estar diante da palavra “Agradecimentos” é reviver um filme, que me leva até o resultado do ENEM 2013, que para a minha surpresa revelou a aprovação no curso de Pedagogia e no dia 08/09/2014 estava atravessando pela primeira vez os corredores da UFPB. Cheguei na universidade me sentindo uma estranha, com tantas pessoas diferentes, me parecia um mundo isolado do mundo que eu conhecia (ou será que eu estava isolada?), mas, que hoje se transformou na minha segunda casa. Nesses momentos parece que tudo se torna clichê... Hoje, estou me despedindo de um lugar tão importante na minha vida, que me possibilitou dias alegres, tristes, de conflitos, companheirismos, lutas, paixões, afetos e amor. Essa despedida ultrapassa os muros da universidade, quando percebo que estou prestes a viver outro relacionamento com aquelas pessoas que por quatro anos suportaram as minhas ausências, as mudanças de humor, tristezas, angústias e me disseram “eu acredito em você”. Essas pessoas são a minha família, minhas companheiras e meus amores, que me ajudaram a crescer, me acolheram e me sustentaram durante esses quatro anos na graduação. A seguir, nomeio aquelas e aqueles que amo e que dedico esta conquista.

À mulher da minha vida, Joana Palma de Lucena. Minha avó, matriarca da família, que me deixou no dia 24 de dezembro de 2012 e a quem eu dedico todas às minhas conquistas.

À minha mãe, Ana Lúcia, por ser referência em minha vida, símbolo de força e empoderamento. Todas as minhas melhores palavras e sentimentos dedico a ti, minha flor.

Jobson, meu pai, obrigada por acreditar em mim, estar presente em minha vida, ser paciente e amoroso em todos os momentos. Você é o meu amor na terra!

Thiago, meu irmão, a quem eu admiro muito e dedico a minha luta em defesa das minorias. A sua vida importa!

Vera, Lilian, Carlinhos e Jhonatan, não poderia deixar de agradecer a vocês por todo o carinho e dedicação que tiveram comigo. Obrigada por acreditar em mim e me apoiar, estão marcados em meu coração e minha memória.

Janaina, minha madrinha querida, você foi a mulher que me impulsionou escolher o curso de Pedagogia. Tem toda a minha admiração e respeito, és incrível.

Paula, obrigada pelo companheirismo desde a nossa infância e por ter me apresentado o feminismo. Minha pesquisa foi possível graças a você!

Natália, companheira que a universidade me presenteou, obrigada por existir, por ser tão generosa e feliz. Obrigada por todas as palavras de incentivo, pela alegria, amor, sorrisos, apoio e compreensão, tenho muita admiração e orgulho de ter você como amiga. O mundo é seu, conquiste-o!

Suênia, minha amiga querida, obrigada por todos os momentos e sentimentos compartilhados. Desejo muito amor, sucesso e luz na sua jornada, quero estar com você e comemorar cada conquista. Obrigada por me deixar fazer parte da sua vida!

Marlene, você foi a primeira pessoa que enxergou potencial em mim, mostrou que na relação universitária é possível encontrar pessoas que ficam felizes com o crescimento das outras. Obrigada por todos os momentos de aprendizagens, confiança, “puxões de orelha” e afeto, você é uma mulher incrível e sou feliz por ter cruzado o seu caminho. Sem você esse momento não seria possível.

Nádia, obrigada pelo carinho, pelo incentivo e por mostrar que a universidade também é um espaço de humanidades, de pessoas iguais (verdadeiramente iguais). Você é uma pessoa única e especial, que felicidade ter convivido com você. Tu é maravilhosa mulher!

Jeane, minha orientadora querida, você conseguia entender até o não dito, muito obrigada por todos os momentos de trocas, provocações, sugestões, leituras e dedicação. A universidade merece mais pessoas como você.

Obrigada as mulheres que aceitaram participar desta pesquisa e tornar tão especial esse momento de conclusão de uma jornada. Vocês são mulheres lindas, incrivelmente fortes e empoderadas. Gratidão por compartilhar comigo as suas histórias!

À todas as pessoas que cruzaram o meu caminho e fizeram dele mais feliz, todos e todas são importantes em minha vida.

Por fim, quero agradecer a Joana Clara, a segunda Joana da minha vida e aquela que tem todo o meu amor. Eu desejo que você cresça em um mundo livre, justo e bom para as mulheres. Minha luta também é por você!

*“Por um mundo onde
sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes
e totalme*

Rosa Luxemburgo

RESUMO

Este trabalho dedica-se a refletir sobre os processos de empoderamento protagonizados por mulheres discentes do curso de Pedagogia da UFPB/Campus I, com o objetivo de identificar em que medida a relação entre o curso de Pedagogia e grupos ou coletivos facilitam os processos de empoderamento destas mulheres. Ao realizar um levantamento no curso de Pedagogia, treze estudantes foram reconhecidas como protagonistas pela sua atuação no campo dos direitos. Para refletir sobre os processos de empoderamento vivenciados por elas, realizei entrevistas narrativas a fim de conhecer suas trajetórias de vida e luta. Os conceitos que fundamenta teoricamente este trabalho são: gênero, empoderamento com foco em mulheres e protagonismo. Esses conceitos foram utilizados como categorias analíticas do material empírico deste trabalho. Com isso, o capítulo intitulado “Discentes empoderadas no curso de Pedagogia?” está dividido em três sessões, são elas: trajetórias de vida e relações de gênero; “deixe-me falar”: empoderamento de mulheres; e “sou protagonista da minha história”; cada sessão enfatiza uma categoria analítica. A universidade, assim como o curso de Pedagogia, produz(em) diferentes sentimentos nas pessoas que transitam por entre salas, praças e corredores. Neste caminho, o curso representou para uma parcela das participantes o ponto inicial para ingressar em grupos e coletivos, ao passo que, para outras mulheres, o curso deixa a desejar no tocante às discussões de gênero e como impulsionador para vinculação a grupos e coletivos. Apesar disso, os processos de aprendizagens e contribuições na formação docente foram destacados por todas as participantes, que veem positivamente a relação entre o curso de Pedagogia e grupos e/ou coletivos.

Palavras-chave: Gênero. Empoderamento. Protagonismo. Pedagogia.

ABSTRACT

This work aims to reflect on the processes of empowerment featuring female students of the Pedagogy course of UFPB/Campus I, with the goal of identifying to what extent the relationship between the Pedagogy course and groups or collectives facilitate the processes of empowerment of these women. After conducting a survey in the pedagogy course, thirteen students qualified as protagonists because of their performance in the human rights field. To reflect on the processes of empowerment experienced by them, I conducted narrative interviews to understand better their background stories and their struggles. The three concepts that theoretically underlie this work are gender issues, empowerment focusing on women and leadership. These concepts were used as analytical categories in the empirical material of this work. Hence, the chapter entitled “Are students empowered in the Pedagogy course?”, is divided into three sessions, they are the background stories and gender relationships; “let me speak”: the empowerment of women; and “I am the protagonist of my story”. Each session emphasises an analytical category. The university, as well as the Pedagogy program, causes different feelings in the people that pass through the classrooms, squares and corridors. In this way, the course was, for a share of the participants, the starting point to join in the groups and collectives, while for other women, the course is considered tawdry in regards of gender discussions and as a booster for linking the groups and organisations. In spite of this, the processes of learning and the contributions in the teacher training process were highlighted by all participants, who see a positive relationship between the Pedagogy course and groups and collectives.

Keywords: Gender. Empowerment. Protagonism. Pedagogy.

SUMÁRIO

1 EU, FEMINISTA	12
2 GÊNERO, EMPODERAMENTO E PROTAGONISMO DE MULHERES.....	19
2.1 Instituições generificadas, relações desiguais	19
2.2 Empoderamento com foco em mulheres	25
2.3 Práticas educativas e protagonismo	32
3 NAS TRILHAS DOS PROCESSOS DE EMPODERAMENTO: DOS PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	37
3.1 O que dizem as autoras?	37
3.2 Mulheres empoderadas	40
3.3 Encontros	46
3.4 Nas trilhas do empoderamento	47
4 DISCENTES EMPODERADAS NO CURSO DE PEDAGOGIA?	49
4.1 Trajetórias de vida e relações de gênero.....	49
4.2 “Deixe-me falar”: Empoderamento de mulheres.....	64
4.3 “Sou protagonista da minha história”	76
5 NÓS, EMPODERADAS?	88
REFERÊNCIAS	91
ANEXOS	93
APÊNDICES	94

1 EU, FEMINISTA

Pensar minha trajetória como mulher, feminista e ativista é dar lugar a fragmentos de lembranças que percorrem a minha mente como um flash, criando cenários, faces, sons, sensações e colorindo o vazio do pensamento adormecido. Quando era criança aprendi que menina tem que ficar de perna fechada ou cruzada porque é uma mocinha. Ainda criança me foi ensinado que eu tinha a obrigação de fazer as tarefas domésticas porque se não o fizesse ia me tornar preguiçosa e não arranjava marido, o que soava algo muito ruim naquela época. Não passada a infância, me foi ensinado também que eu deveria baixar a cabeça quando estivessem falando comigo, sobretudo, homens, não importava qual, eu devia respeito. Na mesma época, aprendi que ainda que eu gostasse de correr, jogar bola, brincar de bola de gude, cuscuz¹, barra bandeira, baleado, etc. na rua, eu não podia brincar porque era menina e menina não fica na rua até tarde brincando com meninos, fica em casa brincando de boneca e casinha, mas, eu nunca gostei dessas brincadeiras.

Quando os primeiros sinais de crescimento dos seios surgiram, ganhei vários sutiãs, precisava esconder o meu corpo que estava se transformando, precisava não permitir os olhos dos homens os alcançassem. Não tardou a menstruação veio, espantada com aquilo eu gritei “mãe, o que é isso?” e ela me disse “você agora é uma moça”, me ensinou que todos os meses isso iria se repetir, o que eu deveria fazer e como esconder. Entre as colegas da escola aquilo era o máximo, éramos moças e podíamos conversar sobre namorados e falar sobre aquele assunto proibido, o sexo. Aprendi, também, que eu tinha que me dar ao respeito, isso significava não usar roupas curtas para não chamar atenção dos homens, não exagerar no decote ou na maquiagem para não ser vulgar, ser uma moça comportada e direita porque se eu ficasse falada no bairro ninguém ia querer namorar sério comigo, os rapazes iam me usar e depois me deixar. Nessa fase, surgiram as ameaças e as proibições no tocante a sexualidade, meus passos eram fiscalizados, seja em casa ou na escola, aspectos que não impediram que situações em torno da sexualidade ocorressem, muitas de forma desastrosa e provando que ser mulher é automaticamente ser culpada por qualquer violência que aconteça com o seu corpo.

Quando surgiu o primeiro namorado, nunca havia conversado sobre sexo com os meus pais; esse assunto era proibido porque eu era muito nova, então, acreditei que aquele seria finalmente o momento, mas, não foi. Para a minha surpresa vigilância e ameaças aumentaram.

¹ Nessa brincadeira se fazia um bolo de areia (parecido com o cuscuz) e colocava um palito ou pedaço de pau no meio, cada criança ia tirando um pouco de areia e aquela que derrubasse o palito recebia palmadas das demais.

As minhas inquietações não eram respondidas na família, mas, eram assuntos corriqueiros entre as amigas da escola que tinham as mesmas dúvidas, vivíamos trocando informações, principalmente, quando surgiram os computadores e várias “lan houses²” foram abertas no bairro. A era da internet e das redes sociais havia chegado junto com a nossa adolescência, se tornando o principal veículo de obter informações, com pesquisas na madrugada ou quando estava sozinha em casa. As principais dúvidas eram: “como fazer sexo”, “como dar e sentir prazer”; além das pesquisas para ver corpos nus. Nestas pesquisas, ficava evidente que a mulher tinha que dar prazer ao homem e a internet mostrava meios para isso, mas, pouco se encontrava sites que ensinasse aos homens como dar prazer à mulher no sexo; indiretamente, o prazer feminino era negado em detrimento do prazer do homem, fazendo surgir “dicas de como conquistar um homem na cama”, “3 dicas de como dar prazer ao seu parceiro”, “como os homens gostam na hora do sexo”, entre outras. Fui ensinada a servir, a obedecer e dar prazer ao outro, no entanto, o que me foi ensinado não me parecia atrativo, eu queria mais, queria conhecer mais sobre o meu corpo, sobre o meu prazer, sobre liberdade. Assim, proibições e ameaças em forma de cuidado não saciaram o meu desejo por mim, que, tardiamente, descobri as possibilidades de satisfação que o corpo feminino oferece.

Trago um depoimento que mantive oculto até participar de uma Jornada de Estudos Feministas, em 2015, promovida pela Frente Feminista do Levante Popular da Juventude e a Marcha Mundial das Mulheres. Aconteceu por volta dos meus seis anos, estava com a minha família e outros parentes na granja em que meus padrinhos moravam, já era noite e eu, meus primos e primas estávamos brincando de esconde-esconde, quando corri para me esconder na casa ao lado. Nesse momento, tio Serrão - amigo dos meus padrinhos - me chamou e perguntou se eu queria ganhar 1,00 real. Nossa!!! Para uma criança era muito, aceitei sem pensar, então, ele disse: “vem aqui no colo do tio que você ganha”. Eu me aproximei e ele me colocou no braço, pegou a nota de 1,00 real e começou a levantar minha blusa...eu não entendia o que estava acontecendo. Ele começou a beijar e tentar me chupar. Comecei a me debater e empurrar, ele notou que eu estava fazendo barulho e me soltou. Corri para o quarto da minha prima e fiquei escondida lá até alguém aparecer. Outra situação ocorreu ainda na infância, era final de tarde na pequena sala da Alfabetização, com carteiras de madeira verdes, o imenso quadro negro e as/os várias/os coleguinhas amontoadas/os ao redor da tia na expectativa de ir para casa. Eu estava na porta, quando um coleguinha veio em minha direção

² Estabelecimento comercial que presta serviço de computadores com acesso à internet.

tentando me beijar, minha única reação foi atingi-lo com um soco na barriga e correr para a sala do meu irmão, deixando o menino chorando.

Agora, me lembro do último ano do ensino fundamental, quando minhas dúvidas em torno da sexualidade só cresciam. O Bruno do ensino médio queria ‘ficar’ comigo, minhas amigas me cercaram incentivando para que eu aceitasse ‘ficar com ele’, e foi o que eu fiz. Nos encontramos atrás das salas, mas, o boato tinha se espalhado e um menino da escola filmou nosso beijo, enviando por bluetooth ou infravermelho, para várias pessoas da escola, até chegar aos ouvidos do diretor, que foi até minha sala e me levou para a direção junto com outra colega chamada Thyanne. Todas e todos ficaram comentando, fazendo piadas e criando histórias sobre o aconteceu... O Bruno? Ninguém falou sobre ele.

Os 15 anos trouxeram como marca minha predisposição em questionar *coisas inquestionáveis*. Desse modo, antes de entrar na universidade e estudar sobre gênero, burlei regras, participei do meu primeiro protesto contra o aumento da passagem em Santa Rita, no qual, me vi diante de homens fardados agredindo pessoas que estavam lutando por melhores condições dos serviços públicos, colegas ao meu lado com feridas de balas de borracha no rosto, chutes e bombas de “efeito moral”. Voltamos correndo na BR-230 em Bayeux até o primeiro posto em Santa Rita, talvez, depois desse dia, não tenha sido a mesma. Não poderia ser a mesma!

Ao chegar no curso de Pedagogia, em 2014, minha amiga do ensino médio, que estava no segundo período de História, me apresentou os primeiros conceitos feministas. Senti algo crescer dentro de mim e comecei a buscar mais, me aprofundar em um movimento que, no presente, me constitui como mulher. Senti meus olhos abrirem para um mundo que havia sido velado durante muitos anos, uma sociedade marcada por desigualdades, em que as mulheres eram (e continuam sendo) menos favorecidas, o que se multiplica quando são associados outros marcadores sociais como classe, raça, etnia, geração, local de moradia, entre outros.

Diante de um turbilhão de informações e vivências, passei a me questionar se era ou não feminista. Nesse período, minhas relações pessoais passaram por grandes mudanças, sobretudo, em razão dos meus questionamentos corriqueiros e por não me calar diante de frases pejorativas ou insultos às mulheres por serem mulheres, passei da “pessoa legal” à “feminista chata” e esses olhares me incomodaram por um tempo... mas é um caminho sem volta! Essa sou eu e, quando finalmente assumi a identidade e pronunciei “sou feminista”, os olhares ou piadas não mais me atingiam. Ao contrário, passei a sentir orgulho de ser a

“feminista chata”. Apesar dos primeiros passos, reconhecer-me como feminista me custou pessoas, amizades e relações, não disse que foi fácil, mas foi libertador.

Nessa jornada, encontrei outras mulheres, companheiras de luta e vida. Vejo uma construção contínua da minha identidade feminista, sobretudo, quando é possível impulsionar outras mulheres ao mesmo movimento de descoberta ao qual fui apresentada, provocando-as a pensar sobre o que é “ser mulher” e o conjunto de símbolos que nos constituem, linha essa que busco seguir nos meus espaços de convívio, especialmente, na minha família. Através das aprendizagens com o movimento feminista, procuro sensibilizar minha mãe, mostrando a necessidade de se empoderar nas situações do cotidiano, sobretudo, no trabalho, enfrentando o machismo presente nas atitudes e comentários aos quais foi sujeitada a ouvir, no momento em que assumiu o cargo de mecânica na indústria que trabalha. Situações de violências são comuns nos espaços trabalhistas, sobretudo, quando uma mulher ocupa um cargo de ‘poder’, um lugar considerado do homem. Logo, surgem ataques e calúnias à sua imagem, utilizando sua condição de mulher como forma de constrangê-la.

Em maio de 2017, ingressei no Movimento Estudantil no curso de Pedagogia, espaço que não me dispensou de situações de discriminação por ser mulher, seja por companheiros do próprio movimento, como por professores que, sutilmente, vão silenciando a voz das alunas mulheres. Pertencer ao movimento estudantil me inseriu em um lugar de privilégio no curso, uma posição de poder que nem todos/as estudantes ocupam. No entanto, houve situações em que meu corpo foi objetificado, minha voz foi silenciada, meus argumentos foram desconsiderados e minha roupa tornou-se a pauta. Existiram momentos em que trabalhos realizados por mim tiveram o mérito automaticamente conferidos a um colega homem, assim como propostas levantadas por mim em discussões não foram levadas em consideração até que um homem as fizesse, o que bastava para tornar aquilo tornar-se pertinente.

Apesar desses episódios me mantive no Movimento, e, pelo Diretório Acadêmico (DA) representei um curso majoritariamente composto por mulheres (tanto entre estudantes quanto entre os/as docentes) mas que, em geral, é representado e liderado pelos homens, cabendo às mulheres, quando muito, os cargos de vice. Ser integrante de Movimento Estudantil também fez emergir um olhar cuidadoso para minha futura atuação como educadora, refletindo sobre a consciência política e como não é possível dissociá-la da prática nos espaços escolares e não escolares, em especial, enfatizando a atuação da mulher na política, experiência que vivenciei e fui reconhecida como tal.

No Brasil, do século XXI, ainda falta muito para atingirmos patamares de redução das desigualdades sociais, do respeito à diversidade e à equidade de gênero. Vivenciamos, desde o golpe de 2016, um desmonte dos direitos conquistados através da luta feminista, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, *queer*, intersexuais – LGBTQI e dos movimentos sociais com vista o alcance de direitos. Mulheres continuam sendo mortas por serem mulheres, ainda somos culpabilizadas pelas violências cometidas contra nós, nosso corpo ainda é subjugado, erotizado, nossa sexualidade continua sendo vetada e comercializada, ainda somos minoria na política, continuamos recebendo salários inferiores aos dos homens mesmo quando exercemos a mesma ocupação, a rua ainda não nos é segura, o aborto segue criminalizado, ainda somos vítimas de violência obstétrica, entre outras violações.

Cotidianamente, me vejo com o corpo demarcado por regras e normas sociais, as quais busco transgredir por meio da relação com outras mulheres, que me ajudam no enfrentamento do machismo sutil de cada dia, como também, nutrindo-me das epistemologias feministas, dos direitos das mulheres, e, de conhecimentos que me fortalecem na luta que é acordar todos os dias e travar batalhas na conquista de espaço e voz. “Empodere uma mulher” configurou-se em um lema para a vida, em que, através de uma relação mútua acontece a troca de forças e coragem para enfrentar as situações do cotidiano que envolvem violência e discriminação, seja no âmbito acadêmico, pessoal, social, de trabalho ou de ativismo.

Falar sobre as mulheres é, também, falar sobre quem eu sou, sobre minhas ancestrais e sobre todas as mulheres que morreram na luta pelos direitos das mulheres. Hoje, olho para trás e vejo minha mãe, minhas tias e minha avó, oito mulheres que tiveram suas trajetórias marcadas pela opressão, mas, que transcenderam espaços e normas sociais. Descender de uma família que, por várias gerações, têm sido liderada por mulheres com baixa escolaridade e chegar ao ensino superior é, também, sinônimo de conquista. Este espaço, o qual ocupei há quatro anos, marcou a história da nova geração de mulheres fortes que tiveram seu acesso ao estudo negado em nome de um poder: o patriarcal, do “chefe da família”. Essas mesmas mulheres seguraram a minha mão me impulsionando a sair desse lugar, a conquistar espaços e “ser alguém”, alguém que eu já sou, por mim, por elas e por todas que tiveram seus direitos arrancados pelo simples fato de serem mulheres.

Vislumbrar o meu passado e o das minhas ancestrais faz correr em minhas veias forças capazes de me manterem na luta e quando me refiro à luta, ela está presente à começar do percurso de casa até o trabalho, a universidade, o caminhar da rua de casa ao ponto de ônibus

sabendo que os sons das buzinas de carros e motos vão surgir para mostrar que “de burca ou shortinho” somos assediadas, somos piadas e nossos nomes se transformam em “psiu”. Essa luta também está presente nos enfrentamentos aos comentários sexistas vindos dos e das colegas da universidade, da família, do ciclo de amigos/as e de todos os homens que se utilizam de micro poderes para intimidar e constranger a nós mulheres. Luta é também voltar para casa à noite com o mantra “não seja hoje o meu dia”, ecoando silenciosamente dos corpos tomados pelo medo do estupro.

Hoje, faço uma leitura diferente das situações narradas, em que meu corpo foi inscrito, física e psiquicamente, deixando marcas que só foram percebidas em sua dimensão com a minha inserção nos estudos feministas, que abriu as portas para o ativismo em favor das minorias, da educação, da saúde e pela vida das mulheres. Nesse sentido, meu olhar sobre o ativismo feminista ganha forma nas situações simples do cotidiano. Nos espaços de idas e vindas, instigando a reflexão acerca da produção de discursos que legitimam a violência contra as mulheres, os quais me sinto no dever de reagir e agir, mas, para isso, vejo a necessidade de “estar empoderada”, sobretudo, por não considerar o empoderamento como um estado fixo, no qual somos empoderadas todo o tempo, mas como algo que emerge em determinados momentos, e fica invisível em outros. São nesses momentos que tenho a sensação de ser testada, de fazer ecoar toda a ciência que acumulei e venho agregando nessa rede que são os estudos de gênero e feminismos, buscando confrontar e afrontar todo o sistema que me educou para a sujeição, com isso, desejo estar empoderada.

Diante disso - e com toda afetação que essa discussão me traz - decidi me debruçar, neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Pedagogia, a conhecer sobre os processos de empoderamento que mulheres estudantes do curso e que são ativistas passam, com o objetivo de refletir sobre a relação entre o curso de Pedagogia e a atuação nos movimentos sociais como facilitadores nos processos de empoderamento destas mulheres. Assim, neste TCC, o encontro com mulheres estudantes do curso de Pedagogia do Centro de Educação, na Universidade Federal da Paraíba – Campus I, que ao compor grupos e coletivos protagonizam em diferentes espaços, não só o da universidade, transformou-se no objetivo deste estudo, que busca conhecer essas mulheres, suas trajetórias de vida e luta e compreender de que modo identificar-se como protagonista favorece (ou não) nos processos de empoderamento destas mulheres.

Com a intenção de facilitar a leitura, este TCC está dividido em 3 capítulos, a saber: o primeiro, apresenta as reflexões teóricas acerca dos conceitos de gênero, empoderamento com

foco em mulheres e protagonismo; no segundo capítulo, apresento o tipo de pesquisa, perfil das participantes e minhas escolhas teóricas e metodológicas nesta pesquisa; o último capítulo, apresenta a análise do material empírico, introduzindo as falas das estudantes e o que dizem as autoras ao me darem base para refletir acerca daqueles depoimentos, memórias e sentimentos.

Cabe informar que, utilizarei o pronome “Eu” para iniciar e “Nós” para concluir este trabalho. Ao buscar justificativas para essa escolha, vejo o quanto a ação de me colocar, expor e dizer “este é o meu lugar de fala” ultrapassa o sentimento individual e subjetivo, pois, à medida em que surge a presença de outras mulheres a palavra “Eu” se transforma, passa a ser constituída através da relação com a outra, nesse caso, as mulheres participantes desta pesquisa. Ao passo que escrevo sobre elas, também escrevo sobre mim, sobre como nossas trajetórias se cruzam em determinados momentos e como se separam frente às escolhas que fazemos, sobre como ser mulher faz com que nossos corpos sejam inscritos, psíquica e fisicamente. Neste sentido, o “eu” ultrapassa o ser fabricado e fragmentado que caminha a passos lentos e firme em busca da liberdade, chamada Thayanne, para se transformar em “nós”, quinze mulheres (eu, minha orientadora e treze mulheres que aceitaram participar da pesquisa), pois, sem elas este trabalho não seria possível.

Diante de tantas afetações, não seria possível falar sobre isso sem me colocar em primeira pessoa e reafirmar o lugar da mulher feminista nesse processo de escrita, ponto de vista que não seria possível, também, sem o olhar sensível da minha orientadora. Vale ressaltar, que a escrita em primeira pessoa está alicerçada nas concepções das estudiosas feministas, e como afirma Guacira Louro³ (2016, p 23) “pesquisadoras escreviam em primeira pessoa. Assumia-se com ousadia, que as questões eram *interessadas*, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres”, com isso, reafirmo o caráter político e feminista que essa escrita possui.

³ Estou ciente que, de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), não é necessário colocar o primeiro e o último nome de autores/as, contudo, por uma questão política e para dar visibilidade às autoras mulheres, opto por colocar o nome e o sobrenome na primeira vez que citar algum trabalho produzido por mulher(es). Cabe destacar que essa estratégia tem sido utilizada por outras autoras feministas.

2 GÊNERO, EMPODERAMENTO E PROTAGONISMO DE MULHERES

Este capítulo trata sobre as escolhas teóricas sobre as categorias gênero, dividido em três tópicos, são eles: Instituições generificadas, relações desiguais; *empowerment of woman* ou empoderamento de mulheres; e práticas educativas e protagonismos. No tópico *instituições generificadas, relações desiguais* apresento alguns conceitos sobre o termo gênero, priorizando os que mais se aproximam da perspectiva deste trabalho. No tópico *empowerment of woman ou empoderamento de mulheres* faço uma reflexão sobre o conceito de empoderamento unido a questão da(s) mulher(es). No tópico *práticas educativas e protagonismos* discorro sobre os processos de aprendizagens vivenciados a partir dos conceitos sobre protagonismo social.

2.1 Instituições generificadas, relações desiguais

Eu comecei a compreender o gênero quando eu comecei a me identificar como mulher, foi o primeiro ponto inicial, antes da academia, quando eu entendi que “você é uma menina, feche as pernas!” (Carolina, 2018)⁴

Reconhecer-se como mulher em uma sociedade é ter o corpo profundamente inscrito em discursos e práticas que vão demarcando nossos lugares como meninas e mulheres, reproduzindo normas de gênero, fabricando comportamentos e constituindo, aquilo que tem sido chamado de “política do corpo sexuado” (LOURO, 2016), que sutilmente vai policiando corpos para que sigam apenas os comportamentos ‘permitidos’ ao seu sexo, soa como uma tentativa de fazer alguém vestir uma roupa que pode ou não pertencer ao seu corpo. Visando problematizar esses lugares, o termo *gender* (traduzido, em português, como gênero), segundo Dagmar Meyer (2003) foi cunhado pelas estudiosas feministas por volta da década de 1970, sendo definido como a construção social das masculinidades e feminilidades. O uso do termo pelo movimento e pelas teóricas feministas buscou desnaturalizar relações desiguais de poder entre mulheres e homens, desigualdades essas que se intensificam em razão de marcadores como raça, classe, geração, entre outros. As normas de gênero afetam as mulheres de modos diferentes, por isso, o conceito de gênero deve ser pensado numa perspectiva plural, em interfaces que nunca se esgotam.

⁴ Trecho de fala de uma das participantes da pesquisa, que será discutido no capítulo de análise.

O trecho que inicia este capítulo nos ajuda a pensar em como o marcador de gênero age, de modo quase naturalizado, no interior das famílias. A frase “você é uma menina, feche as pernas!”, busca ensinar à menina que seu corpo não pode ser posicionado de qualquer forma e que ela deve se conter, se esconder, se calar, se dar ao respeito, tudo que é permitido ou não por ser identificada como uma menina, ou melhor, sobre o que se construiu (e é ensinado por diversas instâncias acerca do) que é ser menina. Assim, como afirma Louro (2016) o gênero não se encontra exterior ao espaço privado, tampouco, as relações pessoais advindas do convívio familiar, ao contrário, as experiências vivenciadas pelas mulheres no interior das casas são implicadas pelo gênero, cultura e poder, aspectos que tornaram-se objetos de estudo das feministas acadêmicas, dispostas a se debruçar sobre a mulher (não qualquer mulher, mas, a mulher branca, educada e dona de casa). Conforme Louro (2016, p. 23) as feministas inicialmente “falaram do cotidiano, da família, da sexualidade, do doméstico, dos sentimentos”, acrescentado um novo modo de fazer pesquisa científica, a partir de “histórias de vida; de fontes iconográficas”.

Vale ressaltar que o conceito de gênero, conforme entendido aqui, consiste em uma categoria estruturante nas/das instituições sociais, que tem sua história estreitamente vinculada aos estudos feministas, os quais inserem o gênero como uma categoria analítica na organização das relações sociais (MEYER, 2003). Guacira Louro (1997) reafirma essa relação com o movimento feminista ao mostrar que esse se debruça sobre as implicações do gênero no campo social. Entendendo que o termo “gênero” possui uma história e não está desvinculado de questões sociais, políticas e culturais, vamos dar um passeio sobre algumas das diferentes perspectivas analíticas de seu uso.

Em um estudo sobre os “usos e incompreensões do conceito de gênero”, as autoras Maria Eulina Carvalho e Glória Rabay (2015) afirmam que antes do conceito ser incorporado pelas feministas, havia sido empregado pelo sexólogo John Money, em seus estudos sobre pessoas intersexuais. No entanto, em meados da década de 1970, a terminologia foi absorvida pelos estudos feministas e, no Brasil, passou a ser empregado no final dos anos 1980, no contexto geral da segunda onda do movimento feminista (CARVALHO; RABAY, 2015). De acordo com as autoras, “a apropriação do conceito pelas acadêmicas feministas deu-se em oposição ao uso histórico do determinismo biológico para justificar a subordinação das mulheres, devido a sua fragilidade muscular e capacidade reprodutiva, no contexto da divisão sexual/social do trabalho” (CARVALHO; RABAY, 2015, p. 120). Essa noção vem sendo contestada assiduamente por estudiosas contemporâneas, sobretudo, pelo seu caráter binário,

que coloca o gênero como sinônimo de homem e mulher ou na relação dominador e dominada, em que a mulher sempre ocupa o lugar de sujeição, compreensão que por muito tempo ocupou os estudos científicos, mas que passaram a ser problematizadas a partir dos estudos feministas e de gênero. Louro (1997, p. 21) ressalta que também não há intenção de negar o sexo, embora a ênfase deve ser dada a “construção social e histórica produzida sobre as características biológicas”, ou seja, aos aspectos destacados no âmbito das relações de gênero.

O gênero, como uma esfera de poder, opera não na relação binária entre homem e mulher, mas, atravessa todas as relações, sejam entre mulheres, mulheres e homens, entre homens ou entre as múltiplas identidades que acabam por transgredir essa visão binária. Além disso, segundo Joan Scott (1990) o gênero se materializa no interior das e pelas relações de poder, além disso, a autora afirma que “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 88). Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”, no campo das significações é também compreendido como um processo inacabado, que não possui fim.

A própria justificativa de inferioridade natural da mulher nasce, sobretudo, das classes média e alta, em que a divisão sexual do trabalho (público/privado) se intensifica e as mulheres são mantidas no lar, recebendo educação para prendas domésticas. No entanto, é necessário que haja concepção(ões) de mulher(es) para que esse formato de relacionamento entre as sujeitas⁵ seja legitimado, logo, características como delicadeza, fragilidade, amor maternal são introduzidas de “goela a baixo”. Apesar da propagação desse discurso, o perfil traçado para a mulher não contempla a diversidade de mulheres existentes na sociedade, em especial, as mulheres negras que, de acordo com Sueli Carneiro (2003) no âmbito do mercado de trabalho, são as menos remuneradas quando comparadas com os homens, brancos e negros, e com as mulheres brancas. Angela Davis (2016) aborda essa questão ao ressaltar que, no período da escravidão, as características tidas como femininas não alcançavam as negras escravas, que executavam trabalhos com o mesmo rigor que seus companheiros homens, sendo consideradas seres sem gênero (na perspectiva da feminilidade exacerbada e predisposição às características tidas como de mulheres).

⁵ Apesar de reconhecer que na língua portuguesa a forma correta para o termo é sujeito, no âmbito deste trabalho que trata sobre o empoderamento de mulheres eu opto por usar “sujeitas”, como estratégia para subverter a norma masculinizante que opera como legitimadora do patriarcado no âmbito da norma culta.

Davis (2016) acrescenta que o espaço que as mulheres negras ocupam no trabalho decorre desse processo histórico de exploração da mão-de-obra da população negra, em que a mulher não era diferenciada do homem, ao contrário, no sistema escravista ambos/as eram vistos como produtos. E, com isso, essas mulheres sempre estiveram fora do lar, executando trabalhos manuais, nas lavouras, minérios, casa grande, entre outros. De acordo com a autora, essa realidade vivenciada pelas mulheres negras, no século XIX, as diferenciava da realidade das mulheres brancas, dado que, em razão da dura realidade, não recebiam educação para delicadeza, prendas e recato, ao contrário, para as mulheres negras eram apresentados chicotes e instrumentos de trabalho. A educação recebida pelas mulheres de classe média as colocava em um lugar de privilégio em relação às demais mulheres e, também, aos homens negros, visto que, por mais enclausuradas que se encontrassem, a educação fazia com que essas mulheres dispusessem de ferramentas para contestar a desigualdade vivenciada entre seus companheiros nos espaços de política e poder. Paralelo a isso, temos a resistência da mulher negra, que buscava formas alternativas de se comunicar, promover fugas e revoltas contra a escravidão, algumas delas aprendiam a ler e escrever na madrugada, dispondo do tempo de descanso para conhecer as letras e ensinar a suas irmãs e irmãos, neste contexto, o conhecimento era visto como uma ferramenta fundamental na luta contra a escravidão.

No Brasil, a escravidão também é fator importante na reflexão sobre o lugar ocupado pelas mulheres negras na sociedade atual. Sueli Carneiro (2018, p. 1) ressalta que a violação cometida contra mulheres negras e indígenas faz parte da identidade nacional. Segundo a autora, “essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades”. A autora destaca que as mulheres negras não se encaixa(va)m no “mito da fragilidade”, uma vez que, eram responsáveis pela execução de trabalhos manuais desde a infância. A essas mulheres também eram atribuídas as funções de cozinhar, lavar, passar, cuidar das crianças e atender as exigências das senhoras e senhores. Como se não bastasse, Lélia Gonzales (1984) acrescenta que as mulheres negras eram mais vulneráveis a investidas sexuais, em razão da coisificação e objetificação do corpo da mulher negra, que, segundo a autora, continua sendo perpetuada na sociedade brasileira.

Gonzales (1984) afirma que as mulheres negras que antes ocupavam as senzalas hoje ocupam as periferias, comunidades e bairros carentes do país; as mulheres negras responsáveis pela casa grande se transformaram no grande quantitativo de empregadas domésticas negras no país; as mulheres que tiveram seus corpos marcados e violentados são vistas como “rainhas carnavalescas” porque sua carne é vendida a preço barato. Neste sentido,

Carneiro (2018) e Gonzales (1984) realizam reflexões acerca da realidade da mulher negra como efeito do sistema de escravidão, que gerou o racismo institucional, por vezes negados em detrimento da ideia de que “não existe racismo no Brasil”. A autora acrescenta que “é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha” (GONZALES, 1984, p. 231).

Apesar das lutas travadas pelo reconhecimento dos direitos civis para os homens negros (dado que as mulheres negras eram consideradas “o outro do outro”), a maior luta enfrentada pela população era pela sobrevivência. Esses fatores faziam com que a bandeira levantada pelas feministas da classe média pelos direitos das mulheres não agregasse as mulheres negras, que estavam lutando, em âmbito coletivo, pelo direito à vida e, em âmbito individual, para serem reconhecidas como pessoa. Como salienta Davis (2016, p. 39) “as mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivências durante a escravidão [...] as encorajavam a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas”. Ao delinear essa diferença, busco apontar para as diferentes formas de ser mulher, do mesmo modo, que o gênero deve ser visto implicado pela raça, assim como por outros marcadores, como uma categoria estrutural da sociedade.

Discutir gênero, antes de tudo, é refletir sobre a organização social dos corpos. Corpos que, para além do determinismo binário homem e mulher, são organizados a partir da lente de gênero (MICHELE VASCONCELOS; FERNANDO SEFFNER, 2015), e que estão imbricados por questões de raça, classe e geração, além de se produzirem em meio às práticas cotidianas de instituições sociais como família, escola, religiões, medicina (patológica), mercado e política, operando na dinâmica da relação entre as/os sujeitas/os. Esses espaços agem de maneiras sutis no enquadramento dos corpos, por exemplo quando, na família, presencia-se a reprodução de discursos sexistas como aqueles que dizem “sente como uma mocinha”, “segurem suas cabras porque meu bode está solto”, “tem que aprender a cozinhar para casar”, entre tantos outros que buscam ensinar as meninas a se enquadrarem no modelo de mulher idealizado para elas. Algumas igrejas pregam a castidade e a repressão às manifestações da sexualidade - sobretudo das mulheres (minando as curiosidades com castigos de ordem celestial): “isso é pecado”, “moça direita tem que se dá ao respeito”, “a mulher sábia edifica a sua casa”, “o homem nasceu para a mulher e a mulher para o homem”.

As mesmas instituições, atualmente consagradas em sociedade, passaram a ser responsáveis pelo controle massivo da sexualidade da mulher, veiculando métodos de prevenção a gravidez e Infecções sexualmente transmissíveis – IST, HIV/Aids, mas, que não se detém ao prazer da mulher, reduzindo-a a uma “máquina reprodutiva”. A sexualidade se vê constantemente próxima ao gênero, ambas possuem identidades, plurais, mutáveis e passíveis de transformação. Identidade sexual e identidade de gênero são produzidas culturalmente (LOURO, 2016), eis a diferença (conceito não acabado) entre elas: identidades sexuais se referem a quem o/a sujeito/a direciona o seu desejo (pessoas do mesmo sexo, pessoas do sexo oposto, ambos os sexos) e como vivencia a sexualidade; enquanto a identidade de gênero consiste na forma como a pessoa se enxerga, como se identifica, seja conforme a identidade binária (“feminino” e “masculino”) ou com identidades não-binárias. Ambas as identidades não são fixas, tornando possível transitar pelas possibilidades existentes ou criar outras possibilidades de vivenciar as identidades sexual e de gênero. Nessa direção, Guacira Louro (2016, p. 12) afirma:

Essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes e, depois, nos parecerem descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas. Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais.

Nesse sentido, nossas identidades são construídas culturalmente em uma determinada sociedade. No entanto, essa mesma identidade é transitória e “estar” parece mais apropriado do que “ser”. Com isso, se pretende afirmar o caráter construtivo e fluido das identidades de gênero e sexuais, ultrapassando as noções dicotômicas e binárias das identidades (homem/mulher, dominador/dominada, heterossexual/homossexual), para reconhecer que existem mulheres e homens que vivenciam suas identidades fora da referência posta, sendo, por vezes, não consideradas/os como formas verdadeiras (LOURO, 1997), mas, que possibilitam transgressão.

Diante disso, para Meyer (2003) torna-se necessário falar sobre um novo olhar dado ao conceito de gênero pelas feministas contemporâneas que têm se aproximado das noções pós-estruturalistas, olhando o gênero de um lugar diferente, percebendo a produção da(s) sujeita(s) por meio de processos culturais, sociais e históricos, todos eles imbricados pela/na linguagem. Além disso, essas linguagens e sistemas simbólicos produzem significações, que não são fixas e/ou lineares, mas, instáveis e em constante transformação.

A lógica desse poder é entendida descentralizada de instituições ou da relação dominador e dominada (homem/mulher), atravessando todas as relações e sendo exercido de diferentes formas. Para uma melhor compreensão, pensemos uma mulher branca advogada frente a um homem negro, de baixa escolaridade e que trabalha como prestador de serviço terceirizado. Nessa situação hipotética, quem está em uma posição de privilégio? Assim, o exercício de poder é para além da relação homem *versus* mulher, sendo exercida ora por mulheres, ora por homens, pertencentes a diferentes raças, etnias, classes e gerações.

Nessa linha de pensamento, as relações seriam estabelecidas através de processos generificados (que acontecem de múltiplas formas, por meio de diferentes instâncias), que corroboram nas diferenças vivenciadas em uma dada sociedade, além de estar intimamente ligada ao poder. Discurso e poder estão presentes nas diversas instituições sociais, que direta e indiretamente, consistem em espaços de convívio entre sujeitas/os que produzem e são produzidas/os pela linguagem, assim, é preciso olhar para esse discurso através da lente de gênero, que nos aproxima de frases comuns como “rosa é cor de menina”.

Essa concepção também nos desafia a olhar dentro das próprias práticas de construção científica a partir do gênero, desconstruindo as esgotadas formulações sobre essa categoria e, inserindo no lugar desse viés dicotômico as mulheres negras, mestiças, indígenas, com deficiência, e todas aquelas que tiveram suas reivindicações apagadas em nome de uma hegemonia branca e da classe economicamente privilegiada. Louro (2016, p. 37) acrescenta que esses mesmos grupos são capazes de “fazer dos espaços e das instâncias de opressão lugares de resistência e de exercício de poder”. Diante disso, faço igual convite ao que as autoras Michele Vasconcelos, Lívia Cardoso e Jeane Félix (2018, p. 16) nos provocaram, com suas palavras: “o convite é para considerar as singularidades de cada mulher, bem como suas singularizações, seus momentos de vida, seus trânsitos, pois somente o tempo, suas andanças e a tessitura de suas histórias vão lhes revelar quem são. E, nós, temos vontade de cantar e dançar”.

2.2 Empoderamento com foco em mulheres

Antes de iniciar a discussão sobre empoderamento com foco em mulheres, faz-se necessário falar sobre a origem do termo. A palavra *empowerment* é de origem inglesa, seu significado se detém ao campo individual, que diz respeito a obter liberdade e controle da própria vida, ou como diz o Cambridge Dictionary “o processo de ganhar liberdade e poder

para fazer o que você quer ou controlar o que acontece com você”. No Brasil, a palavra foi traduzida para “empoderamento”, Joice Berth (2018) ressalta que na perspectiva freireana o termo tem se empregado na relação de emancipação das/os oprimidos/as, a partir da conscientização crítica da realidade.

O conceito de empoderamento feminino (ou com foco em mulheres) surge na década de 1980, período que havia um crescente descontentamento das mulheres feministas na época para com os modelos políticos e econômicos que ‘visavam’ o desenvolvimento. Assim, em razão da aproximação com o pensamento freireano as ativistas passaram a inserir esse conceito dentro dos estudos de gênero, apontando para o empoderamento como um elemento importante na autonomia e libertação das mulheres.

Em meio a avanços e retrocessos na luta das mulheres das últimas décadas, vê-se crescendo esse movimento em busca do empoderamento, que é visto como uma ferramenta possível na igualdade de gênero e combate a todas as formas de discriminação contra as mulheres. O empoderamento (“*empowerment*”) é um termo que aliado às noções de gênero nos provoca a pensá-lo pelo caráter político, cultural e social, ao passo que há um reconhecimento das desigualdades vivenciadas pelas mulheres no âmbito social, que, precisam ser ultrapassadas, tornando o empoderamento palpável nas ações humanas.

A perspectiva de empoderamento na presente pesquisa consiste em processos individuais e coletivos que visam a emancipação das mulheres concomitante a transformação social. A perspectiva individual está no autoconhecimento, autoestima, autonomia, surgindo nas relações coletivas, por isso, empoderamento individual e coletivo são processos indissociáveis, que se cruzam construindo e desconstruindo esses processos, ou como diz Joice Berth (2018, p. 42) “uma coletividade empoderada não pode ser formada por individualidades e subjetividades que não estejam conscientemente atuantes dentro de processos de empoderamento”. Vale ressaltar que o empoderamento não é um estado fixo, mas, instável e que oscila; portanto, não é um processo acabado, e sim contínuo.

Debruçar-me sobre o empoderamento de mulheres significa, muitas vezes, atribuir nome a algo intrínseco à vida cotidiana de muitas mulheres, seja direta ou indiretamente. Para isso, há de se levar em consideração “Qual o lugar de fala dessa mulher?” dado que, como discutido, não existe um modelo homogêneo de mulher, assim, não há como falar de “mulher”, mas, de “mulheres”, que além do gênero, possuem outros marcadores sociais, como raça, classe, geração, que atravessam suas vidas e as colocam em trajetórias distintas. Essa(s) mulher(es) pode(m) ser preta(s), parda(s), periférica(s), empregada(s) doméstica(s),

empreendedora(s), moradora(s) de rua, branca(s), classe média, operária, estudante(s), professora(s), entre outras. Suas subjetividades, contextos de vida e realidade socioeconômica farão com que esses processos ocorram de modos distintos, ao mesmo tempo, que suas vidas vão se distanciando e se aproximando nessa relação.

Na vida dessas mulheres o empoderamento pode surgir em suas múltiplas faces; se pensarmos na mulher negra da periferia, essa mulher pode desconhecer o termo “empoderamento”, mas, vivenciá-lo no cotidiano diante das cobranças para assumir uma postura de mulher empoderada no enfrentamento das situações cotidianas – seja de violência ou para sobrevivência – não como uma escolha, mas, como uma necessidade, para ser respeitada (muitas vezes, na periferia) e garantir seu lugar. Em contrapartida, temos outro perfil de mulher, a mulher acadêmica que se nutre diariamente do sentido epistemológico da palavra e atribui significado a esse sentimento de ‘estar empoderada’ frente ao machismo, buscando se empoderar em situações de violência, assédio (moral ou sexual) entre pares. Essa mulher tem consciência que essa violência possui uma historicidade e implica diretamente na sua vida; em outras palavras, temos mulheres que por escolha ou não vivenciam experiências de empoderamento em sua trajetória de vida.

O exemplo acima, que trata sobre a dualidade em que surge o empoderamento, busca exemplificar como esse processo se manifesta em lugares e modos diferentes, no entanto, por ocorrer na relação individual está fadada a não transformação, pois, como exemplifica Berth (2018), para que uma pessoa pertencente a um grupo minoritário alcance ascensão social, é preciso que as pessoas do seu grupo também o alcancem. A autora utiliza o exemplo da população negra, afirmando que, ainda que um jovem negro alcance um patamar de prestígio social, este mesmo jovem está vulnerável a sofrer discriminação e preconceito por pertencer a esse grupo minoritário, que, ainda se encontra em situação de desigualdade e marginalização social. Vejamos outro exemplo, uma mulher negra da periferia que ascende uma carreira de jornalista em rede nacional, apesar de sair do contexto em que vivia e estar cercada de pessoas brancas e de classe média/alta, não está livre de preconceito e violência em razão da cor, dado que o grupo racial ao qual pertence continua marginalizado. Assim, utilizando os pressupostos freireanos, a transformação só ocorrerá se esse grupo também empoderar-se diante da sua realidade, o que coloca o empoderamento não mais no campo individual, e sim coletivo, uma vez que não está dissociado de questões econômicas e políticas.

Neste caminho, um ponto importante está no empoderamento através da perspectiva política e econômica, dado que um passo importante para o alcance da autonomia está na

independência econômica das mulheres. À vista disso a ONU MULHERES BRASIL (2017) juntamente com a Rede Brasileira do Pacto Global das Nações Unidas lançou uma Cartilha (com base na cartilha oficial (WEPs) com 7 princípios de empoderamento para mulheres nos espaços de trabalho, mais precisamente nas iniciativas privadas. Os princípios de empoderamento das mulheres, apresentados na cartilha são:

1. “Estabelecer liderança corporativa de alto nível para a igualdade de gênero;
2. Tratar todos os homens e mulheres de forma justa no trabalho – respeitar e apoiar os direitos humanos e a não-discriminação;
3. garantir a saúde, a segurança e o bem-estar de todos os trabalhadores e as trabalhadoras;
4. Promover a educação, a formação e o desenvolvimento profissional das mulheres;
5. Implementar o desenvolvimento empresarial e as práticas da cadeia de suprimentos e de marketing que empoderem as mulheres;
6. Promover a igualdade através de iniciativas e defesa comunitária; e
7. Mediar e publicar os progressos para alcançar a igualdade de gênero. (ONU MULHERES, 2017, p. 3)

Essas formulações colocam o empoderamento dentro do contexto formativo e do mercado de trabalho a fim de que as mulheres tenham participação econômica, possuam as mesmas oportunidades de ascensão da carreira nos espaços de trabalho e alcancem independência econômica. O caderno aponta que apesar dos desenvolvimentos do mundo globalizado, as mulheres continuam em situação de discriminação e exclusão nos trabalhos, sobretudo, nos setores privados e quando se trata de ascensão de carreira as portas são fechadas às mulheres.

Os princípios de empoderamento apresentam possibilidades das empresas do setor privado de promover a igualdade de gênero entre funcionários e funcionárias. No Brasil, já existem empresas que adotam a igualdade de gênero e assumem o compromisso de inserir na empresa práticas de combate à discriminação e promoção de oportunidades iguais. Um movimento mundial que se alastrou em nível global é o “HeForShe” que significa Eles por Elas, chamando atenção para a participação dos homens nesse movimento pela igualdade de gênero, com isso, empresas brasileiras como Avon, Itaipu e KPMG estão articuladas a essas iniciativas a fim de promover ambientes sem discriminação (ONU MULHERES, 2017).

Para que esses princípios sejam adotados é preciso que as empresas façam autoavaliação sobre a atual situação frente às questões de gênero, identificando e criando práticas e políticas que visem a igualdade, incluindo questões como saúde da mulher,

segurança e combate à violência institucional, que consequentemente leva aos inúmeros casos de assédio sexual nos ambientes de trabalho, além da desvalorização em detrimento da maternidade que resulta em discursos como “mulher tem que receber menos porque engravida” e na defesa deste argumento por figuras de influência da população, a exemplo do pronunciamento do candidato⁶ à Presidência da República no Brasil, no ano de 2018. No Brasil, existem programas que visam auxiliar as empresas a aderir políticas de equidade de gênero, a exemplo o Programa Pró-equidade de Gênero e Raça⁷, que é uma iniciativa do governo federal, que conta com a coordenação da Secretaria de políticas para as mulheres do Ministério das Mulheres, que já se encontra na 6ª edição, realizada no ano de 2016. O programa se propõe a apresentar novas concepções de gestão de pessoas, a fim de que políticas de promoção a igualdade na oportunidades de empregos, ascensão de trabalho, tratamento similar (livre de assédios), e investimento na formação de mulheres para ocupação de cargos de prestígio.

Vale ressaltar que essas empresas não empoderam as mulheres; as mulheres se empoderam. Assim, o papel dessas organizações são de promover espaços e possibilidades para que essas mulheres vivenciem processos de empoderamento, o que não é uma regra, pois, as mulheres pode se empoderar até em espaços não propícios a isso, apenas pelo fato de estarem inseridas em atividades no espaço público. Todavia, a promoção de iniciativas igualitárias mostra-se como um caminho importante na inclusão/participação das mulheres na economia.

Iniciativas como essas são importantes na conquista de espaços para às mulheres; entretanto, quando aliamos a questão de raça e gênero percebemos a distância da ocupação desses espaços entre mulheres brancas e mulheres negras. Assim, é preciso estar atenta para a seguinte questão: Quais mulheres estão ocupando esses espaços? A filósofa Sueli Carneiro nos ajuda a pensar sobre essa relação quando aponta que apesar dos grandes avanços das mulheres no mercado de trabalho, a questão de raça continua sendo um divisor de águas, tendo em vista que mais de 40% das mulheres negras estão inseridas no trabalho doméstico e quando (não sem sacrifício) conseguem estudar para garantir melhores condições de vida, se

⁶ Entrevista realizada pelo Jornal Zero Hora e 2014, para conferir matérias e entrevistas sobre acesse: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/08/confira-a-entrevista-dada-por-bolsonaro-em-2014-citada-pelo-candidato-no-jornal-nacional-cjkfdf5op00ns01muzcwifo8.html>> , <<https://www.youtube.com/watch?v=rstRfaGJqY&t=113s>> , <<https://www.youtube.com/watch?v=5Fc-mbbI2U4>>.

⁷ Para saber mais, acessar: <<http://www.ipea.gov.br/sites/en-GB/proequidade>>

inserir em trabalhos com menor rendimento salarial e prestígio. Essa questão não está dissociada das questões de classe, uma vez que, mulheres das camadas populares que possuem pouca escolarização estão ocupando cargos em prestadoras de serviços, indústrias e comércio, enquanto as mulheres da classe média que dispõem de uma educação de qualidade, ensino superior, estão ocupando cargos de maior prestígio salarial.

Berth (2018, p. 58) parece estar atenta a essa disparidade quando aponta para “as críticas ao esvaziamento do significado do sentido original de *empoderamento* pela perspectiva econômica das mulheres negras”, exclusão que ocorreu com a população negra de forma geral, para compreender como isso se dá no contexto atual, pensemos o período da escravidão, no qual a compra da liberdade se tornou possível; poucas eram as pessoas negras que alcançavam o capital necessário para isso. Nesse período as mulheres tiveram papel importante, uma vez que vendiam doces e quitutes nas ruas para juntar dinheiro e libertar filhos/as, companheiros/as, seguidamente com a abolição da escravatura negros e negras faziam parte do sistema não formal de emprego, enquanto europeus e europeias eram transportados/as para ocupar postos de trabalhos; isso não fez com que as pessoas negras deixassem de ser exploradas, ao contrário, como afirma Berth (2018, p. 59)

Agora com uma boa máscara social que a um só tempo ia de encontro com os novos arcabouços jurídicos que proibiam a escravização, mas que não rompiam com o esquema usado durante todo o período colonial: havia um “salário” ou os serviços prestados eram “pagos”. Esse pagamento, bem sabemos, embora a história não enfatize, era somente para garantir alguma alimentação e/ou local para dormir.

As modificações no sistema trabalhista não foram suficientes para combater a exploração da mão-de-obra negra, tampouco, para garantir a inserção da população negra em espaços formativos com possibilidades de igualdade de acesso. Esta disparidade é intensificada conforme políticas neoliberais são implementadas no país. Neste sentido, as formulações de princípios de empoderamento, cartilhas e programas para a igualdade no mercado de trabalho devem se atentar não somente ao gênero, mas, a raça, que historicamente tem sido um fator determinante na violência, desigualdade e discriminação na sociedade brasileira.

Ainda se tratando de empoderamento pelo viés da economia, entendendo que o fator capital (dinheiro) ainda se constitui em uma ferramenta no fortalecimento das mulheres e participação na economia e riqueza gerada no país, um programa que é reconhecido por

favorecer a participação das mulheres é o programa Bolsa Família⁸, criado em outubro de 2003 no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que possibilitou as mulheres a participação direta na gerência do recurso. Uma pesquisa realizada por Nathalia Moreira, Marco Ferreira, Afonso Lima e Ivan Ckagnazaroff (2012) com agentes sociais de Centros de Referência de assistência social (CRASS) em Minas Gerais, discorre sobre o empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, apontando que essas mulheres se sentem importante ao administrar recursos que antes não tinham (ou que eram negados pelos companheiros), algumas nunca tiveram contas bancárias, no entanto, as mulheres mostram mais responsabilidade no uso do dinheiro que normalmente vai para alimentação, roupas, materiais escolares.

Nesta pesquisa, uma das falas de um/a agente dizia “elas se sentem importantes. Sempre que ela vêm fazer o cadastro no CRASS, tem um espaço para colocar o documento. Elas tiram com certo orgulho o cartão da bolsa. Elas apresentam o cartão como se fosse um cartão de crédito” (MOREIRA; FERREIRA; LIMA; CKAGNAZAROFF, 2012, p. 414). Um aspecto importante consiste na relação estabelecida entre benefício e direito, dado que quando essas mulheres se inseriram no programa e passavam a frequentar o CRAS, elas também desenvolviam consciência de que aquilo era um direito garantido. Nesta relação a educação possui papel fundamental e é vista nesses espaços a partir dos processos de autonomia, consciência crítica e participação das mulheres na gerência desse recurso; tudo isso consiste em processos educativos fundamentais no empoderamento dessas mulheres.

Além de tudo, há um aspecto fundamental no debate sobre empoderamento que trata da participação social, significativa ao tratarmos de gestão e democratização da política, participação que vai além do depósito de voto a cada 4 anos, e sim no envolvimento com as questões comunitárias, ou como ressalta Berth (2018, p. 64) “isso significa dizer que falar em empoderamento de um grupo social é necessariamente falar sobre democracia e expansão da sua atual restrita aplicação”, com isso, a participação cidadã se mostra como um espaço possível de enfrentamento e resistência desses grupos, sobretudo “quando falamos de grupos oprimidos, cujas vozes muitas vezes são silenciadas”.

Os debates em torno da participação cidadã tem enveredado por dois caminhos, há quem deseje que essa participação seja ativa e que para isso sejam criados mecanismos de aproximar as pessoas das transformações políticas que atinge diretamente a vida de todos as

⁸ Para conhecer o programa acesse o link <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>.

pessoas pertencentes a uma dada sociedade. No entanto, há também pessoas que veem essa participação como uma ameaça ao poder que por longos anos se concentra em uma pequena parcela da população. Vale ressaltar que políticas de participação social foram barradas, como por exemplo, o Decreto 8.423/14, que visava regulamentar a criação desses mecanismos, fazendo com que a população tivesse participação ativa no governo. A participação da qual falamos deve ser pensada como um projeto de sociedade, para que as decisões sejam descentralizadas e as políticas públicas criadas dialoguem com a real situação da população.

Neste sentido, a participação das mulheres em associações, grupos e coletivos mostra-se como um espaço em que elas possam protagonizar coletivamente, atuando como cidadãs que participam e acompanham efetivamente as mudanças, seja no bairro, na cidade ou no país. Esses espaços contribuem também no tocante ao olhar crítico das mulheres, que passam a fazer diferentes leituras das notícias que são veiculadas. Quando esses coletivos são compostos só por mulheres ocasionam fortalecimento e autonomia daquelas que compõem o grupo, fazendo com que se empoderam dentro de seus relacionamentos, enfrentando situações de violência, saindo de situações de violência, e percebendo que são capazes de protagonizarem não apenas nesses espaços, mas, na sua vida de modo geral.

Ao lado da participação social temos o protagonismo, que acontece por meio da ação coletiva, em espaços que as responsabilidades são compartilhadas (sem a necessidade de uma figura central – líder) é como uma colcha de retalhos em que todos e todas são partes importantes de um mesmo processo. Sobre esse conceito e os processos educativos que irei me deter na próxima sessão.

2.3 Práticas educativas e protagonismo

A educação acontece em todos os espaços sociais, não se restringindo à escola, muito embora, nesse espaço a educação é sistematizada através de uma rede de conhecimentos produzidos, os quais conhecemos como “ciência”. No entanto, vale ressaltar que esses saberes são produzidos a partir de um lugar, de uma pessoa e de uma experiência, e isso faz com que todas e todos estejamos inseridas/os em processos educativos, inclusive, ao compor grupos ou coletivos diversos. Neste sentido, tratarei das práticas educativas a partir de dois véis: inicialmente abordando sobre o gênero dentro dos espaços educativos formais, em seguida, sobre as práticas educativas dentro de grupos/coletivos através da lente de gênero.

No debate do campo escolar, quero iniciar com um relato de uma sessão pública que participei como ouvinte no dia 09 de novembro de 2017 na câmara municipal de João Pessoa. A sessão tratou da implantação do Projeto de Lei “Escola Livre” proposto pela vereadora Sandra Marrocos; de imediato me espantou o esvaziamento de professoras e professores da rede pública de ensino comparado a quantidade de cidadãos e cidadãs que estavam lá para “defender a família”. Em contrapartida, estavam presentes estudantes secundaristas, professoras e professores de instituições federais e pessoas vinculadas a sindicatos, assistência social, etc. Após a apresentação do Projeto, as pessoas que integravam a mesa apresentaram suas falas, em seguida iniciaram as inscrições para a assembleia participar do debate; os discursos mais comuns eram “estou defendendo a família”, “esse projeto é uma cópia do Projeto Escola sem partido”, “quem educa meus filhos sou eu e não admito que nenhuma professora queira colocar ideologia de gênero na minha filha”, “professor está na escola pra ensinar português e matemática e não ideologia de gênero, é a mesma coisa que pegar um Uber e dizer que quer ir para o Alto do Mateus e ele te levar para Mangabeira”, “não a ideologia de gênero”, entre outros. De modo geral, as manifestações de ódio em nome da moral se sobressaíram em grande parte dos discursos.

Nesta sessão pública, a palavra “gênero” ganhou cunho negativo, as pessoas mostraram confusão e incompreensões sobre o que significa gênero, por vezes, assumindo uma postura leiga e preconceituosa, que acaba por adentrar os espaços escolares. Com isso, é necessário nos perguntarmos como a escola vem atuando frente às questões de gênero, ressaltando que o gênero, como uma esfera de poder atravessa todas as instituições sociais, atuando no interior delas, inclusive, na educação, que comumente tem sido vista como uma organização de dominação, controle e normalização dos corpos. Sobre isso, as autoras Vasconcelos, Cardoso e Felix (2018, p. 7) reiteram que “nossos corpos (generificados) são educados por meio de um conjunto de processos que nos conformam, e pelos quais somos conformadas e conformados, em mulheres e em homens”.

No interior das escolas, são instituídas inúmeras estratégias de disciplinamento e normalização dos corpos, que se dá por meio de “currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processo de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe”, que são geridos por esses traços, ao mesmo tempo, que os produz (LOURO, 1997, p. 68). O governo dos corpos se constitui também como uma prática educativa, pois se aquele corpo é inscrito, ensinado, direcionado a

seguir um determinado papel, claro que isso não atinge como um soco as pessoas, são formas sutis de demarcar o lugar que cada um deve ocupar.

Se pensarmos uma sala de aula de escola convencional, temos carteiras enfileiradas para que alunos e alunas se sentem ajustando seus corpos de acordo com aquele espaço. Agora imagine que diariamente somos direcionados a ajustar nossos corpos em cadeiras de meninos e meninas, o espaço das meninas vai se tornando menor – “cruza as pernas!” – você tem que sentar. Sobre isso, Louro (2016, p. 64) enfatiza que a relação tempo-espaço é vivenciada de maneiras distintas nos espaços escolares, vista muitas vezes como algo natural, tanto que segundo a autora “observamos, então, que eles parecem “precisar” de mais espaço do que elas, parecem preferir “naturalmente” as atividades ao ar livre”.

Assim, situações do cotidiano de meninos e meninas não vistas como a ordem natural das coisas, “registramos a tendência nos meninos de “invadir” os espaços das meninas, de interromper suas brincadeiras”, no entanto, se as meninas invadem ou participam das brincadeiras dos meninos imediatamente recebem olhares e falas de reprovação por ocupar um espaço que não é seu. Vale ressaltar, que no momento das brincadeiras também existe uma recusa entre as meninas de aceitar os meninos.

Para falar sobre normalização e governo dos corpos, é preciso considerar um fator que atua de modo sutil atravessando as relações, isto é, a linguagem, que para além de expressar as relações de poder é responsável também pela produção do poder e da diferença. Através da linguagem que a menina aprende “menina brinca de boneca e menino de carrinho”. Como aponta Louro (2016, p. 70) “é impossível esquecer que uma das primeiras e mais sólidas aprendizagens de uma menina na escola consiste em saber que, sempre que a professora disser que “os alunos que acabarem a tarefa podem ir para o recreio”, ela deve se sentir incluída. Esse aspecto mostra o quanto nossa linguagem está enraizada numa perspectiva masculina, em que as salas de aula são ocupadas em sua maioria por mulheres e estamos fadadas a utilizar “professor”, “pedagogo”, quando na turma só tem um homem e as professoras dizem “todos” para que as mulheres se sintam incluídas.

Se as diferenças são fabricadas no interior das escolas, e por elas naturalizadas, os efeitos nas vidas das crianças são prolongados. De acordo com a pesquisa das autoras Carvalho e Rabay (2015) existe uma disparidade entre discentes e docentes homens e mulheres em cursos considerados masculinos na Universidade Federal da Paraíba como efeitos da pedagogia de gênero instaurada nos espaços da educação básica, a qual, direciona meninos e meninas a seguirem carreiras diferentes com base em aptidões ditas ‘naturais’ de

cada sexo, por vezes de maneira sutil, no entanto, demarcando o que era permitido para meninos e meninas.

Esse estudo enfatiza como as instituições de cunho educacional possuem poder sobre as pessoas, influenciando nas escolhas de atuação profissional a partir do que se espera de aptidões de meninos e meninas. Mas, o que fazer quando esses meninos e essas meninas rompem com esses caminhos prontos? Quando os meninos são direcionados ao futebol, meninas são direcionadas a casinha, mas, um menino decide brincar de boneca ou casinha e a menina deixa a boneca de lado para brincar de carrinho ou jogar bola? A educação física demonstra como essa diferenciação é expressa de modo ostensivo, em que o futebol é um esporte praticado majoritariamente por meninos e atividades consideradas menos enérgicas são direcionadas às meninas, pois, parece ser justificável que por tratar-se de meninas, elas são mais frágeis e quietas. Essa mesma prática surge como um enclausuramento aos meninos que não se identificam com o futebol, mas, é confrontado quanto a sua masculinidade.

Conforme Louro (1997, p. 85) olhar sobre a lente de gênero é perceber que a escola para além do currículo formal e ‘transmissão’ de conhecimento, funciona como um instrumento de governo e fabricação de homens e mulheres, sexualidades, identidades étnicas/raciais, etc. e, “por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades”.

Certa de que práticas educativas não estão restritas ao espaço formal, é importante falarmos sobre como grupos e coletivos atuam como agente educador, ao passo que as mulheres inseridas nesses movimentos passam a protagonizar junto com outras pessoas. As autoras Zuleika Gonzales e Neusa Maria Guareschi (2009, p. 50) realizaram uma pesquisa sobre o protagonismo social de jovens a partir do Plano Nacional de juventude, apresentando alguns conceitos de protagonismo juvenil, ressaltando que “o conceito de protagonismo juvenil, então, vem se inscrevendo em um discurso relativo à participação social”. Essa participação ocorre na política e na busca pela transformação social, uma vez que, esses jovens estão inseridos nas camadas populares.

Esse conceito também nos chama atenção para o protagonismo coletivo, debate levantado pelo caderno “Protagonismo: a potência de ação da comunidade escolar” (2017), que trata sobre o protagonismo nos espaços escolares e como ferramenta de autonomia e participação estudantil. Neste sentido, farei uso dos conceitos apresentados neste caderno para compreendermos como esse protagonismo atua de forma educativa dentro dos movimentos e

coletivos ocupados por mulheres, auxiliando nos processos de empoderamento e autonomia dessas mulheres.

O protagonismo coletivo se mostra como um marca desse conceito, quando descentraliza a figura central da liderança e inseri várias protagonistas. Abdalaziz de Moura (2017, p. 15) apresenta algumas características do protagonismo e protagonista, “São atores em diversos papéis, ora de autores, ora de agentes, sempre sujeitos, e não objetos da ação do protagonista” e apesar de possuírem “a autodeterminação do líder e do militante, mas sabe esperar que as pessoas andem com suas próprias pernas, falem com sua própria boca, ajam com suas próprias mãos, vejam com seus próprios olhos”.

Carolina Pasquali (2017, p. 54) ressalta também que não há protagonismo individual, esses processos ocorrem de forma coletiva, uma vez que, quando “expresso o que sou, faço isso em um contexto que pede do outro o que ele é, para juntos transformarmos isso em algo coletivo. O encontro das nossas vozes, tão múltiplas, já que somos diferentes, culmina em uma ação que nos leva a um novo lugar, repleto de sentido”. Neste sentido, retomo a colcha de retalhos como um ponto em que todas são responsáveis por tecê-la, transformando em uma rede com saberes, culturas, vivências e marcadores diferentes, mas, que ao se encontrar em grupos e ser acolhida passa por processos de transformações, seja no âmbito privado como no público.

Essas experiências se constituem como processos educativos, especialmente em uma sociedade marcada pela dominação, onde a criação de grupos autogestionários se transforma em um utopia. Neste caminho, as mulheres têm percebido a importância de tornarem-se protagonistas, em especial, da própria história.

3 NAS TRILHAS DOS PROCESSOS DE EMPODERAMENTO: DOS PERCURSOS METODOLÓGICOS

Realizar esta pesquisa me permitiu transitar, conhecer e atravessar a vida de algumas mulheres. Mulheres que, assim como eu, são jovens, estudantes de Pedagogia, engajadas em movimentos de luta por um mundo mais justo para todas e todos; mulheres aprendendo a experimentar processos de empoderamento. Nesse trânsito, fui percebendo como o conceito de (e a experimentação do) empoderamento se torna(m) plural(is), surgindo e se manifestando em diferentes contextos e face. Assim, para que eu pudesse reunir essas trajetórias e desenhá-las à luz da ciência precisei fazer escolhas metodológicas.

Desse modo, este capítulo se destina a apresentar as escolhas teóricas-metodológicas para a realização desta pesquisa, estando dividido em quatro partes, são elas: O que dizem as autoras?, Mulheres empoderadas, Encontros e Nas trilhas do empoderamento. No primeiro tópico, “O que dizem as autoras?”, apresento as autoras e os principais conceitos que subsidiaram a construção empírica deste trabalho; no tópico “Mulheres empoderadas” apresento as mulheres que constituem as sujeitas da pesquisa; no terceiro tópico, intitulado “encontros” discorro sobre os encontros com as mulheres participantes deste trabalho, como cheguei até elas, onde, quando e como se realizaram as entrevistas narrativas; por fim, o tópico “nas trilhas do empoderamento” se destina aos sentimentos e implicações que a realização desta pesquisa trouxe nos planos individuais e coletivos dessas mulheres (e também meus), conforme passo a descrever.

3.1 O que dizem as autoras?

Ser curiosa⁹, aquela que cultiva uma arte ou aquela que deseja saber. O desejo pela arte do saber e das palavras me conduziram às pesquisas de cunho pós-crítico, despertando o olhar para a pesquisa científica como parte intrínseca da realidade, como modos diversos de ler e interpretar as relações humanas. Marlucy Paraíso (2014) apresenta algumas premissas e pressupostos da produção científica embasada nas perspectivas pós-críticas, quais sejam: que as mudanças na educação ocorrem em razão das questões de classe e cultura, a pesquisa e a educação se dá em tempos diferentes, teorias e conceitos sobre as mudanças sociais e

⁹ Significa 1. Pessoa curiosa. 2. Aquele que cultiva uma arte, mas não por profissão; amador. 3. Que deseja saber. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/curiosa>>.

educacionais partem do outro, as verdades são atos de criações, o discurso produz sentido ao que é dito, sujeitas e sujeitos são produzidos pelas linguagens, significações, discursos, etc. Entre premissas e pressupostos de produção do conhecimento através de metodologias pós-críticas, gostaria de destacar a liberdade concedida à pesquisadora de construir os próprios caminhos por meio de metodologias livres, não dadas, que transitam, permitindo reunir, selecionar e reinventar.

Tendo em conta as premissas e pressupostos que acabo de indicar, é possível afirmar que as escolhas metodológicas deste trabalho não se encaixam em uma lâmina de laboratório, não são quantitativas, elas são políticas, erguidas através de diferentes vozes de mulheres, ou como complementa Andrade (2014, p. 180) “no encontro de diferentes perspectivas culturais e sociais” que essas vozes são produzidas, com as histórias de vida que carregam. Trata-se, pois, de uma pesquisa de cunho qualitativo, que diferentemente das pesquisas quantitativas, não se preocupam com a quantidade, mas, com a qualidade dos dados (PRODANOV; FREITAS, 2013).

O processo de escrita não é fácil, principalmente, quando essa escrita pulsa, quando fala sobre diferenças e subjetividades. Conhecer histórias de vida, processos de empoderamento de mulheres (sujeitas educadas, em sentido amplo, para a submissão, a aceitação e o silenciamento) não é um processo simples. Por isso, opto neste trabalho, por utilizar como instrumento de produção de material empírico, as entrevistas narrativas com treze mulheres estudantes do Curso de Pedagogia, UFPB, Campus I, para conhecer seus processos de empoderamento.

Conforme Sandra Andrade (2014, p. 174), ao tratar das entrevistas narrativas ressignificadas através das pesquisas pós-estruturalistas, a diferença está na “compreensão de que cada pesquisador/a, na relação com o/a outro/a, ressignifica o fazer metodológico em sua trajetória pessoal de investigação”, algo que senti, a cada encontro, diante de uma mulher e sua trajetória, fazendo surgir dúvidas sobre como esses instrumentos dariam conta daquela imensidão que constitui cada uma delas. Sabendo que somos construídas a partir de nossas experiências, inicialmente, os contatos que estabeleci com pesquisas científicas me fizeram pensar a entrevista apenas como um tipo de instrumento para coletar dados; entretanto, após alguns encontros com a minha orientadora, suas palavras e a forma como encarava as entrevistas me fizeram refletir sobre como ouvir e (re)contar as histórias dessas mulheres não se resume a um objeto de pesquisa, é um ato político, feminista e, por que não, empoderado!

Ao ler o relato de Andrade (2014, p. 174) sobre como as narrativas dos alunos e alunas a fizeram retornar a suas próprias lembranças, percebi o quanto me vi implicada pelas mulheres que encontrei e como as histórias narradas por elas me levaram de volta à minha infância, adolescência e juventude. Por isso, comungo do sentimento da autora (ANDRADE, 2014, p. 174) quando ela diz que “de algum modo, recobrei emoções vividas (agradáveis ou não), fiz reviver sentimentos e, algumas vezes, remexi o ainda não dito - o meu e o deles/as”. Estes aspectos fazem com que a pesquisa tenha sentido, com que memórias e vivências sejam também vistas como afetadas por questões políticas, sociais e culturais... como as histórias das mulheres que entrevistei se articulam e se distanciam das minhas próprias vivências. Como conhecer as trajetórias de empoderamentos daquelas mulheres contribuiu para que eu (re)visitasse meus próprios processos de empoderamento. Com isso, este estudo, desenvolvido no campo dos estudos feministas é implicado e estudos implicados são marcas dos estudos feministas. Assim como, as primeiras acadêmicas feministas buscaram elucidar ao colocar o cotidiano das mulheres (ainda que de classe média) em cheque (LOURO, 2016).

Nessa trajetória, o modo como enxergava a pesquisa foi se modificando, se reconstruindo e me constituindo como pesquisadora e humana, à medida que as narrativas aumentavam, aumentavam também as minhas inquietações, fazendo-me refletir sobre como as narrativas possibilitam as/os sujeitas/os compartilhar, ressignificar e atribuir significado às experiências do passado e vivências atuais (ANDRADE, 2014), com a compreensão de que essas possibilidades ocorrem partindo de um lugar e de experiências que moldam o pensamento dessa/e sujeita/o, fazendo com que a descrição de fatos sejam afetadas pelas trajetórias percorridas e com elas processos de aprendizagens, aspecto perceptível na fala das mulheres entrevistadas ao se reportarem às suas experiências, sobretudo, ligadas à infância e ao espaço doméstico.

Sobre isso, Andrade (2014, p. 175) afirma que as narrativas possibilitam “utilizar as palavras para nomear o que somos, nossas experiências, o que fazemos, pensamos, como vivemos, até o que sentimos, não é mero palavrório”. Nesta relação as mulheres entrevistadas passaram a dar significado às suas vivências a partir da palavra e da leitura que fazem dos próprios fatos. Essa significação da palavra é discutida por Larrosa (2002) quando ele diz que produzimos e somos produzidos/as pelas palavras. Segundo o autor, o nosso pensamento é feito de palavras, pois, são as palavras que determinam o que pensamos; acrescenta que “as palavras com que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais do que simplesmente palavras” (LARROSA, 2002, p. 21).

Neste sentido, as participantes da pesquisa ao passo que narram suas trajetórias através das palavras são também produzidas por elas, pois elas narram e refletem sobre o que dizem. Uma das falas, em especial, localizava as situações ocorridas na infância no período histórico em que ocorreu, contexto e pessoas presentes (que podem ou não pertencer à mesma geração); ao mesmo tempo, que construía sua auto-imagem de criança, por meio do olhar presente. Essa dinâmica de ir e voltar, resgatar memórias e sentimentos são possibilidades que um trabalho na perspectiva pós-crítica oferece, visto que “pelas narrativas, histórias são escritas e identidades são discursivamente produzidas” (ANDRADE, 2014, p. 180).

Diante disso, destaco que a subjetividade têm ocupado mais espaços e destaque nas pesquisas pós-críticas, sendo “entendida, então, como produzida pelos diferentes textos, pelas diferentes experiências, pelas inúmeras vivências, pelas diferentes linguagens pelas quais os sujeitos são nomeados, descritos, tipificados” (PARAÍSO, 2014, p. 30). Assim, busco também problematizar a produção das diferenças (classe, raça, sexualidade, geração) que acarretam em lugares desiguais em sociedade, marcadores importantes no debate deste trabalho. Nesse caminho, no próximo tópico trato sobre as mulheres que constituem as sujeitas da pesquisa, suas singularidades, aproximações e diferenças.

3.2 Mulheres empoderadas

Todos os dias, pelos corredores da Universidade, cruzava o caminho de diferentes mulheres, com suas subjetividades e características que as diferenciavam uma das outras, mas, que as reuniam em espaços coletivos, a exemplo as salas de aulas. Percebê-las, identificá-las e selecionar o perfil que melhor dialogava com a perspectiva da pesquisa não foi um caminho fácil, principalmente, por compreender que cada mulher carrega consigo trajetórias de vida, muitas vezes, não fáceis e que as colocam diante de experiências que as empoderam ou não, no entanto, escolhas precisaram ser feitas.

Os critérios para compor o grupo de sujeitas participantes desta pesquisa foram os seguintes: mulheres graduandas do curso de Pedagogia da UFPB; que participaram ou participam de grupos ou coletivos que as impulsionam a protagonizarem em diferentes espaços de atuação. Esses dois critérios foram primordiais para refletir sobre como a inserção dessas mulheres, nesses grupos, contribuem com a formação delas no curso de Pedagogia e, ao mesmo tempo, de como o curso contribui para que essas mulheres se identifiquem como protagonistas e passem a compor espaços de luta. A escolha desses critérios se deu em razão

da minha trajetória dentro do movimento estudantil, especificamente, no Diretório Acadêmico de Pedagogia, que me possibilitou olhar para as relações entre movimento social e educação de um lugar diferente, ou melhor, de dentro.

A fim de aproximar leitoras e leitores, o quadro a seguir apresenta um perfil das mulheres que constituem a pesquisa, apontando para aspectos como geração, sexualidade, raça, ocupação, etc.

Quadro 1 - Perfil das mulheres participantes

NOME	IDADE	RAÇA/ COR	ORIENTAÇÃO SEXUAL	ESTADO CÍVIL	TRABA LHA	FILHOS /AS	TURNO
Joana	28	Branca	Heterossexual	Solteira	Não	1	Noturno
Carolina	22	Negra	Heterossexual	Solteira	Não	0	Noturno
Marielle	30	Negra	Bissexual	Solteira	Não	0	Noturno
Tarsila	21	Branca	Heterossexual	Solteira	Não	0	Vespertino
Anayde	23	Parda	Heterossexual	Solteira	Não	0	Vespertino
Nísia	24	Branca	Heterossexual	Solteira	Não	0	Matutino
Margarida	45	Negra	Heterossexual	Casada	Não	2	Matutino
Angela	24	Negra	Heterossexual	Solteira	Não	0	Vespertino
Leila	33	Branca	Lésbica	Solteira	Não	0	Noturno
Dandara	36	Negra	Heterossexual	Divorciada	Sim	1	Vespertino
Tereza	22	Negra	Bissexual	Solteira	Não	0	Vespertino
Anita	26	Parda	Heterossexual	Solteira	Não	0	Vespertino
Celina	24	Negra	Bissexual	Solteira	Não	0	Matutino

Fonte: Dados da pesquisa

Para resguardar a identidade das entrevistadas, recorro ao uso de pseudônimos para nomear cada uma, tendo em vista, que se tratando de uma pesquisa que discute o empoderamento das mulheres não caberia diferenciá-las por números. A escolha dos nomes foi feita inspirada em mulheres que se destacam/ram ao longo da história, seja por sua luta em movimentos sociais, seja por inserir as mulheres nas artes e nas ciências. Para apresentar as mulheres sujeitas desta pesquisa, construí mini-biografias de cada uma delas.

Com base no quadro, quatro mulheres se autodeclaram branca, sete mulheres autodeclaradas negras e uma parda, das treze participantes uma está casada, uma está

divorciada e as demais solteiras, dessas mulheres três estão bissexuais, uma está lésbica e as demais estão heterossexuais. Apenas três mulheres têm filhos/as e uma delas trabalha formalmente. Além disso, destaco a diferença de geração entre as mulheres participantes, com idades de 21 a 45 anos. Todas as diferenças apresentadas no quadro mostraram-se visíveis também nos discursos e nas visões de mundo que as estudantes mostraram sobre as questões discutidas na pesquisa, principalmente, pelo lugar de fala, pelas trajetórias de vidas diferentes e projetos de vida que são próprios das suas subjetividades.

Nesta sessão, busco apresentar alguns traços do perfil das mulheres participantes da pesquisa, a fim de que a leitura sobre os corpos, vivências e processos de empoderamento sejam compreendidos também como plurais, instáveis e passíveis de mudanças, sobretudo, pela pesquisa estar localizada num dado período histórico, cultural e social. Cabe destacar que, como sujeitas em constante transformação, com identidades fluídas (seja as identidades de gênero ou identidades sexuais), que não são estáveis ou fixas (LOURO, 2016), além das outras experiências que cotidianamente constroem a nossa identidade, não é possível falar dessas mulheres como se quisesse defini-las. O perfil aqui traçado é útil apenas para que possamos ter algumas pistas dos marcadores sociais que, entre outros, constituem as mulheres entrevistadas. Assim, apresento a seguir biografias produzidas a partir das falas dessas mulheres durante as entrevistas que integram este TCC.

Joana

Mulher branca, 28 anos, solteira, heterossexual e com uma filha. Atualmente integra um núcleo de estudos de gênero, além do Fórum de Mulheres em Luta, ambos da UFPB. Apesar de considerar a educação muito difícil, se percebe educando sua filha de modo diferente ao qual foi educada, deixando-a livre, especialmente, em relação ao corpo. Anos atrás participou de uma reunião feminista em São Paulo, mas, só após ingressar no curso de Pedagogia e conhecer sua atual orientadora que deu início aos estudos em gênero, lutando diariamente para se impor.

Carolina

Mulher negra, 22 anos, solteira, atualmente está heterossexual e não tem filhas ou filhos. Começou o ativismo, por volta dos 14, 15 anos de idade, no Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN, através de um curso de multiplicadores/as de gênero que participou. Posteriormente ao curso, foi constituído um núcleo de gênero e educação na UFRN, no qual fez parte, além de integrar um coletivo feminista *auto gerenciado* de mulheres mistas, que compunha o Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte e a Articulação de mulheres brasileiras que é a articulação nacional junto com a Articulação Mercosul latino-americana.

Atualmente, está envolvida com projetos na área da Educação Popular. Carolina é uma mulher forte, com um sorriso contagiante e quando é necessário ir para o enfrentamento ela não pensa duas vezes, levando para todos os lugares em que atua as questões de gênero e, principalmente, raça.

Marielle

Mulher negra, 30 anos, solteira, bissexual, sem filhas ou filhos. Fez parte do movimento estudantil nas diferentes instâncias, movimento de mulheres, movimento LGBT, movimento de juventude, movimento negro, movimento partidário e compôs alguns conselhos, nas esferas municipal, estadual, e federal; neste último, atuou como suplente. Atualmente, não está vinculada a nenhum desses movimentos, dedicando-se exclusivamente ao curso de Pedagogia. Marielle cresceu em uma família ativista, e, assim, aprendeu desde cedo a lutar pelos seus direitos e das outras pessoas. Sua trajetória nos movimentos sociais enriqueceu seu olhar para a educação, fazendo-a se aproximar das concepções freireanas. Todavia, demonstrou certo cansaço de entrar em alguns debates nas salas de aula ou em grupos, preferindo, segundo ela mesma, a resguardar sua saúde mental.

Tarsila

Mulher branca, 21 anos, solteira, heterossexual, não tem filhas ou filhos. É liderança de um dos grupos do Ministério de Jovens e uma das coordenadoras do ministério infantil da Igreja Videira. Atualmente é líder da célula de jovens que se reúnem em um dos centros da UFPB e do grupo de jovens no bairro Bancários, do município de João Pessoa. Durante a entrevista se mostrou uma mulher segura de suas escolhas, que gosta de ser liderança e ser reconhecida como liderança, sempre disposta a ajudar as pessoas.

Anayde

Mulher parda, 23 anos, solteira, heterossexual, não tem filhas/os. Participou do Movimento Estudantil de Pedagogia (MEPe), Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR), Diretório Acadêmico de Pedagogia, afirma estar militando de forma individual. Atualmente, é auxiliar de jovens na Igreja e co-fundadora e diretora de marketing e comunicação do Movimento interesse público PB. Cresceu em uma família religiosa e, desde a infância, convive nos espaços religiosos. Hoje, com uma mudança de consciência política, não deixou de frequentar a igreja e servir as suas crenças, mas, leva para dentro desses espaços o respeito à diversidade, igualdade de gênero e as diferentes formas de manifestação da sexualidade, ainda assim, reconhece que esse movimento não é fácil dentro da igreja e chega a ser olhada, segundo suas palavras, com “cara feia”, situações que, segundo ela, não a abalam, pelo contrário, impulsionam a seguir com o enfrentamento cotidiano.

Nísia

Mulher branca, 24 anos, solteira, heterossexual, sem filhas/os. Foi líder de um grupo de meninas na Igreja. Atualmente, faz parte da Igreja Batista Cidade Viva, compondo um ministério de integração para as pessoas que chegam à igreja. No momento, não está trabalhando para ter dedicação exclusiva aos estudos. Ela tem um sorriso tímido, carinhoso, cresceu com avô e avó que sempre a incentivaram a estudar e trabalhar. Através das ações religiosas conheceu outras realidades e desmistificou preconceitos, como em relação ao Movimento Sem Terra - MST, além de contribuir com seu olhar para a educação dentro dos contextos em que atuou.

Margarida

Mulher negra, 45 anos, casada, heterossexual, tem uma filha e um filho. Atualmente não está trabalhando para se dedicar a escrita do trabalho de conclusão do curso de Pedagogia, no qual está se debruçando sobre cultura e pertencimento. Faz parte do Movimento Sem Terra - MST, como uma assentada, lutando pelo direito à terra. Em razão das experiências vividas na infância, tenta dar mais amor a filha e ao filho, colocando a honestidade como base nessa relação de cuidado e educação. É uma mulher forte, humilde e grandiosa, com sorriso tímido, fala que transborda sentimento. Certa vez ela disse “se for para abraçar, tem que abraçar de verdade” e com esse abraço acolhe o mundo, se apega às suas lutas e demonstra que o exemplo de força da sua mãe corre em suas veias. Ela é mulher de luta.

Angela

Mulher negra, 24 anos, solteira, está heterossexual e não tem filhas ou filhos. Não trabalha formalmente, mas, é bolsista CNPq em um núcleo de estudos de gênero, bem como do Fórum de Mulheres em Luta, ambos da UFPB. Angela cresceu cercada de mulheres fortes, avó, tia-mãe, mãe, irmã e hoje uma sobrinha, a quem deseja uma educação livre de preconceitos de gênero. Por isso, entre suas lutas diárias estão aquelas travadas no contexto familiar. Ajudar as mulheres que fazem parte da sua vida parece que é central na sua luta, ela deseja que essas mulheres vejam quão fortes são. Ela é inteligente, alegre e generosa.

Leila

Mulher branca, 33 anos, solteira, lésbica, sem filhas ou filhos. Atualmente não está trabalhando para se dedicar exclusivamente ao curso de Pedagogia. Fez parte de grupos de percussão, um dos quais, composto apenas por mulheres, deste último se afastou recentemente. Segundo suas próprias palavras “o batuque do tambor lhe hipnotizou”, ela não pode resistir ao som, música, dança e força que aqueles grupos traziam, e um grupo só de mulheres então?! Ela entrou pelo som, encontrou muito mais. Na entrevista Leila demonstrou sua firmeza, prazer pela cultura e destacou as aprendizagens que esses grupos lhe proporcionaram.

Dandara

Mulher negra, 33 anos, divorciada, heterossexual, tem uma filha. Faz parte de um movimento de mulheres negras e trabalha em um órgão do serviço público municipal de João Pessoa. Se percebe como educadora, “a mulher que educa não apenas o ato de educar em si, do ponto de vista pedagógico, mas, uma educação de empoderamento perante uma sociedade machista, patriarcal e por ter uma filha mulher, se vê constantemente nessa missão de desconstrução”. Dandara é uma mulher aguerrida, que vai para o enfrentamento direto (seja no trabalho, na comunidade ou na universidade), em todos os espaços em que estiver leva o debate sobre a mulher negra e o racismo. Compartilhar é uma palavra-chave, consciente de que todas e todos merecem informação, faz circular os direitos das pessoas, principalmente, no boca a boca.

Tereza

Mulher negra, 22 anos, solteira, bissexual, não tem filhas ou filhos e não está trabalhando em razão de tempo e dedicação ao movimento estudantil. Ela tem um sorriso contagiante, é inteligente e articulada. Nos espaços de representação usa todo seu conhecimento em defesa das e dos estudantes, parece que é isso o que lhe dá sentido. Ela também gosta de ser uma liderança e de ser reconhecida como uma liderança.

Anita

Mulher parda, 26 anos, solteira, heterossexual, não tem filhas/os. Anita possui outra formação de nível superior, na qual não atua neste momento para dedicar-se somente aos estudos. Além de cursar Pedagogia, ela está matriculada também em um curso de pós-graduação. Faz parte de um núcleo de estudos sobre a mulher da UFPB. Descontraída e informada, as oportunidades e acessos à boa educação fazem com que Anita se destaque em suas falas, discutindo gênero e se nutrindo dos conceitos.

Celina

Mulher negra, 24 anos, solteira, bissexual, não tem filhas ou filhos. Participou do Levante Popular da Juventude da UFPB e integrou o centro acadêmico de outro curso da UFPB do qual foi aluna antes de trocar para a Pedagogia. Atualmente integra a Marcha Mundial das Mulheres em João Pessoa. Não está trabalhando formalmente, recentemente foi selecionada para um programa acadêmico vinculado ao Curso de Pedagogia. Ela carrega leveza e alegria consigo, é comprometida com as causas das mulheres e utiliza todos os meios para expor e abraçar as lutas, sempre se afirmando como feminista.

São essas mulheres, de universos diferentes, que através das suas histórias de vida e luta me possibilitaram construir esta pesquisa, que pulsa e se fortalece, ao passo que não estamos sozinhas, somos muitas e somos fortes. Mulheres jovens, adultas, negras, brancas,

lésbicas, bissexuais, heterossexuais, solteiras, casadas, com filhas ou filhos, sem filhas ou filhos que, cotidianamente, (se)transformam. Passo, a partir daqui, a detalhar os encontros que tivemos.

3.3 Encontros

A vivências nos espaços físicos e simbólicos da Universidade foram fundamentais para identificar as mulheres da pesquisa; algumas delas dividiram os mesmos espaços que eu, seja no Diretório Acadêmico, nas salas de aula ou mesmo, nos corredores do Centro de Educação. Apesar de estar vinculada ao curso com o maior número de mulheres como discentes e docentes, não foi difícil percebê-las, em especial, porque do grande quantitativo são poucas as mulheres do curso que estão vinculadas a grupos e coletivos, seja por escolha ou por falta de tempo. Neste sentido, pertencer ao movimento estudantil contribuiu para conhecer e, por vezes, conviver com essas mulheres, sendo um dos fatores que facilitaram identificá-las.

Nesse caminho, no mês de abril, comecei a buscar nos três turnos do curso de Pedagogia, conhecer mulheres que possuíam vínculos com grupos e coletivos de cunho social, político e/ou religioso, neste último priorizando aquelas que ocupavam cargos ou postos de destaque. Nesse mapeamento, foram encontradas 14 mulheres com esse perfil. Todas elas foram convidadas a participar da pesquisa, algumas presencialmente e outras via Whatsapp¹⁰. Ao fazer o convite eu explicava sobre o que tratava a pesquisa, quais os objetivos e a motivação para o convite. Dentre essas mulheres, apenas uma estudante (que ocupa um cargo de liderança religiosa) não respondeu ao meu convite (com ela foram feitos dois contatos via Whatsapp e um presencial). Em virtude dessa não aceitação, a pesquisa contou com a participação de 13 sujeitas.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de maio e agosto de 2018. As primeiras entrevistas foram realizadas em salas de aula desocupadas no Centro de Educação; as restantes aconteceram no Diretório Acadêmico de Pedagogia. Algumas das entrevistadas estiveram pela primeira vez no Diretório de Pedagogia. A duração das entrevistas oscilavam de acordo com as narrativas das mulheres, a média foi em torno de 30 minutos, com exceção de duas entrevistas, que duraram cerca de 1h30min. Cada encontro tinha uma característica

¹⁰ Aplicativo de mensagens e conversação para smartphones.

diferente, alguns diálogos foram mais descontraídos, outros mais sérios, algumas mulheres se sentiam mais à vontade para falar sobre as coisas que acreditavam, outras pareciam receosas com alguns temas. O diálogo dependia de muitos fatores, inclusive, do espaço, da segurança e confiança, atitudes que fizeram com que sentimentos, experiências e memórias surgissem (nelas e em mim).

Ao final de cada entrevista, a pesquisa ia ganhando cor, voz, luta e o mais importante, espaço para a diferença e para a coletividade entre as mulheres. Tudo isso faz com que as entrevistas narrativas sejam encantadoras, pois elas nos colocam diante da outra e de nós mesmas, não há como negar as implicações de nossas experiências na construção da identidade (que está a todo momento em transformação), demonstrando que estamos socialmente marcadas por questões de gênero, raça, etnia, classe, geração, sexualidade, entre outras.

Consciente dessas afetações, o próximo tópico se destina a falar dos sentimentos que realizar essa pesquisa trouxe, pois, como nos provoca Andrade (2014), quem disse que sentimentos e memórias não fazem parte da pesquisa científica?

3.4 Nas trilhas do empoderamento

Recordo o primeiro encontro de orientação; eu queria muitas coisas, mas, ao mesmo tempo, estava perdida nas infinitas possibilidades de falar sobre mulher(es) e sobre gênero. Durante a conversa surgiram várias ideias, e “por que não?”, disse a minha orientadora, desenvolver uma pesquisa sobre o empoderamento de mulheres que são protagonistas em grupos e/ou coletivos, visto que eu fazia parte desse lugar ao construir o Diretório Acadêmico de Pedagogia. A resposta foi sim e começamos a jornada rumo à esta pesquisa.

No decorrer das orientações, leituras e investigações, meu olhar sobre o trabalho foi se transformando, sempre soube que minha vivência no movimento estudantil seria parte disso, mas, essa pesquisa foi além, ela me colocou diante de mulheres e memórias que se aproximavam de minhas experiências não somente no movimento, mas, também, como mulher(es), como em um dos relatos que ouvi de uma das participantes ao se reportar à situações da infância que diziam, reiteradamente, “Você é menina, feche as pernas!”. Eu também cresci ouvindo isso e, por muito tempo, foi uma frase que condicionou o meu corpo a se esconder, a negar a existência da sexualidade, do prazer e da liberdade.

Vejo os momentos em que estive com elas como uma grande colcha de retalhos, em que sentimentos, memórias e lutas foram narradas. Algo que me chamou atenção foi como as mulheres, à medida em que faziam os relatos, refletiam sobre eles atribuindo significados que são frutos da bagagem de aprendizagens que carregam, muitas delas, após ingressar no curso de Pedagogia. O Curso, também foi, para mim, um impulsionador no debate sobre os direitos das mulheres, especialmente, por ocupar um espaço massivamente composto por mulheres e que não está desvinculado das questões de gênero, das relações de poder e, tampouco, da política. Também no curso de Pedagogia são os homens que, em geral, ocupam as principais posições de poder.

Não obstante, essa escrita também está atravessada pelas trajetórias das mulheres participantes, pois ao longo dos encontros e conversas surgiram novas indagações e inquietações sobre o modo como questões políticas, sociais e culturais influenciam no modo como as mulheres vivem, sentem e ocupam os espaços na sociedade, até mesmo, aquelas que porventura não percebem que são influenciadas por isso, mas, que a pesquisa se propõe a problematizar. Neste caminho, também me vi atravessada por essas histórias, não apenas como pesquisadora, mas, como humana.

4 DISCENTES EMPODERADAS NO CURSO DE PEDAGOGIA?

Não seria possível iniciar este capítulo sem possibilitar uma reflexão sobre esse processo, o qual me fez recordar da obra “A hora da estrela” de Clarice Lispector, na qual a escritora fala sobre a palavra e como ela nos leva a caminhos secretos que nos é desconhecido até o ato de invenção e criação deles, entre a soma das letras que produzem palavras, frases e sentidos. O processo de escrita nos parece igualmente esse caminho desconhecido, o qual, segundo a autora (ao falar sobre os seus processos de escrita), diz que é preciso “não esquecer que para escrever não importa o quê o meu material básico é a palavra. Assim é que esta história será feita de palavras que se agrupam em frases e destas se evolui um sentido secreto que ultrapassa palavras e frases” (LISPECTOR, 2017, p. 50).

O sentido deste trabalho consiste na tessitura das palavras de treze mulheres que serão tratadas aqui não apenas como participantes da pesquisa (ainda que muitas vezes me reporte dessa forma), mas, como vozes co-autoras deste trabalho, apresentando semelhanças e distanciamentos, experiências e concepções de vida que ora divergem ora dialogam, mas, que possuem algo em comum: universidade e movimento social. Nesse contexto, a Universidade surge como um paralelo na vida dessas mulheres, seja por aproximar os diversos movimentos sociais no seu interior, inserindo pautas e lutas, ou por fazer o movimento contrário, impulsionando as estudantes a ingressarem em grupos e coletivos. Assim, para refletir sobre a atuação político-social das estudantes de Pedagogia a luz do conhecimento científico, este capítulo está dividido em três sessões com as seguintes categorias de análises: gênero, empoderamento com foco em mulheres e protagonismo.

4.1 Trajetórias de vida e relações de gênero

Falar sobre gênero parece-me algo bastante amplo, sobretudo, pelas diferentes perspectivas que esse conceito carrega. O desafio, aqui, se mostra não só em utilizar o gênero como uma categoria analítica para refletir sobre a percepção que as participantes têm dele, mas, de percebê-lo nas entrelinhas das narrativas. Neste sentido, as participantes foram indagadas com a seguinte questão: “O que você conhece sobre gênero?”

Para responder essa pergunta as mulheres utilizaram diferentes estratégias, seja se reportando a infância ou utilizando conceitos já consagrados cientificamente. A forma como a infância é retratada parece-me importante destacar, pois o gênero surge não como a liberdade

de ser o que quiser, mas, como uma ferramenta de aprisionamento, vigilância e cobranças, em que ser identificada como mulher significa ter que esconder seu corpo, ter suas possibilidades limitadas e ser cobrada por um comportamento tido como de menina. Fazer essas conexões entre o conceito de gênero e as próprias experiências é um passo importante na mudança de postura. Nos depoimentos de Carolina, Angela, Dandara e Anita foi possível identificar algumas semelhanças, principalmente, em relação ao controle dos corpos, os brinquedos e brincadeiras permitidos e a cobrança precoce por um dado comportamento.

Foi me dito que eu tinha um gênero e que o meu gênero teria que ficar dentro de casa, que o meu gênero teria que fechar as pernas, que meu gênero teria que ficar calado e não responder a painho e a mainha porque meu irmão pode responder porque ele é homem, mas, eu não posso porque eu sou mulher. Então, o meu primeiro contato de entender o que é ser o gênero foi a partir do meu corpo. (Carolina)

Com relação ao meu corpo, eu tinha que fechar as minhas pernas, andar que nem uma mocinha, ser educada, tinha que ser obediente, tinha que ser a mais inteligente, eu tinha que ser sempre madura mesmo eu sendo criança, ter um amadurecimento precoce porque se espera isso das meninas. (Angela)

Essas experiências também consistem em processos educativos, onde o corpo da menina e do menino é inscrito por normas e modos de ser e agir no mundo (VASCONCELOS; CARDOSO; FÉLIX, 2018), onde o mundo que é apresentado para as meninas é diferente, mais controlado e doméstico e o dos meninos é mais livre e público. A demarcação dessa diferença é expressa a partir das experiências de uma determinada criação e infância, que pode ficar em segundo plano dependendo do olhar que as mulheres dão para as experiências da infância, como é o caso de Tereza que afirmou não ter vivenciado essas diferenças na criação junto com os cinco meninos que tinham a mesma idade que a sua; para ela as questões de gênero pareceram mais gritantes ao chegar no espaço universitário, onde identificou constantes tentativas de silenciamento. Diferentemente das outras mulheres, Margarida apresentou uma dura realidade na infância, com um pai muito agressivo que passava a maior parte do tempo em casa, ela e as outras crianças ficavam de castigo e tinham que fazer silêncio, marca que ela carrega até hoje; como afirma ao dizer “lá em casa era só violência do meu pai, minha mãe trabalhava, a gente passava muito tempo de castigo porque meu pai não queria ver a gente fazendo barulho dentro de casa”.

Louro (1997, p. 45) afirma que as diferenças biológicas, por algum tempo, foram utilizadas para justificar diferenças entre homens e mulheres, vistas como ‘naturais’ ou dadas em razão dessas diferenças “teorias foram construídas e utilizadas para "provar" distinções físicas, psíquicas, comportamentais; para indicar diferentes habilidades sociais, talentos ou

aptidões; para justificar os lugares sociais, as possibilidades e os destinos "próprios" de cada gênero". Essas distinções foram vivenciadas pelas participantes desde a infância, algumas mais incisivamente do que outras, seja pela figura do irmão que passa a ter mais privilégios por ser reconhecido como homem, como pela própria identificação como mulher que faz com que algumas regras e cobranças sejam justificadas pelo fato de ser uma menina, como a questão dos brinquedos, cores, comportamento, corpo e até atividades domésticas, que passam a ser ensinadas e cobradas desde muito cedo. Tudo isso seguindo padrões pré-estabelecidos pelo gênero (quando visto pela perspectiva binária), que ainda marca as experiências de meninas e mulheres.

Grupos e coletivos (dentro e fora da universidade) também se constituíram em espaços possíveis para aquelas que desejassem aprender e conhecer mais sobre os significados do conceito de gênero. Com base nos aparatos científicos, algumas participantes optaram por definir gênero como uma construção social do que é ser mulher e ser homem na sociedade, mais especificamente, do que a sociedade impõe sobre esses corpos. Essas mulheres possuem bagagens dos movimentos que integraram, outras pelas pesquisas acadêmicas na área de gênero ou mesmo por discussões em sala de aula ou conversas informais. Já as participantes Tarsila, Anayde, Margarida e Nísia, destacaram a diferença entre o sexo biológico e a identidade de gênero, não desconsiderando que dependendo do espaço esses corpos vivenciem experiências de desigualdades.

O que eu conheço de gênero é que antes era considerado apenas o homem e a mulher, e que hoje no mundo pós-moderno e tal, então, meio que se abriu outras possibilidades ne do que as pessoas se identificam e acreditam que elas são, o que eu entendo é isso, assim, que fala de gênero. (Nísia)

O conceito pensado apenas como determinante de papéis masculinos ou femininos reduz o gênero a traços de comportamentos, regras, normas e modos de relacionamentos prontos, quando na verdade essa categoria atravessa todas as relações humanas e instituições sociais, atreladas às relações de poder (LOURO, 2016). Como afirmou a participante Joana “somos divididos e organizados pelo gênero, como tudo é generificado” e com isso “pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero *fazendo parte* do sujeito, constituindo-o (LOURO, 1997, p. 29).

Outra observação nas falas das mulheres, foram algumas confusões entre os conceitos de identidade de gênero e identidade sexual, algo que é comum entre as pessoas de fora desses campos, construindo uma ideia sobre gênero a partir das experiências vivenciadas, sem

o aporte teórico. Sobre essas diferenças, Louro (2016) afirma que identidade sexual consiste para onde direcionamos o nosso desejo (parceiros/as do mesmo sexo ou do sexo oposto) e ambos os sexos; a identidade de gênero se refere a maneira como nos identificamos culturalmente e socialmente, seja com o gênero feminino ou masculino. Ambas as identidades são construções sociais e culturais, portanto, não são fixas, podendo as pessoas transitarem por elas.

A vivência da sexualidade pode ser um caminho mais fácil para algumas mulheres e mais turbulentos para outras, seja pelas constantes imposições binárias e normativas que somos direcionadas desde a infância, como pela própria complexidade de vivenciar nossa sexualidade. Marielle falou sobre essas implicações na sua vida; hoje ela se declara uma mulher bissexual, mas, garante que não foi fácil se reconhecer como bissexual, seja pelas constantes imposições binárias (hétero/lésbica) da sociedade as quais ela vivenciou e acreditou pertencer, como pelas cobranças e falta de aceitação por algumas militantes que construíram espaços coletivos com ela diante da afirmação da bissexualidade. Diante dessas problemáticas, os caminhos dessa sexualidade transgressora foram difíceis, além das próprias dúvidas que a sexualidade carrega.

Pessoas monossexuais tem mais dificuldade de entender essa bissexualidade que transgride a necessidade e o desejo de afeto por um único corpo ou por um único gênero, então, eu procuro estar sempre balanceando, é difícil entender, é difícil compreender que você pode transitar ou não, ser fluida ou não, transitar, o caminho da volta vai ser tão doloroso quanto o da ida porque vai ter pessoas pra te julgar tanto indo quanto voltando e é isso. (Marielle)

Ao retirar o gênero das experiências pessoais e colocá-lo nas relações estabelecidas nos espaços públicos, as diferenças de tratamento e oportunidades para mulheres e homens é reconhecida pelas participantes. Nessa perspectiva, ao serem indagadas sobre as posições ocupadas na sociedade, em sua maioria, consideraram que as mulheres (olhando apenas pela lente de gênero) vivenciam sim situações desiguais. Essas desigualdades foram apontadas predominantemente nos cargos de liderança, que são ocupados majoritariamente por homens ou quando são ocupados por mulheres, se espera que elas tenham a mesma postura que um homem teria; outra dificuldade vivenciada pelas mulheres está na falta de oportunidades de ascensão de carreira, que se mostram mais distante da realidade das mulheres, seja em razão da maternidade (o que se caracteriza como preconceito de gênero) que retira muitas vezes as mulheres candidatas à promoção como pela dupla jornada de trabalho ao aceitar o cargo que faz com que haja uma recusa. Por fim, também foi levantada a questão salarial, em que as

mulheres mesmo exercendo a mesma função e possuindo mais qualificação que os homens continuam recebendo salários inferiores.

O mercado de trabalho tem se tornado cada vez mais espaço de pauta e luta das mulheres, inclusive fazendo parte da cartilha dos Princípios de Empoderamento das mulheres da ONU Mulheres (2017) com princípios que visam contribuir com o crescimento das mulheres e das empresas, investindo em políticas institucionais que discutam e trabalhem a equidade de gênero, promovendo a igualdade de oportunidades e ascensão de carreira para as mulheres. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apresentou estatísticas sobre as ocupações trabalhistas e domésticas no Brasil no ano de 2016, mostrando que as mulheres dedicam cerca de 18,1% do tempo semanal aos afazeres domésticos e cuidados com outras pessoas, enquanto os homens dedicam apenas 10,5%, ao passo que a renda mensal dos homens chega a 2.306 e a renda das mulheres 1.764, ou seja, as mulheres possuem dupla ou tripla jornada de trabalho e continuam recebendo salários menores que os homens, ainda que estejam mais qualificadas e com maiores taxas de presença no ensino superior (BRASIL, 2018). Esses dados se mostram mais alarmantes quando inserimos o marcador de raça, apontando que as mulheres negras dedicam mais tempo aos afazeres do lar e cuidado com outras pessoas do que mulheres e homens brancos, além de receberem salários inferiores comparado às pessoas brancas.

Neste sentido, o discurso sobre a inserção das mulheres na educação superior e no mercado de trabalho ainda precisa ultrapassar a barreira da questão racial, tendo em vista, que os avanços das lutas das mulheres não alcançaram a diversidade de mulheres, sobretudo, as mulheres negras e pobres. Carneiro (2003) reforça a existência da desigualdade entre mulheres brancas e negras nas ocupações trabalhistas quando ressalta que as mulheres negras estão trabalhando como prestadoras de serviços, enquanto as mulheres brancas alcançam cargos de prestígio e de produção econômica. Marcia Lima (1995, p. 495) analisando a situação educacional e econômica das mulheres negras, reafirma a situação de desvantagem quando mostra que “O fato de 48% das mulheres pretas e 30,5% das mulheres pardas estarem no serviço doméstico é sinal de que a expansão do mercado de trabalho para essas mulheres não significou ganhos significativo”; assim, é preciso criar pautas específicas para que as mulheres negras e pardas tenham acesso à educação de qualidade e ensino superior, bem como, mais oportunidades de crescimento profissional e econômico.

Outro dado interessante apontado pelas participantes foi o curso de Pedagogia da UFPB que, apesar de ter os espaços ocupados por maioria de mulheres, quem ocupa os cargos

de liderança são os homens e as mulheres acabam ocupando cargos de vice, com exceção de um Departamento do Centro de Educação, do curso de Pedagogia, que atualmente tem duas mulheres na chefia; curiosamente, este departamento possui mais mulheres do que homens no quadro de docentes, aspecto que talvez responda essa exceção. Neste sentido, elas reforçam essa desigualdade quando dizem:

O curso de Pedagogia, um curso feminilizado e maioria mulheres, quase todos os departamentos têm maioria de mulheres e você vê que quem dirige o Centro de Educação e que é o vice-diretor são homens, os chefes de departamentos, pelo menos as últimas gestões que eu acompanhei são homens. (Anita)

Rafaella Campos e Késia Silva (2014) ressaltam o desafio que as professoras enfrentam ao ocupar cargos de gerência nas universidades, em razão das atividades domésticas que ainda recaem sobre as mulheres, pela dificuldade de conciliação com as outras atribuições a maioria da pesquisa realizada por elas são casadas, aspecto que influencia na decisão de ocupar o cargo ou não. As autoras também apontaram que o crescimento dessas mulheres nos cargos de gerência são estimulados até um certo limite, pois, “em sua maioria atingem o ápice de sua carreira em cargos de vice, onde ainda são subordinadas por homens, ou em setores que têm o estereótipo feminino, por exemplo, coordenação de curso de Pedagogia” (CAMPOS; SILVA, 2014, p. 9). Nessa relação, as mulheres se mostram em desvantagem quando comparadas aos homens que dispõem de mais tempo para se dedicar ao trabalho na universidade, enquanto essas mulheres além de professoras, pesquisadoras, orientadoras e de ocuparem cargos de gerência, ao chegar no espaço doméstico são cobradas pela manutenção do lar, e quando tem filho ou filha essa cobrança é duplicada. E ao se tratar de mulheres negras, existem mais barreiras no alcance das progressões, como disse Carolina:

Então, há sim a diferenciação de local de poder, de local econômico e de local de fala e quando a gente coloca essa questão de ocupação de espaço e frisa a questão de gênero e raça, por exemplo, uma mulher negra, essa disparidade e essa desigualdade cresce três vezes mais, porque enquanto uma mulher branca pós-doutora está tentando chegar num lugar de poder, ocupar um cargo de chefia, a mulher negra pós-doutora está querendo ser ouvida e debater ainda sobre raça dentro da sala de aula, então, assim, até mesmo a concorrência entre mulheres negras e brancas por causa do racismo institucional que a gente vive, elas estão postas.

A falta de representatividade é um sentimento que as estudantes no curso de Pedagogia sentem ao se reportarem às chefias e lideranças no curso de Pedagogia da UFPB pois, como já foi apontado, o curso é majoritariamente composto por mulheres, no entanto, ao chegar nos cargos de gerência essa presença não é sentida, a não ser se tratando de secretárias,

assistentes e vices (com isso, não se pretende diminuir a importância desses trabalhos, mas, destacar o limite na ocupação dos cargos). Outras situações de assédio moral foram narradas pelas participantes, muitas delas dentro das salas de aula, com professores que têm posicionamentos machistas.

Sim, assédio, assédio a gente já passa muito aqui, são poucos os professores homens que tem, mas, os que tem são todos assediadores, a gente tira no dente quem não é, infelizmente. Assédio moral, assédio sexual, porque assim, se fosse um homem no meu lugar o professor não estaria tirando certas brincadeiras, entendeu? (Dandara)

É teve professores com falas machistas também em sala de aula, que em algum momento eu me colocava, em outros momentos eu preferia não me colocar, eu já saí de sala, essas coisas assim... (Marielle)

Ser mulher universitária não exclui as situações de violência, ao contrário, esse lugar fica muito bem demarcado nas atitudes, discursos e tratamentos. Além dessas questões, as mulheres mães são constantemente questionadas por levarem filho/s ou filha/s para a aula, refletindo na falta de assistência para que as estudantes mães permaneçam no curso, o que nos parece contraditório ao se tratar de um curso de educação e que muitas vezes direciona as/os estudantes para a educação básica ou educação infantil. Essas situações foram levantadas por Joana, Carolina e Dandara, em que duas delas passaram por situações de constrangimento na sala de aula, onde professores homens questionaram a presença das filhas, período em que a Brinquedoteca do Centro não funcionava regularmente, ou seja, não existia um espaço que acolhesse as crianças para que essas mães pudessem estudar.

O curso de Pedagogia não, tirando pelo meu exemplo que sou mãe, a Brinquedoteca não era sempre que funcionava, aí como é que fica a permanência da mulher-mãe aqui na Universidade, tem professor que não aceita criança aqui na sala de aula, aí fica difícil pra mulher e pra mãe permanecer nesse espaço. (Joana)

Trazer a minha filha muitas vezes e o professor achar ruim e eu questionar “sim e eu vou deixar onde que ela tá de férias?”, porque tem uma Brinquedoteca, mas, a Brinquedoteca não funcionava, então eu trazia e deixava ela na sala de aula e ele vinha me questionar. (Dandara)

Por isso que muitas mulheres desistem, por isso que muitas mulheres abandonam os cursos, porque também não tem apoio da universidade para garantir a permanência dessas mulheres, os professor muitos não contribuem, principalmente, as mulheres que são mães, é muito difícil, então, assim, o enfrentamento ele é diário, principalmente quando você é mãe, você não pode trazer seu filho pra sala de aula porque não é todo professor que aceita, o CE agora que tem uma Brinquedoteca, então como é ser mulher acadêmica? (Carolina)

Ana Maria Urpia e Sônia Sampaio (2011, p. 4) discutem os desafios da maternidade no contexto da educação superior, apontando que as mulheres ao ingressarem na universidade recebem uma carga de atividades que não são deixadas no espaço acadêmico “ao contrário, as tarefas relacionadas à posição de estudante universitária participam do cotidiano doméstico da jovem, e se cruzam com as demandas de sua criança, dialogando, não sem conflitos, com a posição de mãe”, criando a necessidade de conciliação entre as demandas acadêmicas e o cuidado com os filhos ou filhas, além de dispor um tempo para o cuidado de si. Além disso, pensando nas participantes desta pesquisa, acrescento a atuação dentro dos movimentos e coletivos que estão vinculadas. Os lugares de exercício de poder público, em geral, não são adequados para serem ocupados pelas mães de crianças pequenas.

Apesar dos casos mais recorrentes acontecerem com professores, não é incomum encontrar professoras que reproduzem posturas e discursos machistas e/ou autoritários, por isso, é necessário ter muita sensibilidade para lidar com essas situações e, como disse Carolina: “para pegar aquela mulher e dizer “mulher, acorde, por que você está me tratando desse jeito? Olhe pra mim, olhe pra você, vamos olhar nós duas assim na frente do espelho, nós somos iguais, vamos ter empatia”, ainda que as realidades não sejam as mesmas, fortalecer os laços como mulheres é importante, principalmente, se tratando de um espaço que as evasões são cada vez mais gritantes e olhar a outra mulher que está ali e precisa de ajuda não é apenas uma demonstração de sensibilidade, mas, de empatia entre as mulheres. Isso ocorre porque os atravessamentos de gênero são circulares e exercidos por homens e por mulheres.

Em função disso, a rede de solidariedade entre as mulheres se faz cada vez mais necessária no espaço universitário e as participantes da pesquisa foram questionadas em que medida a atuação em movimentos sociais as impulsionam a ajudar e acolher outras mulheres. Todas as mulheres afirmaram que sim, que se sentem impulsionadas a ajudar outras mulheres e relataram alguns casos em que foram procuradas por alguém, por serem identificadas como mulheres que acolhem outras mulheres, seja pela postura de luta ou pela transmissão de confiança. Os casos mais recorrentes se remetem a situações de assédios sexuais e morais, tentativas de estupro e violências conjugais, todas elas que não se isentam da vida acadêmica.

As participantes foram questionadas se a experiência vivenciada nos grupos e/ou coletivos as impulsionaram a ajudar outras pessoas, em especial, as mulheres. Para essa pergunta, algumas relataram situações em que foram procuradas com pedidos de ajuda.

Eu lembro que eu tava no WhatsApp uma menina, era da minha turma, ela saiu da turma, ela foi para manhã, o marido dela... ela vinha assisti aula e o marido dela ficava do lado de fora observando a sala de aula pela janela, isso era uma coisa assustadora, só que aí eu não tinha muita abertura com ela, né? até que um dia ela chegou no WhatsApp e disse que ele bateu nela, agrediu, na mesma hora eu senti na obrigação de dizer pra ela “olha, você vai ter que denunciar, não que você vai ter que denunciar, mas, se você quiser denunciar o número é tal”, pelo menos assim, dá a possibilidade para ela e ela saber que tem apoio. (Anita)

Poxa, realmente, parando pra analisar eu percebo que foi através das Calungas que eu saí de um relacionamento abusivo de 9 anos, onde o meu marido conseguiu colocar dentro da minha cabeça que eu não servia pra nada e eu acreditava nisso, até eu ter a coragem de entrar no grupo “As Calungas” e descobrir que se eu sou capaz vir tocar num grupo de percussão só com mulheres, batendo um tambor, sair no carnaval e enfrentar todos os meus medos, eu sou sim capaz de fazer muita coisa e não é ele que vai colocar o contrário na minha cabeça”, então, essa é uma situação de uma colega minha que veio me abordar. (Leila)

Com relação às mulheres eu sempre ajudo as minhas amigas, eu tenho várias amigas que passam por situações não tão boas, são situações difíceis e eu sempre tô aconselhando, ajudando, infelizmente, eu digo isso com muito pesar, eu não posso ajudar do jeito que eu gostaria algumas amigas que vivem em situação de violência, violência não física, mas, violência psicológica, patrimonial, sabe? (Angela)

Uma jovem, uma menina que entrou comigo no curso e foi numa aula de psicologia, ela estava totalmente arrasada, ela sofria depressão, tentativas de suicídios, assim, ela tava passando, ela tava naquele fundo do poço e aí eu convidei ela para o encontro e tal, e ela participou, ela entrou na igreja, hoje ela continua comigo na célula, mas, assim, eu ver o quanto aquela menina mudou. (Tarsila)

Quando eu cheguei aqui eu passei por uma situação de violência, uma tentativa de estupro por um pessoal da minha família, uma pessoa da minha família e, assim, onde eu vim buscar refúgio? Na universidade, a universidade com as amigas que eu tinha feito me apoiou, eu passei dois meses morando no DCE e depois uma amiga da minha sala, a Carol, me abrigou na casa dela durante um período, até eu conseguir receber a assistência da universidade. (Carolina)

As situações apresentadas no quadro acima se referem a colegas da universidade que buscaram o apoio dessas mulheres, bem como, à Carolina que buscou essa rede de apoio na própria instituição e foi acolhida por outra mulher. São constantes os problemas pessoais que são compartilhados entre os laços de afeto criados na academia, no entanto, os mais recorrentes e graves apontados pelas participantes são de relacionamentos abusivos, violência doméstica e assédios no contexto da universidade, além de tentativas de estupro e depressão que também surgiram durante as falas.

Debater sobre essas questões dentro do contexto universitário ainda não foi possível sem barreiras, pois mexe diretamente com a “imagem” da instituição e quando se trata de violência contra a mulher tudo é questionável, inclusive, a veracidade e sanidade dessa

mulher que afirma sofrer com isso dentro do *campus*. O que não torna incomum mulheres serem silenciadas antes mesmo de prestar denúncia formal ou quando a denúncia é feita acaba sendo resolvida discretamente ou o processo fica em aberto por muito tempo, legitimando pensamentos como “não vai dar em nada”; esses processos com o tempo não são resolvidos e até arquivados. Neste cenário, a universidade parece vestir a face masculina, em que não se é permitido “sujar a honra ou o futuro do cidadão de bem” e o corpo da mulher segue marginalizado. O instituto Avon e Data popular (2015) realizaram uma pesquisa com universitárias e universitários, para tratar sobre a violência contra a mulher na universidade, apontando que 10% das mulheres afirmaram ter sofrido violência no campus e quando estimuladas com alternativas de violências essa porcentagem cresce para 67%, enquanto apenas 2% dos homens afirmaram espontaneamente ter cometido violência contra mulheres e quando estimulados com alternativas subiu para 38%.

A pesquisa tipificou as formas de violência e quando perguntadas/os inicialmente sobre alguma experiência de violência poucas reconheciam ter vivido e poucos reconheciam ter cometido, mas, quando estimulados com as alternativas, por exemplo, de assédio (comentários com apelo sexual, cantada ofensiva) às mulheres reconheciam já ter passado por situações de assédio e alguns homens admitiram ter cometido. No entanto, muitas atitudes não são vistas como violência e seguem naturalizadas nos comportamentos e práticas. Nos casos de assédio, 73% das pessoas participantes conheciam casos, 56% das mulheres afirmaram ter sofrido assédio e 26% dos homens declararam ter cometido. Juliana Teixeira e Adriana Rampazo (2017, p. 1174) afirmam que “as cantadas, aliás, são os meios mais comuns de assédio sexual, uma vez que são muitas vezes aceitas como parte do jogo da sedução, e não como violência. Aqueles que a praticam costumam encará-las como um simples elogio”.

Teixeira e Rampazo (2017) realizaram uma pesquisa sobre assédios sexuais, no âmbito da pós-graduação em Administração, cometidos contra pesquisadoras que tiveram seus corpos objetificados nos espaços de produção de conhecimento. Elas ressaltam o assédio como práticas antigas e veladas, em que a denúncia é colocada de lado por medo de retaliação, falta de apoio, ou mesmo pelos julgamentos e condenações constantes, como “você não está exagerando?”. Na pesquisa de Teixeira e Rampazo (2017) as participantes destacam a relação de poder e hierarquização nas situações de assédio, no entanto, não as restringe a essa relação (muitas vezes de orientador e orientanda), mas, também entre pares e entre os próprios alunos.

Os assédios ocorrem em variados âmbitos da academia e perpetuam relações de poder que significam não lugares para as mulheres, ou pertenças simbólicas a estes espaços em condição sexualmente objetivada. Embora os avanços nas discussões de gênero devam ser reconhecidos, falar de assédio sexual é, ainda, falar de um assunto naturalizado e negado neste espaço, embora vivenciado (TEIXEIRA; RAMPAZO, 2017, p. 1221).

As situações de violência sofridas pelas mulheres no contexto universitário despertou o interesse de algumas representantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Essas estudantes pretendiam reagir aos casos de assédios e estupros ocorridos na UFPB-Campus I, com denúncias anônimas, expondo o retrato falado dos homens pelas praças, mas, de acordo com Tereza, ela e as outras mulheres foram veemente rebatidas e questionadas pelos companheiros de que essa ação não seria politicamente interessante para o Diretório, muito embora, esses casos tenham ocorrido com alunas (grupo “representado” pelo DCE). Essa recusa em expor os casos de violências dentro do Campus é uma prática comum entre pessoas que estão em posições de poder, em especial, para não se indispor ou mesmo para que esses casos não sejam noticiados fora da universidade, manchando a imagem da instituição. Paralelo a esses desafios, as mulheres participantes enfrentam outros conflitos na Universidade, sobretudo, nesses espaços mistos.

No ano de 2017, aconteceu o I Seminário Mulheres e Universidade com o tema “Por uma política institucional de combate às opressões”, organizada pelo Fórum de Mulheres em luta da UFPB, contando com diferentes grupos de trabalhos (GTs) que tiveram em comum os relatos e denúncias de assédios e violências sofridas pelas mulheres. Como culminância do seminário foi elaborada uma carta proposta de políticas de gênero para a universidade, entre elas, a criação de um Comitê de prevenção e enfrentamento às violências, compromisso assumido pela atual Reitora da universidade. Assim, o dia 28 de setembro de 2018, foi aprovado o Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à violência contra as mulheres na UFPB, uma conquista para as mulheres discentes, docentes, servidoras, técnicas-administrativas e todas as mulheres que convivem na UFPB e que, a partir de então, encontrarão um local seguro para falar sobre suas demandas e buscar respaldo institucional contra situações de violência.

Esse corpo violentado na universidade, é também alvo nos demais espaços sociais, como aponta Margarida ao falar sobre as desigualdades entre homens e mulheres na sociedade; ela ressalta que a vivência na vila dos pescadores não condiz com a realidade das mulheres no mercado de trabalho, seja pela objetificação do corpo da mulher como por

atitudes e piadas machistas que circulam entre funcionários e funcionárias. Como aponta o relato abaixo:

Eu acho, assim... não que quando você vê assim em comunidade... não agora, que eu vejo que a mulher, eu acho até pela ausência da presença masculina, muita mulher tem que ocupar o lugar, tem que criar os filhos, por ter sido abandonada pelo marido. Em comunidade eu acho que não, eu acho que a presença da mulher é até mais forte do que dos homens, pelo menos assim... a atitude, a presença, a visão da mulher, mas, assim, quando você sai da comunidade, quando você vai pro meio da sociedade, assim comércio, a questão do trabalho eu acho que seja desigual, desigual porque fazem a mesma, exercem a mesma função, o mesmo papel e não são tratados da mesma forma, a mulher não é vista. Às vezes, assim, é vista dependendo do ambiente ela é vista como um objeto, quando assim uma mulher passa o homem já vai com malícia, vai olhando as partes dela, eu acho que tem muito isso de ser pejorativo, de ver a mulher como um objeto e do trabalho da mulher não ser valorizado como um trabalho, a função em si, como uma pessoa que está trabalhando, está exercendo aquela função e deveria ganhar igualmente por aquilo. Eu acho que eles pagam pelo sexo, como se o sexo da mulher desvalorizasse aquela função, a mulher vai ganhar menos porque ela tem uma vagina, porque é uma mulher, porque ela não tem força, porque ela é inferior. (Margarida).

Apesar de vivenciar um formato diferente de trabalho na vila dos pescadores, que colocam homens e mulheres no mesmo patamar, sobretudo, pela forte presença das mulheres nos trabalhos manuais, como tecer redes, pescar na beira da maré, tratar e vender o peixe, etc. em geral, onde todas as atividades são valorizadas e fundamentais para a renda da comunidade, ao sair desse espaço e ir para outros locais de trabalho, Margarida reconhece que existem desigualdades entre homens e mulheres e que o fato de ser mulher intensifica a desvalorização no trabalho e coloca o corpo como suscetível a “investidas”.

Dandara destaca os enfrentamentos travados no seu local de trabalho e também como atua para que as mulheres passem a enxergar que a piada do colega de trabalho é machista e que aceitar essas “brincadeiras” não só naturaliza essas ideias, mas, as legitima. No relato abaixo, ela mostra como uma postura frente a essas situações podem causar mudanças.

Uma piada que eu escutei e na mesma hora eu chamei o secretário, um colega, diga-se de passagem de 20 anos que vem dessa geração que a mulher é coisificada, disse que a mulher precisa de terapia “ter a pia pra lavar”, e na mesma hora outras colegas começaram a rir e eu questionei, eu falei “como assim ter a pia pra lavar?” e elas começaram a se perceber, ao ponto de eu dizer “minha gente, a gente tá aqui no mesmo espaço de trabalho, traz resultados igual a eles, às vezes superior, a gente tem um domínio de fala melhor, nós somos as mais escolarizadas, como é que a gente vai permitir que algum homem venha fazer piada com a gente” e isso é um processo né? ao ponto de depois de alguns meses a gente trazer pra própria secretaria uma oficina sobre feminismo e esses mesmos homens que faziam essas piadas ter que escutar da boca de mulheres feministas que isso é assédio, que isso é crime, que isso é uma forma institucional de invisibilizar as mulheres. (Dandara)

Louro (1997, p. 114) fala sobre práticas educativas feministas ao constatar que meninas e meninos vivenciam desigualdades nos espaços escolares. Com isso, estratégias como descentralização do conhecimento científico (atrelado à figura do/a professor/a como único/a detentor/a do saber verdadeiro) e o diálogo são marcas de uma nova postura frente às alunas e alunos, que valorizam as falas de todos e todas, “com igual legitimidade, o saber pessoal e o saber acadêmico. Para a autora, as pedagogias feministas pretendem estimular a fala daquelas que tradicionalmente se vêem condenadas ao silêncio, por não acreditarem que seus saberes possam ter alguma importância ou sentido”. Essas estratégias quando levadas para outros espaços, como o ambiente de trabalho também consistem em práticas educativas feministas, em que uma mulher leva a informação, dialoga e possibilita reflexões sobre a realidade das mulheres no trabalho, sobre valorização e o potencial de cada uma delas.

Esse movimento de impulsionar outras mulheres surge de modos diferentes nos movimentos em que as participantes estão vinculadas, Celina diz que *“você tem essa aproximação com o movimento feminista ou quando é do movimento feminista, porque você percebe a realidade das outras mulheres de forma diferente, passa a não julgá-las, você passa a compreendê-las e a tentar ajudar nesse processo”*. Esse sentimento é compartilhado por outras mulheres que estão vinculadas ao feminismo, que estão mais dispostas a ajudar outras mulheres, seja por experiências pessoais ou por perceber dentro dos movimentos a importância da união entre as mulheres. Já outras participantes acreditam que deveriam se sentir mais impulsionadas do que são, algumas não são tão procuradas, a não ser quando se trata de assuntos acadêmicos.

No grupo religioso, duas das participantes afirmaram que são bastante procuradas pelas meninas em suas congregações. Ambas são líderes de jovens nas igrejas, mas, possuem posturas diferentes frente às situações relatadas: Tarsila é líder de grupos mistos e sempre que alguma mulher a procura ela faz o convite para participar da célula na igreja, ressaltando que independente disso busca ajudar outras pessoas, enquanto a Anayde é líder apenas das meninas (regime da igreja) e expôs que busca empoderar as meninas para seguirem seus sonhos, buscar independência e não se deixar silenciar. Em outros espaços, os casos mais comuns são de relacionamentos abusivos, situações que ela busca auxiliar as meninas a criarem forças para sair desses relacionamentos. No contexto religioso, afirma não conhecer casos de relacionamentos abusivos, mas, enfatiza a questão da sexualidade como algo que a igreja ainda não sabe lidar.

Essas mulheres mostraram que também vivenciam desafios entre as crenças religiosas e os debates nas salas de aula, isto é, quando algum tema entra em conflito com as concepções religiosas ou quando a própria instituição é questionada sobre a sua conduta. Tarsila relata que um dos conflitos ocorreu na sala de aula quando uma colega teve uma experiência negativa na igreja e teceu uma crítica ao protestantismo. Neste momento, a participante disse que pediu a fala e defendeu os princípios cristãos, pontuando que não se pode generalizar. Esses enfrentamentos ocorrem sobretudo com os pares, ao que parece é comum em razão do perfil das estudantes; muitas delas, seguem uma doutrina religiosa e chegam a levar essas práticas em grupo para a universidade. No entanto, contrária a essas situações, a participante Anayde sofreu uma tentativa de silenciamento por um professor que utilizou a religião como forma de estereotipá-la, quando a mesma entrou em uma discussão na disciplina e foi rebatida da seguinte forma “ele disse que evangélicas não tinham argumentos suficientes para debater numa aula dele”. Nesse sentido, ela aponta para o desafio de se fazer ouvir por ser mulher e religiosa.

A gente tem uma dificuldade pra se fazer ouvir, sabe? Nunca é aquela coisa falei, fui ouvida e tchau, inclusive, porque eu carrego comigo outras questões né, além de mulher eu sou evangélica, e muitas vezes eu sou tipo uma anualidade porque eu não sigo muito bem aquilo que eu deveria seguir socialmente, mas, e do tipo isso também já traz tipo outro estigma ta ligado, que muitas vezes eu quero falar sobre gênero dentro de sala ou coisa do tipo e o povo me olhar do tipo “tu não é evangélica né?”, “não era pra tu estar com discurso totalmente diferente”, a pessoa já fica do tipo sim meu amor, eu sou evangélica, mas eu tenho noção de vida, existem outras pessoas, que essas são do tipo pessoas diferente da forma como muitos de vocês veem e do tipo é uma parada que tem que ter luta e resistência mesmo e muitas vezes passa batido, pela maioria da galera você tem que se impor (Anayde).

O desafio de mulheres evangélicas que pensam diferente das “ovelhas” começam a ser vistas de outra maneira pelas pessoas que compõem a igreja, aspecto destacado por ela ao dizer que não se enquadra no perfil de evangélica que é exigido, realizando pequenas transgressões nos círculos de jovens que coordena, pois na sua congregação mulheres são líderes de mulheres e homens são líderes de homens. Anayde utiliza a bagagem da universidade e grupos que constrói para ajudar as meninas que orienta na igreja, seja em relação ao futuro profissional ou questão afetiva-amorosa, temas comuns entre elas, segundo a participante. Deste modo, foi questionada sobre situações que acontecem entre as pessoas jovens da igreja e afirmou que:

Na igreja não em relação a relacionamento abusivo, mas, aconteceu de uma menina que transou, que eu também não concordo com o termo virgindade, porque virgindade é um termo simplesmente, é um termo cristão que foi criado para que as mulheres perdessem o

controle sexual do próprio corpo, e daí eu tive que trabalhar com ela que era normal que isso acontecesse e a primeira coisa que eu fiz foi do tipo “você usou camisinha? Você se preveniu de doenças e tal?” e foi inclusive uma coisa que me chamou bastante atenção, porque eu fui totalmente oposto do que o povo da igreja esperaria que eu fosse, esperavam que eu fizesse assim meu deus do céu, tu transou, tu vai para o inferno, aquela coisa toda, e do tipo eu simplesmente me preocupei com a saúde dela, que é normal do tipo a idade dela transar. (Anayde)

Ela acrescenta que apesar dessa atitude, a própria menina pedia por reclamação, por condenação e queria ouvir o que a “igreja” ou as pessoas da igreja diriam. A linguagem (e os processos discursivos) são determinantes no controle dos corpos e construção das identidades, em que instituições sociais como família, escola, igreja, etc. utilizam para moldar comportamentos e pensamentos, como o que a moça teve em relação a sua sexualidade. De acordo com Louro (2017, p. 25), “todas essas instâncias realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, frequentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas”; neste caso, apesar de tratar-se de uma relação heterossexual, supostamente aceita pelas instituições religiosas, ainda existe uma barreira em se falar abertamente sobre sexualidade, principalmente com meninas e mulheres, que internalizam castigos e pecados pregados. Essa mesma questão surgiu na conversa com Nísia, que admitiu ter uma postura mais preconceituosa no passado em relação à sexualidade, mas, ainda acredita na virgindade antes do casamento e pretende manter esse pensamento sem julgar as mulheres que decidem manter a vida sexual ativa, não mais compactuando com discursos que dizem “*ah, ela tá na igreja e ela fez sexo com o namorado dela, meu deus, não sei o quê*”.

Louro (2016, p.21) diz que “Um corpo escolarizado é capaz de ficar sentado por muitas horas e tem, provavelmente, a habilidade para expressar gestos ou comportamentos indicativos de interesse e de atenção, mesmo que falsos”; um corpo disciplinado pela igreja, que utiliza diferentes estratégias de controle sexual também é capaz de reproduzir discursos e pensamentos por medo dos castigos divinos. As marcas no corpo e na mente fazem com que as transgressões às normas sejam vistas como abomináveis ou sujas, com que sentimentos de vergonha e culpa prevaleçam, em especial, para as mulheres.

Sem dúvidas, a convivência na universidade resulta na construção de uma rede de solidariedade, principalmente, quando os espaços têm maioria de mulheres como o curso de Pedagogia, que fortalece os laços e apoio frente a problemas do contexto universitário ou da vida pessoal, já que ambas se cruzam cotidianamente. Vale ressaltar que as situações de

violência não são as únicas compartilhadas, as mulheres participantes também riem, se divertem e dividem momentos bons com as pessoas do seu convívio. Paralelo a isso, a relação entre movimento social e universidade amplia o olhar dessas mulheres sobre os seus direitos, sobre os direitos das mulheres e sobre a importância de levantar outras mulheres para esse mesmo movimento de descoberta, questões que serão abordadas na próxima sessão.

4.2 “Deixe-me falar”: Empoderamento de mulheres

A universidade produz diferentes sentimentos nas pessoas que constroem os espaços ou que simplesmente passam por eles. As participantes desta pesquisa se destacam por seu protagonismo, bagagens que são compartilhadas e que provocam pequenas ou gigantescas mudanças aqui apresentadas, a depender do olhar da leitora e do leitor. A fala tem sido eixo central dessas mulheres, seja fazendo *rap*, batendo um tambor, mostrando a sabedoria popular sobre a pesca, agricultura e cultura, nas discussões acadêmicas, produção do conhecimento científico, nas marchas ou nos círculos religiosos.

Assim, a presença dessas sujeitas na universidade mexe com a fixidez das relações, principalmente, diante de situações de violência e/ou assédio, que não eram refletidas e debatidas no contexto da sala de aula, ao contrário, atitudes preconceituosas eram reproduzidas (as vezes pelo/a próprio/a professor/a); situações que eram enfrentadas por estudantes que já possuíam um histórico de ativismo e conseguiam enxergar nas “brincadeiras” preconceitos e discriminações. Apesar disso, o enfrentamento dessas mulheres tornava-se mais difícil em razão das relações de poder entre docente e discente, como relata a Carolina, ao dizer ter presenciado situações de machismo e racismo que não eram percebidas pelas/os demais colegas da turma, mas, que ela chamava atenção “*professora, mas isso é machismo*”, “*professora essa brincadeira é racista*”.

Porque no meu primeiro período a professora de História da Educação mandou uma aluna negra ficar de molho na água sanitária pra ela ficar branca, por causa das cotas, era uma discussão sobre cotas, então, assim... como assim? E depois eu fui discutir isso com a sala, a sala achou que eu estava louca, porque aquilo eu estava exagerando, ela estava só brincando. Mas, isso hoje quando eu encontrei alguns, eles conseguiram perceber, porque eu tenho certeza que muita coisa que eu falei ficou plantado, por que? Por que eu falei? Porque eu já vinha com uma bagagem e compreendia a violência, eu conseguia enxergar essa violência e essa sensibilidade. Então eu conseguia trazer tanto a vida experiencial quanto a vida acadêmica para dialogar com as mulheres, com os professores e professoras, sempre puxando esse assunto mesmo que ele não estivesse contido na matriz curricular. (Carolina)

A bagagem de Carolina contribuiu para que ela não se calasse diante de uma situação de violência contra outra pessoa, especialmente, se tratando de racismo com uma mulher. O racismo não foi percebido pela turma, que optou por acreditar que a professora fez uma fala inocente e que não passou de uma “brincadeira”. Não reconhecer essas violências ocorrem por diferentes fatores e acaba contribuindo no silenciamento dessas sujeitas dentro das salas de aula e demais espaços que ocupam. De acordo com Joice Berth (2018) “o silenciamento é uma prática recorrente das estruturas opressoras que operam neste país”, que surge de simbólica ou explícita.

No período da escravidão existia um instrumento arquitetado para as pessoas negras, como discorre Grada Kilomba no capítulo “The Mask” do livro “Plantation Memories: Episodes of Everyday Racismo” (2010), traduzido por Jessica de Jesus em 2014, que trata sobre a “máscara”, um instrumento fixado na face que tinha como intuito impedir que as/os escravas/os comessem os produtos das lavouras e/ou agriculturas dos senhores. No entanto, para além da ideia de impedir que as pessoas negras comessem, esse instrumento impedia que as pessoas pudessem falar, omitindo através do silenciamento das suas vozes que externassem as injustiças e verdades que uma sociedade que oprime e explora mão-de-obra negra e indígena deseja manter em silêncio. Tudo isso demarca as relações de poder vivenciadas no período da escravidão e que Grada Kilomba reafirma quando diz que

Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito Negro, instalado entre a língua e a mandíbula e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanos/as escravizados/as comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar tanto de mudez quanto de tortura (JESUS, 2014, p. 172).

A autora também fala sobre a boca como um símbolo de expressão, fala e enunciação, a qual, “no âmbito do racismo a boca torna-se o órgão da opressão por excelência, ela representa o órgão que os/as brancos/as querem – e precisam – controlar e, consequentemente o órgão que, historicamente, tem sido severamente repreendido” (JESUS, 2014, p. 172), por isso manter essas pessoas em silêncio contribui na manutenção do sistema de poder. Apesar de não mais utilizar a máscara de ferro, os instrumentos de silenciamento continuam efetivos no controle das massas e na manutenção das relações de poder.

Berth (2018, p. 47) alerta para a dificuldade que as minorias têm em dialogar com as pessoas sobre as desigualdades e opressões existentes na sociedade, tornando os debates e enfrentamentos diários cansativos, dado que, “abordar questões raciais tem sido alvo de muita rejeição e ridicularização” e que “o silenciamento dos grupos oprimidos e o endurecimento do conveniente desinteresse dos grupos dominantes em discutir nossas matrizes opressoras geradoras de desigualdades, deixou um enorme atraso na produção de conhecimento”. Situações de rejeição sobre essas temáticas são corriqueiras nos espaços de produção científica, dado que, tratam a questão das mulheres e de raça como temas do campo não científico, subalternos, que não se constituem em objeto sério de análise. Uma das participantes que integra um núcleo de educação popular conhece bem essa rejeição, como mostra no relato abaixo:

Esse enfrentamento de toda vida tá tendo que se colocar, construir artigos e sempre dizerem que “não, não, tá bom, não, você tá falando de novo sobre gênero? Falando de novo sobre racismo? De novo? E não tá bom não? Você já falou disso em outro canto”, tem que falar todo dia porque foram 350 anos de racismo, porque são anos e anos de machismo e não ser em um ou dois artigos que ele vai se acabar, então eu vou falar até o fim da minha vida e se auto afirmar. (Carolina)

Colocar em pauta a questão de gênero e raça nos espaços de produção do conhecimento ainda é um desafio para as estudantes que discutem e vivenciam esses temas. Grada Kilomba (2016) fala sobre a hierarquização da ciência branca em detrimento da negra, bem como, questiona os critérios de veracidade daquele conhecimento (O que torna esse um conhecimento verdadeiro? O que torna - ou não- um conhecimento científico?), ela diz que “essas questões precisam ser feitas porque a academia não é um espaço neutro. É sim um espaço branco onde o privilégio de falar têm sido negado às pessoas negras e não-brancas”. A autora também relatou as contestações das pessoas no espaço acadêmico sobre o debate sobre raça presente nas pesquisas.

Interessante que eles dizem: mas é subjetivo, mas é pessoal, mas é emocional, mas é parcial. "Você está sobre interpretando", disse uma colega, "você está pensando que é a rainha da interpretação". Tais observações revelam a incessante necessidade de controlar a voz do sujeito negro, bem como o desejo de governar como nós abordaremos e interpretaremos nossa realidade.” (KILOMBA, 2016, p. 3)

A participante Dandara ressalta essa questão quando diz que não existe neutralidade, os debates que são levados refletem sobre conceitos e ideais da/o sujeita/o. Por isso, sempre que lhe era dada a oportunidade de optar tema de estudo e/ou pesquisa, escolhia a questão da

mulher negra ou do movimento negro, pois, esses movimentos ajudaram a construir a sua identidade de ativista pelos direitos das classes populares, interferindo no posicionamento ideológico e consequentemente nas escolhas acadêmicas.

Eu sempre defendi a linha da mulher negra, então, todas as vezes que eu ia pesquisar, que eu ia fazer projetos eu era questionada “ah, porque você é do movimento negro você só quer falar sobre isso”, e aí a gente aprende que na nossa formação por mais que a gente tente ser neutra, quando a gente pesquisa a gente tem que ter a neutralidade, mas, pra mim não existe isso, qualquer pesquisador ele não vai ser neutro. [...] porque se eu escolher, eu sempre vou escolher sobre a questão negra, se o professor deixar à vontade eu sempre vou tendenciar, mas, por que? E aí eu vou sair na defesa, porque durante muito tempo foi invisibilizado esses temas, então é necessário que tenha muitas mulheres para falar sobre isso, se chegar ao patamar daqui a 50 anos e tenha muitos trabalhos sobre isso, já vai ter uma demanda de falar sobre outra parte, mas, que nesse momento a gente tem que falar sim sobre o que foi invisibilizado. (Dandara)

A relação entre movimento social e universidade deve existir, sobretudo, no modo de fazer pesquisa, dando visibilidade aos grupos que foram apagados da história, uma história branca, eurocêntrica, de heróis e líderes de um povo. Pouco se conhece sobre a história desse povo, o outro lado da história, não dito. Kilomba (2016, p. 1) diz que

Essas questões precisam ser feitas porque a academia não é um espaço neutro. É sim um espaço branco onde o privilégio de falar têm sido negado às pessoas negras e não-brancas. Historicamente, esse espaço vem construindo teorias cujos discursos tem nos construído como inferiores, ou seja: "outros" - localizando africanos/as em subordinação absoluta ao sujeito branco.

A autora acrescenta que o silenciamento das pessoas negras e não-brancas na academia ocorre cotidianamente, estão presentes nas contestações e desconsideração das falas e questionamentos levantados. Na vida de algumas mulheres participantes, o silenciamento operou desde muito cedo; na infância teve contato com as primeiras experiências de silenciamento, através da figura do adulto, normatizando e enquadrando aquela sujeita a viver dentro dos padrões estabelecidos para o seu sexo, como disse a participante Carolina “*naquele corpo transgressor de uma mulher, de uma menina que era inocente e não o que estava acontecendo, mas, a sociedade estava a todo tempo dizendo não, não, calada, não e não*”. Romper as correntes do silenciamento não é tarefa fácil, seja pelas marcas da infância como pelo cansaço do enfrentamento diário, sobre isso, uma das participantes relata os processos vivenciados na educação familiar.

E também é o seguinte, eu tive uma vida né violenta, muito em casa, durante meus estudos eu tive professores muito violentos, pra falar, uma coisa também que o curso de Pedagogia ta

me ajudando. Não consegui ainda superar é isso de poder falar, eu tenho muita dificuldade em falar, eu sempre sento na frente, por mim eu sentaria lá atrás, no fundão e não abriria a boca em momento nenhum, mas, uma coisa que eu decidi, eu vou ficar na frente e vou falar sempre que for preciso e possível, pra eu superar esse medo de falar com as pessoas, porque isso atrapalhou muito na minha vida, muito... teve momentos assim que eu queria falar mais não conseguia, porque eu tinha muito medo e vergonha de falar. Ai as vezes que eu falo, agora você já sabe, é me “cagando” de medo e de vergonha, mas eu falo, por minha causa, não é pra demonstrar conhecimento nenhum, por mim eu ficaria lá no fundão sem falar nada, mas eu falo porque todo dia pra mim é uma batalha aqui, porque é muito difícil eu falar, porque eu não tinha direito de falar, eu não tinha direito de falar em casa, eu não tinha direito de falar na escola, então, pra falar é muito difícil, muito difícil, eu acho assim além de eu tá falando de mim, ter que falar é muito difícil, no TCC vai ser difícil, eu acho que eu choro é porque quando eu boto o que penso pra fora, porque eu nunca tive direito de fazer isso, aí é muito difícil. (Margarida)

Romper o silenciamento não é um caminho fácil, como mostra Margarida, que apesar do histórico de silenciamento por homens (seu pai e professores), hoje está matriculada no curso de Pedagogia e sente a diferença da mulher que entrou no curso e da mulher que é hoje, apesar do medo e dos efeitos que esse silenciamento trouxe, mantém-se firme no lugar onde sempre lhe disseram que não era seu, aspecto que contribui nos processos de empoderamento.

Como já dito anteriormente, Berth (2018) apresenta um breve histórico do conceito de empoderamento, uma palavra inglesa (*empowerment*) que foi trazida e ressignificada aqui no Brasil. A autora apresentou o significado da palavra a partir do Cambridge Dictionary, que concebe *empowerment* como “o processo de ganhar liberdade e poder fazer o que você quer ou controlar o que acontece com você”. A palavra quando utilizada pelo sociólogo Julian Rappaport foi compreendida como o processo de dar essas habilidades aos grupos minoritários, como sujeitas e sujeitos pertencentes às minorias não pudessem empoderar a si mesmas/os (BERTH, 2018).

Apesar da intenção inicial com que o termo foi cunhado, outros estudos e debates foram travados a fim de problematizar a noção de “dar poder”. Com isso, os estudos de Berth (2018) se baseiam nas perspectivas freirianas de empoderamento dos grupos oprimidos, que se aproximam da perspectiva deste trabalho. Partir deste pressuposto significa dizer que não se pode dar poder (Quem dá poder? Quem possui poder?) a esses grupos, as próprias pessoas empoderaram a si mesmas a partir da consciência crítica acerca da realidade, bem como, por meio da ação coletiva. Vale ressaltar que “o *empoderamento* que seguimos no presente trabalho não visa retirar poder de um para dar a outro a ponto de inverter os polos de

opressão, mas sim uma postura de enfrentamento da opressão para eliminação da situação injusta e equalização de existências em sociedade” (BERTH, 2018, p. 16).

As mulheres participantes da pesquisa foram questionadas sobre o que a palavra “empoderamento” representa para elas, algumas mulheres apontavam o empoderamento como o poder de si, de decisão e controle da própria vida, voltando-se para uma perspectiva individual.

É você em primeiro lugar se entender, se conhecer e a partir daí conseguir conquistar o seu espaço no mundo, a partir do momento que você começa a ter a dimensão do quanto você é capaz e até onde isso pode te levar, e conseguir fazer acontecer, esse é o momento que a pessoa se empodera, então, assim, eu sou isso, eu quero isso, estou indo atrás e vou conseguir, isso é o empoderamento e esse é o empoderamento feminino que eu tanto desejo. Eu me considero em fase de empoderamento. (Tarsila)

Eu acho que eu não tenho um conceito de empoderamento não, não tenho um conceito pra mim de empoderamento, mas, acho que empoderamento, ter poder sobre si, acho que é mais nesse sentido, nesse sentido de se sentir livre, e lutar por aquilo que você acredita e se sentir livre pra isso e etc. e defender o que você acredita também, eu acho que é isso. Sim, nesse sentido sim. Hoje foi exatamente assim, hoje eu acordei empoderada, eu não sei, normalmente quando eu tenho que tomar alguma decisão ou quando eu vou para algum lugar importante e etc. aí sim, pronto, eu estou me sentindo muito empoderada hoje. (Tereza)

Eu me considero em fase de empoderamento. Nessas pequenas situações que a gente vai vivenciando, vai aguçando o olhar crítico, vai fazendo reflexões que antes não fazia, a questão do autoconhecimento, de prestar atenção em todas as situações que acontecem, como você reflete a respeito, as visões que você vai tendo que antes não tinha, tudo são processos que vão engrandecendo e lhe fortalecendo. (Leila)

Sim, claro que tem momentos que acontece da gente ficar um pouco, como é que eu posso dizer, eu não a palavra certa, mas, acho que empoderamento é algo que vai todos os dias, é algo que eu vou me empoderando mais a mim mesma em situações da minha vida, hoje em dia eu me considero empoderada, mas, acho que eu preciso ser mais, tem várias situações que acontecem que as vezes pega a gente de surpresa, que a gente vem pensar depois no que dizer, sabe? (Angela)

Me considero. Esse empoderamento na realidade está bem presente na minha vida, porque eu sou evangélica né? na base uma família tradicional, eu vim também de uma família que não luta pelos seus direitos e não tem muita noção do que acontece no mundo, aquela coisa toda e por eu ter um posicionamento político bem destacado e por participar de movimento estudantil, movimento social e por acreditar nas coisas que eu acredito. E, muitas vezes, por ter uma relação diferenciada com Deus, que vai além de roupa, de todas as questões também, e, também, por defender questões de gênero mesmo que não é tão bem aceito na minha religião. Isso tudo faz com que meu empoderamento e minha luta e resistência vá ocorrendo dia após dia e esse empoderamento é bom, é importante e eu vejo ele crescendo e evoluindo dentro de mim porque cada dia é uma luta diferente, tá ligado? (Anayde)

Empoderamento é a pessoa ser segura de si, ter certeza do que quer. Nem sempre me considero uma mulher empoderada. Tem momentos que eu me sinto super empoderada, mas, tem momentos que eu não sou empoderada de forma alguma, inclusive durante situações

cotidianas que eu penso que estou super empoderada e quando eu vejo é meio o contrário, eu travo em algumas situações. (Joana)

Nesse sentido de relação amorosa, afetiva, eu me sinto empoderada, eu me sinto bem resolvida comigo mesma. Mas, em outras relações eu não me sinto empoderada, por exemplo, eu sou muito insegura, em muitas coisas eu sou insegura, mesmo eu sabendo. (Anita)

Empoderamento pra mim é superar limites. Sempre em construção de empoderamento, em processo de empoderamento; porque como eu falei né? eu fui educada a ser totalmente diferente, então, toda vez que eu digo não aquilo que eu aprendi que era pra dizer sim, eu estou me empoderando, então, ele é um processo que vai até o final da minha vida, todas as decisões que eu tomar vai ser um processo de empoderamento. (Marielle)

É você ter o poder de escolha, de decisão da sua vida, nas coisas da sua vida. Eu acho que sim porque eu tenho esse poder, mas, as vezes eu não queria ter porque é muito difícil fazer as escolhas, as vezes eu me sinto muito insegura para tomar as decisões, mas, eu sei que eu tenho esse poder, entendeu? (Nísia)

E eu me sinto empoderada, apesar de eu ver pessoas mais empoderadas, mas eu me sinto empoderada, às vezes até tenho dúvidas né, mas, tem momentos que eu me sinto super, alguns momentos né? [...] Eu acho que o empoderada é tudo, é eu tá em casa, é como assim o meu comportamento na comunidade onde eu moro, vindo pra universidade, entendendo isso aqui, aprendendo aqui e levando lá pra fora, pra outras pessoas. (Margarida)

Sim, me considero uma mulher empoderada, porque todos os espaços que eu trânsito... justamente o conceito de empoderamento é você não aceitar, não deixar que ninguém defina quem você é né? primeiro o conceito de empoderamento pra mim é não deixar que ninguém lhe defina, você ser referência para outras mulheres e você transformar o ambiente que vive. (Dandara)

Ah, eu acho que eu tô no percurso, assim, pra mim independência financeira é algo que é muito importante, mas, várias vezes eu me barro em coisas que são ainda pra mim rasteiras e que eu achava que eu não tinha superado, então acho que esse empoderamento é processual, ele não é dado, não é acabado né. (Celina)

Talvez, sim, porque eu consigo lidar com muitas situações em que o enfretamento vem e ele acontece, por exemplo, se eu estiver na rua e for um dia movimento e um cara passar por mim, como já passou várias vezes e o corpo da mulher negra é sexualizado em todos os espaços; e me chamar de gostosa na rua eu vou esculhambar o cara “é o quê seu escroto? Pá, pá, pá, pá...”, mas, ali eu faço com a segurança porque tem muita gente na rua, será que de madrugada eu teria esse empoderamento? Sozinha na noite, passa um cara e me chama de gostosa, e aí meu empoderamento? eu vou xingar o cara como eu xinguei de 19h da noite na frente da Universidade? ou eu vou passar bem caladinha rezando as deusas para chegar em casa, pelo menos, viva? Então, o empoderamento depende muito de várias coisas, então, a gente colocar o empoderamento como uma coisa que sempre tá junto da gente é uma mentira. (Carolina)

Tarsila se sente empoderada quando percebe que está caminhando para os seus objetivos; Tereza se sente empoderada quando tem que tomar decisões importantes (no movimento estudantil) e quando está lutando pelo que acredita; Leila considera estar em fase

de empoderamento a cada situação de aprendizagem e olhar crítico; Angela se considera uma mulher empoderada e percebe isso nas atitudes do dia-a-dia; Anayde se considera uma mulher empoderada pelos enfrentamentos cotidianos em razão da sua religião e das ideias que defende; Joana e Anita afirmam que existem momentos em que se sentem empoderadas e momentos que não se sentem; Marielle afirma que ao dizer “não” às imposições da sociedade está se empoderando; Nísia se sente empoderada por saber que pode fazer escolhas livremente e decidir sobre sua vida; Margarida se sente empoderada por saber que pode fazer algo de bom pelas pessoas; Dandara se considera uma mulher empoderada porque combate à violência contra as mulheres em todos os lugares que atua Celina se considera no percurso do empoderamento; Carolina diz que o empoderamento depende de vários fatores e por isso não é fixo, mas, instável.

Cada mulher apresentou experiências diferentes sobre o empoderamento que vivenciam na sua subjetividade. Percebi que a medida que iam falando sobre o que significa empoderamento e se elas se reconheciam como mulheres empoderadas surgiam reflexões sobre si, sobre situações que duvidou de sua força e capacidade de enfrentamento. A Carolina reflete sobre o conceito de empoderamento aplicado a mulher negra e pobre, percebendo as implicações deste conceito na vida de mulheres que falam de lugares diferentes. Assim, ela diz:

Existem dois pontos no empoderamento que são implicantes: primeiro você ser obrigada a ser empoderada para bater de frente do machismo porque eu que sou responsável por combatê-lo, combater uma coisa que eu não criei, então, recai isso sobre as mulheres, que se a gente é uma mulher feminista, a gente tem que estar empoderada, sempre armada para combater o machismo e não é isso que acontece na prática, essa é a primeira responsabilidade. E, quando a gente coloca essa responsabilidade pra uma mulher preta, essa responsabilidade dobra, porque por exemplo, a mulher preta da periferia que não sabe nem o que danado é empoderamento, mas, que na prática tem que matar cinco leões por dia, cuidar de quatro menino que não ta indo pra escola e só tem ela, que o pai abandonou, que um já está envolvido no tráfico, outro já está fumando cigarro e envolvido com outros entorpecentes, então essa mulher tem que dar conta dessa casa, ela tem que ser chefe dessa família, a chefe dessa família e ela é empoderada ou ela não é empoderada? Mas esse empoderamento dela foi por que ela quis ou foi por que a situação propiciou e exigiu e condicionou pra que ela fosse assim? E quando a gente coloca que a condição de vida faz com que você seja, isso é muito pesado porque você está trabalhando com a saúde mental dessas mulheres e, principalmente, da mulher negra, por que essa mulher negra tem que ser essa mulher de força? Essa mulher empoderada? A mulher que mata dez leões por dia, por que eu tenho que sofrer tanto? Por que eu tenho que ser empoderada para aguentar tudo isso? Por que isso é um sinônimo positivo, ser empoderada.

Mulheres que possuem um histórico de violência são gradativamente apontadas como mulheres fortes e empoderadas. Esse sofrimento por muito tempo foi legitimado pela sociedade, principalmente, se tratando das mulheres negras que são vistas como mulheres que suportam a dor. Rebecca Reichmann (1994) realizou uma pesquisa sobre a situação das mulheres negras, afirmando que os lares chefiados por mulheres negras são mais pobres, se comparados aos lares chefiados por mulheres brancas e não-negras. De acordo com Reichmann (1994, p. 499)

Dados das PNADs de 1982 até 1990 mostraram uma firme e significativa tendência de aumento do número de mulheres na chefia da família para todos os grupos de cor. O aumento mais significativo porém se deu entre as mulheres pretas. [...] Mulheres negras chefes de família historicamente têm sobrevivido com um terço ou a metade da renda com a qual mulheres brancas chefes de família.

Algumas participantes ao se reportarem às suas famílias, destacaram que eram chefiadas por mulheres, tornando-se referências para as futuras gerações. Por isso, ao ser questionada “O que é empoderamento?” a participante Margarida disse: “minha mãe”, enquanto a participante Dandara fala sobre suas ancestrais e como deseja ser referência para a sua filha, sentindo orgulho quando sua filha diz que é negra.

Minha mãe também é exemplo, assim até porque todos os netos, até bisnetos chamam a minha mãe de mãe, porque a referência que se tem de força é ela, é muito linda, ela aprendeu a viver se defendendo, porque assim ela viveu na época e como era violência da mãe e do pai, porque assim minha mãe é um doce de pessoa, aí não justifica, é violência gerando violência. (Margarida)

Empoderamento é um conceito que perpetua desde o início, quando essa mulher tá no seu desenvolvimento até o último momento da sua vida, que, mesmo ela estando numa idade avançada, ela vai ser referência para outras mulheres e isso vai ficar marcado nas futuras gerações; que a partir desse empoderamento que ela teve na vida outras gerações que vão vir posterior a ela não vão aceitar mais essas opressões, porque essa mulher se ela foi chefe matriarcal na família dela, ela vai ser sempre lembrada né? por mais que queiram calar, mas a oralidade das gerações, isso foi o que eu escutei da minha avó, a minha avó já dizia que avó dela tinha sido estuprada com 13 anos e teve 9 filhos e ela dizia que o marido dela saiu “dano” cada filho em cada granja, cada fazenda, ia deixando, ela já com 21 anos ela já tinha 9 filhos e cada fazendo ele deixou um porque não tinha como criar todos, ela se separou do marido, na verdade, ele estuprou ela, assediou, estuprou, fez os filhos e passou a ser o dono dela, aquele repasse do pai para o marido, e simplesmente ela decidiu se separar dele e saiu pegando cada filho de novo nas fazendas e veio pra capital viver de colocar carta, ela colocava carta e ela fazia faxina e ela criou todos esses filhos, inclusive, a mais velha, a minha tia irmã do meu pai, se formou em medicina e, assim, acompanhou a história da minha avó, fazia faxina nas casas e assim pra mim a história da minha família, nunca eu poderia nascer numa família sabendo que uma mulher mandou o marido “pastar” e pegou todos os filhos e dizer que eu posso ser menos que isso, que eu tenho que ser uma referência pra minha filha, para as futuras gerações e dizer que nessa família existiram mulheres

empoderadas que não se calaram, que não se curvaram diante de uma sociedade que dizia “você tem que fazer isso”. (Dandara)

Falar sobre empoderamento para essas mulheres é falar sobre outras mulheres que marcaram as suas vidas ou que fazem parte delas, especialmente, porque como eu disse anteriormente, em geral, o empoderamento é um processo construído coletivamente. Elas destacam como o empoderamento acontece de forma coletiva entre as mulheres, em especial, da própria família. Assim, quando elas percebem que se uma mulher pode alcançar os objetivos que traçou, todas as mulheres são capazes e nessa relação elas se unem.

O empoderamento defendido por Berth (2018), apoiado na perspectiva de Paulo Freire, se destaca pela coletividade e pelos processos de emancipação dos grupos minoritários, em especial, de mulheres. Outro aspecto, importante a ser destacado trata-se da questão econômica, pois, como aponta a participante Celina, o empoderamento “perpassa a independência financeira e também o acesso ao conhecimento” para que essa mulher possa exercer a liberdade de forma mais efetiva. Berth (2018, p. 58) aborda o desenvolvimento econômico na perspectiva da comunidade e mulher negra, quando ressalta a existência de um movimento que ficou conhecido como “*black money*”. Segundo a autora “a aderência expressiva ao afroempreendedorismo que também é conhecido como movimento *black money*, o qual consiste basicamente em criar estratégias para que a circulação de dinheiro e o consumo se concentre dentro da comunidade negra”, com peças produzidas e comercializadas por pessoas negras.

Os processos de empoderamento atravessam outras questões como a estética, que segundo Berth (2018) consiste em uma ferramenta de dominação de um grupo sob o outro, em que o colonizador determina o que é considerado belo e o que não é considerado belo. As noções de beleza passaram por transformações, no entanto, a inferiorização da estética negra perpetuou e continua afetando homens e mulheres negras. A autora afirma que torna-se, desde muito cedo, nossos cabelos, um fardo difícil que ao longo do nosso crescimento e desenvolvimento físico, vai pesando cada vez mais e abala a percepção da nossa identidade, pois independente de nossas escolhas estéticas e dos cuidados que temos com eles, os preconceitos raciais, estereótipos e clichês que foram implantados com a finalidade de ridicularizar esse atributo, permanecem solidificados no senso comum da opinião pública e necessita de um árduo trabalho de ressignificação para liberar mulheres negras dessas estratégias de desqualificação da estética negra (BERTH, 2018, p. 95).

Reconhecer-se como mulher negra não parece um caminho fácil quando desde a infância a mídia (televisiva), as músicas, desenhos, brinquedos, bonecas princesas excluem a negritude, colocando quando muito na figura da empregada, da amiga da princesa, da pessoa que está à margem do que é belo e bom. No relato de Angela, ela destaca como esses processos foram difíceis na infância, apesar de hoje se afirmar como mulher negra e manter os cabelos cacheados.

A raça foi uma construção, não aqui, mas durante a minha trajetória, porque com relação a representatividade quando eu era criança eu não queria ser negra, eu não me via como negra, eu era loirinha quando eu era criança e eu era mais clara, o meu tom de pele era mais claro então pra mim eu não era negra, aí depois que eu fui crescendo, com 7 anos mais ou menos meu cabelo foi escurecendo, meu tom de pele foi escurecendo e aí eu comecei a não gostar muito de algumas características que eu tinha... porque tudo que eu via na televisão era ruim com relação às pessoas negras, as pessoas negras só eram escravas ou empregadas, ou exerciam qualquer atividade mal remunerada, subalterna ou marginalizada, então, eu não queria ser associada também, eu não queria ser negra porque eu achava que se eu dissesse que era negra o meu destino era aquele que eu via a televisão, eu não queria, eu queria trabalhar, ter um bom emprego, ter condição, viajar, sabe? Queria muita coisa, queria conquistar o mundo e se eu fosse uma empregada doméstica, se eu fosse uma escrava, por exemplo, eu não iria conquistar o mundo, eu via dessa forma. E aí depois fui crescendo, na minha adolescência teve um episódio que aí vim perceber que eu era negra, essa questão da negritude, me aceitar, a questão do meu cabelo, da minha cor, das minhas características foi uma coisa gradativa, o meu reconhecimento como negra foi uma coisa gradativa, veio mais da minha adolescência pra cá, eu acho que entrar aqui só reforçou mais a questão do meu empoderamento, de eu ser uma pessoa negra, de eu ser uma mulher negra e me orgulhar disso. (Angela)

Além disso, outras mulheres participantes mostraram que “se impor” faz com que se sintam empoderadas, seja por não permitirem ser silenciadas ou por romper com o medo de falar, muitas delas começaram com esses processos dentro do curso de Pedagogia ou dentro dos próprios movimentos. Para elas, reafirmar-se na sociedade machista, se impondo diante das situações mostra que são mulheres empoderadas, fortes e que reconhecem seu poder, por outro lado, essas mesmas mulheres são cobradas para que tenham essas atitudes, afinal, são mulheres acadêmicas que possuem conhecimento sobre os direitos das mulheres, algumas atuando dentro de movimentos feministas.

Para a participante Tarsila, falar sobre mulheres presentes na Bíblia consiste em um caminho de empoderamento, tendo em vista, que atribui às mulheres um caráter importante nas grandes histórias narradas através da Bíblia, que são debatidas e interpretadas na igreja que frequenta, com isso, a participante destaca:

Primeiramente, genealogia na Bíblia não tem mulher, no velho testamento não tem mulher, só homem, o fulano que gerou cicrano, que foi pai de não sei quem e etc, já vem quebrando paradigmas quando entra em Mateus, no novo testamento, a genealogia de Jesus, mulheres. Aí quebra mais paradigmas ainda quando você vai ver quem foram aquelas mulheres, aí desconstrói muita coisa, sabe? É, desconstrói esse moralismo que as pessoas têm, essa hipocrisia e eu gosto disso. (Tarsila)

Para compreender em que medida o curso de Pedagogia empoderou essas mulheres e possibilitou conhecer mais sobre os direitos das mulheres, as participantes foram indagadas se conseguem perceber esses processos no curso de Pedagogia. As respostas das mulheres que ingressaram em movimentos, após o curso de Pedagogia, destacam que o curso pensado na matriz curricular não empodera, pois, as disciplinas não abordam as questões de gênero e direitos das mulheres, no entanto, quando parte para outros espaços essas mulheres conseguem notar uma diferença, afirmando que o curso como um todo desperta para os direitos das mulheres. As mulheres que ingressaram no curso com uma bagagem de movimentos e coletivos, destacaram que o curso tem potencial para empoderar as suas estudantes, principalmente, por se tratar de um curso majoritariamente composto por mulheres. Além disso, outras participantes destacaram que o fato de muitas mulheres ocuparem os mesmos espaços, as questões pessoais e acadêmicas acabam se cruzando e criando laços de afeto entre elas. A fala da participante Tarsila destaca para as transformações na visão sobre o curso, quando diz que

Sendo o empoderamento feminino tudo que a gente discutiu até agora, da primeira questão até agora, então, eu acho que sim porque você vê aqui, acho que a mulher, nós quando chegamos aqui a gente acha que o nosso destino é apenas um e quando você vai vendo a realidade ao longo dos períodos você vê que não é apenas um, você vê que tem um leque né, você vê que você pode ter várias possibilidades diferentes daquela que você tava na sua cabeça, “ah, eu to indo pra Pedagogia, essa foi minha única opção e eu vou ser apenas isso”, e aí quando você chega aqui você vê que é um mundo enorme, que são muitas oportunidades, que são muitas direções que você pode tomar. (Tarsila)

O curso de Pedagogia possibilita as estudantes transitarem por diferentes áreas e de atuação, paralelo a essas possibilidades, compor grupos e coletivos ampliou o olhar das mulheres participantes em relação ao trabalho docente e sobre a sociedade como um todo. Diante disso, a próxima sessão irá se debruçar sobre a relação universidade e movimento social.

4.3 “Sou protagonista da minha história”

O desejo de transformação levou as diferentes mulheres desta pesquisa a compor grupos e coletivos, transformação para si ou para a/o próxima/o. As experiências que os movimentos sociais ou religiosos trouxeram para essas mulheres possibilitaram a elas realizar uma ligação com o curso de Pedagogia; como destaca Marielle em sua narrativa, todos os espaços que passamos e construímos nos ensinam algo, seja positivo ou negativo, a escolha do que será retirado para somar a nossa existência depende apenas de nós. No entanto, para poder dar continuidade a reflexão, é preciso destacar o que está se compreendendo sobre liderança e protagonismo no presente trabalho.

Os conceitos de liderança e protagonismo estão apoiados na discussão do caderno “Protagonismo: a potência de ação da comunidade escolar” (2017), tendo em vista, que parto do pressuposto de que esses espaços de atuação viabilizam processos educativos que auxiliam as mulheres participantes na formação no curso de Pedagogia e nos aspectos pessoais. O conceito de liderança se remete a figura de um/a líder, que guia e comanda algum grupo, ocupando uma posição de destaque entre os/as demais. Abdalíz Moura (2017, p. 26) afirma que existe uma “dependência das pessoas em relação ao líder. De tanto se valorizar a função do líder, criou-se muita dependência das pessoas nessa figura e empobreceu-se a autonomia”; essa questão foi vivenciada pela participante Nísia que na ausência da antiga líder foi indicada para compor o cargo na igreja, lugar que ela não conseguiu se identificar e começou a pesar mentalmente.

Acho que quando eu tinha que me preocupar com as pessoas, tipo, de ir atrás e saber, não que antes eu não me preocupasse, mas, como líder você tem que reunir né? aquela coisa, então quando eu me via nesse papel é a minha obrigação fazer isso, então, eu senti aquele peso “eu sou líder”, mas, acho que foi nesses momentos. (Nísia)

A doutrina da igreja que a Nísia frequenta está organizada desta forma, em que o líder da igreja é um homem (o pastor), seguido de outros e outras líderes dos círculos e grupos. Nestes grupos os homens lideram homens e mulheres lideram mulheres, apesar de existirem grupos mistos, os aconselhamentos são divididos da mesma forma. As outras participantes que atuaram ou continuam atuando nos espaços religiosos afirmaram que as igrejas utilizam esse modelo na organização interna. Ocupar essa posição de destaque não agrada a todas, enquanto Anayde não conseguiu se identificar neste lugar, participantes como Tarsila e

Tereza gostam do status de liderança, sentem-se importantes e realizando um trabalho importante, por isso, para elas serem reconhecidas como lideranças as empodera.

Eu fui levantada líder e de lá pra cá, do final de 2012 até hoje eu lidero células, já liderei células de jovens no Valentina, além disso também já levantei outros líderes, pessoas que foram acompanhadas por mim também, passaram pelo encontro, chegaram nas celular como visitantes e depois que se engajaram né, eu pude ver o crescimento dessas pessoas, foram levantados líderes também. (Tarsila)

Me considero uma liderança em alguns sentidos e pelo posto que eu assumo e etc. eu me considero uma liderança, as pessoas me reconhecem como liderança, deixa eu ver uma situação, a situação atual da coordenação geral do DCE, por exemplo, são cinco coordenadores e eu sou uma das mais ativas, então as pessoas elas me conhecem como liderança. (Tereza)

Moura (2017, p. 27) diz que o “termo *líder* traz a ideia de equipe, do time, da empresa, do grupo”, aspecto que as mulheres integrantes de grupos religiosos demonstraram vivenciar, no entanto, a ideia é que os círculos são como uma família, existindo uma relação de trocas (conselhos e afetividade) entre os/as membros/as. O caráter da liderança de Tereza se aproxima mais da perspectiva de militância, que Moura (2017) descreve ser mais comum dos espaços universitários pelo seu caráter de atuação nos espaços em que convivem. Neste pensamento, o protagonismo deve ser pensado de maneira coletiva, seja na representação como nas ações realizadas em prol de uma causa comum. No entanto, algumas pessoas ganham mais destaque do que as outras, como no caso da participante Tereza que é reconhecida por outras pessoas e gosta do status que a liderança produz.

Ser reconhecida como liderança atribui um nível de respeito maior que as/os demais, principalmente, nas igrejas, o que permite a participante Anayde realizar algumas transgressões, seja ao não fazer distinção entre homens e mulheres ou por lidar com situações de sexualidade diferente do esperado pelas lideranças religiosas e fiéis.

Sempre que eu tenho oportunidade eu dou uma burlada nas regras, eu só não sou muito criticada porque eu consegui um status de respeito, digamos assim, pelas minhas práticas, mas, em algumas situações eles só não falam por causa do respeito mesmo, porque digamos, apesar de estar dentro da igreja eu também trato as questões de gênero, LGBTQI+. (Anayde)

Essa postura é muito importante para quebrar as barreiras da sexualidade dentro dos espaços religiosos, tendo em vista, que questões como identidade de gênero e identidade sexual não são dialogadas como naturais do ser humano, ao contrário, existe uma dificuldade imensa em tratá-las. Sobre isso, a participante Angela destacou que no período em que foi conselheira das meninas da igreja sobressaiam as perguntas sobre relacionamentos amorosos, dúvidas sobre sexualidade e o seu papel enquanto conselheira era controlar esses impulsos

nos/as jovens. Louro (2016) diz que a escola é um dos lugares mais difíceis para se afirmar homossexual, pois a escola não só permite que discriminação e homofobia sejam perpetuadas nos espaços, como legitimam tais práticas. Além disso, ao mesmo tempo que essa sexualidade é negada e marginalizada, também é reconhecida ao passo que utilizam dela para reafirmar a sexualidade aceita, ou seja, a heterossexual.

Diante disso, se pensarmos os espaços religiosos, esses processos ocorrem de maneiras semelhantes, inclusive pelas tentativas de ajustamentos daqueles que vivenciam relacionamentos com pessoas do mesmo sexo, zona em que os discursos de castigo e pecado é acentuado, sendo apresentado dois caminhos e apenas um é tido como o correto nessa dualidade entre “salvação x inferno” as pessoas são levadas a escolher um caminho, podendo receber apoio ou rejeição de algumas igrejas. Sobre isso, a participante Nísia destaca que além da inexistência da discussão sobre sexualidade (com exceção da discussão sobre virgindade), a igreja não sabe dialogar com a diversidade sexual existente na sociedade.

Eu já soube assim que acontece muito de, não só nessa igreja que eu to, mas, em outras, deles [gays] irem mais pra não necessariamente serem aceitos, eles se sentem tipo... eles acreditam que é pecado, mas, eles têm relacionamento, aí eles vão pedindo ajuda tipo assim pra deixar, entendeu? Mas, eu nunca vi um casal pra ir tipo é meu namorado, é meu marido e tal e impor isso, eu nunca vi isso e eu não sei se isso acontecesse como a igreja em si, se eles se sentiriam aceito, eu acho que eles não fazem até por não se sentir. Mas, eu acho que a igreja não tá preparada não pra isso. (Nísia)

De volta aos conceitos de liderança e protagonismo, contrária a perspectiva da liderança individual que algumas participantes veem de maneira positiva, seja por acreditar que dentro desse modelo as relações funcionam melhor ou por não ter vivenciado outros formatos de grupos, existem as lideranças compartilhadas e a noção de protagonismo. A participante Leila afirma ter integrado grupos diversos, com lideranças individuais e uma experiência de protagonismo coletivo em um grupo de percussão de mulheres, assim, ressalta que não existe um modelo certo ou errado, as diferenças fazem com que cada grupo se organize à sua maneira.

Isso é uma pergunta difícil de responder, eu vou falar da experiência que eu passei com o grupo de percussão de mulheres, que foi o único grupo de todos os grupos que eu participei na vida, que vai de grupo de escola, ambiente de trabalho, qualquer coisa que seja trabalho em equipe, foi o único que não houve liderança, era um grupo até o momento que eu pertenci 100% horizontal, sem nenhum líder e dentro da minha concepção funcionava muito bem, funcionava muito bem partindo do princípio de que existia uma comunicação muito aberta entre todas, as decisões eram tomadas em conjuntos, cada uma tinha a sua função dentro do grupo, a cobrança era igual para todas e vinha tanto de um lado, quanto do outro. Eu

acredito que funcionava muito bem sim, agora eu não sei se é um modelo que se aplica a qualquer grupo, existem grupos que precisam sim ter uma liderança. (Leila)

Zuleica Gonzales e Neuza Guarechi (2009) realizaram um estudo sobre o conceito de protagonismo juvenil a partir do Plano Nacional de juventude; em seu texto, apresentam diferentes olhares para o termo protagonismo, o que mais se aproxima da perspectiva desta pesquisa consiste no protagonismo através da participação social, ou seja, “o exercício do protagonismo compreende o jovem como um ator social que participa de espaços de interlocução política ou que os demanda com vistas à transformação social, a partir da própria experiência de vida” (GONZALES; GUARECHI, 2009, p. 50).

Esse protagonismo ocorre para além da individualidade, ou seja, através de um protagonismo coletivo que visa a transformação social. A perspectiva da liderança ou protagonismo individual e coletivo varia de acordo com as experiências e visões de cada mulher participante, algumas afirmaram discordar da liderança centralizada em uma figura, mostrando preferência por grupos em que a liderança é compartilhada, ou seja, todas são protagonistas. Carolina Pasquali (2017, p. 54) afirma que “quando entendemos o protagonismo como o *modus operandi*, ou seja, como o balizador de como são construídas as relações, fica fácil entendermos também que ele é uma construção coletiva. Ou seja, é um equívoco achar que protagonismo é o ato, solitário, de se colocar”, a autora ainda afirma que “o encontro das nossas vozes, tão múltiplas, já que somos diferentes, culmina em uma ação que nos leva a um novo lugar, repleto de sentido”. A participante Margarida retrata um pouco sobre a organização interna do assentamento do MST que integra, destacando o protagonismo coletivo das sujeitas e dos sujeitos.

Menina, aí fica na vigília, é assim, tem três horas de vigília cada pessoa tem que cumprir, você tem hora de ir pro roçado, tem a hora da vigília, porque todo mundo tem as suas obrigações lá dentro do assentamento né? todo mundo vai cooperar para o funcionamento dele. Aí às vezes dependendo da hora que eu chego se eu quiser eu posso ir logo pra vigília ou ir pro roçado, aí vou lá pro roçado que tem um radinho aí eu mostro a carteirinha. Lá teve um dia... porque proibiram tirada de madeira... aí segunda-feira agora fez oito dias que chegou um caminhão com madeira, aí eu parei... aí eu vejo assim, porque assim, eu estou na frente, eu to lá no coisa, eu não fico esperando que alguém vá e baixe a porteira, a corrente ou que alguém pare, eu vou lá e faço, aí às vezes tem um bocado de homem e eles ficam lá só olhando enquanto eu faço lá, fazendo né, aí o homem “não”, fica argumentando, eu digo “olha, a norma, a ordem aqui que a gente tem, a norma é essa, você para aí que eu vou passar o rádio para o pessoal da direção, da coordenação, ou libera ou não, mas, você vai ter que ficar aí”, aí eu passei o rádio para o rapaz e ele acabou liberando, não fui eu, a minha parte eu fiz. Não tem assim esse negócio de mulher e homem, pode ter na casa deles, mas, assim, eu sou acampada, eu tenho o mesmo direito de vez e voz que qualquer homem tem e às vezes a mulher ainda tem mais menina, porque tem mais mulher, assim, com mais

coragem do que homem, mulher que vai e faz as coisas mesmo e tem homens que fica só na retaguarda. Assim, por isso que eu gosto de lá, porque não tem esse negócio de “ah, é uma mulher”, “uma mulher eu não deixo”, às vezes eles deixa assim por segurança, até pros outros, não é nem pra gente, porque às vezes chega um engraçadinho lá né, aí gente tem que “barrar” né? (Margarida)

O trabalho coletivo é exercido em situação de igualdade entre homens e mulheres no assentamento, recorda Davis (2016) quando trata sobre o trabalho de homens e mulheres negras nas agriculturas e minérios. Para a autora, ambos eram cobrados e castigados na mesma intensidade, acrescentando as mulheres a violação ao corpo e estupro, violências que não eram cometidas de forma passiva, pois, segundo a autora, as mulheres negras sempre resistiram às investidas e tentativas de abusos, inclusive, liderando fugas e revoltas. No assentamento, as mulheres além da relação de igualdade com os companheiros homens nas responsabilidades e comandos, estão em maior número, segundo a Margarida, as mulheres têm mais coragem de ir e lutar por um pedaço de terra para plantar e colher, muitas não tem o apoio do companheiro ou da família, mas, persistem com a esperança de conquistar um espaço, até pela própria situação socioeconômica. Apesar da suposta relação de igualdade, Margarida disse ter travado discussões acaloradas com o grupo sobre questões políticas e sociais, de acordo com seu relato

Quando eu fui discutir... tinha um caba lá, minha amiga, no assentamento, ele falar bem de Michel Temer? menino, aí ele chegou assim como se ele tivesse conhecimento e eu não tenho nenhum, aí ele começou a falar, aí eu comecei a debater né? aí a gente debatendo, debatendo, ele viu que eu sabia de alguma coisa. O que ele falava eu rebatia, aí eu falando da história política do país, que era antes e como tá agora, as pessoas que passaram aqui e o que fizeram, a situação do povo brasileiro que era antes, os direitos que eles conseguiram e como está agora, eu comecei a falar isso aí e ele viu que, assim, que porque eu sou assentada, que to lá lutando pela terra, que eu sou pobre, sou mulher, sou negra, sou tudo que ele viu em mim, que eu não tinha conhecimento; ele pode achar tudo, mas, ele viu que eu tenho conhecimento de alguma coisa e, que, assim, as pessoas não vão me descer “goela abaixo” tudo que eles quiserem e eu vou ficar calada. Aí eu falei com ele, debati tudo, rebati e não fui grossa, não descí do salto, não precisei; aí ele só viu assim eu falando da universidade, do curso, aí ele viu que eu tinha aquele conhecimento porque eu tinha estudado né? aí ele se acalmou, falou normal e ficou discutindo, mas, antes... Assim, é como se ele quisesse colocar pra mim aquele conhecimento que ele tinha, mas, ele viu que eu tinha algum conhecimento, aí a gente começou a conversar, não era mais o conhecimento dele contra minha ignorância. Eu penso “gente, a pessoa tá aqui no movimento do MST, lutando por uma terra que é tudo contrário o que o governo Temer quer e defender o governo... é uma contradição muito grande”, eu tô lá porque eu acredito que o governo está errado, que pobre tem direito a ter seu espaço, a ter sua terra, a ter seu direito igual todo mundo, eu não devo ter mais direito que o rico e o rico ter mais direito que eu não, não é eu querer me impor sobre o rico, mas eu não quero que o rico seja mais do que eu, eu quero ter o direito de chegar, de falar, de fazer o que eu quero, desde que não transgrida o direito do outro. Mas,

eu quero ter o direito do espaço sem ser taxada ou perseguida por ser isso ou aquilo, quero chegar no lugar e poder falar igual fulano, sicrano e beltrano. (Margarida)

Sobre os espaços de protagonismo coletivo, em que todos e todas possuem atribuições para o bom funcionamento do grupo, a autora Pasquali (2017, p.55) ressalta que

Ser protagonista, portanto, também é assumir a responsabilidade por aquilo que você oferece ao outro. É a construção de uma teia de quereres, saberes, de expressão e de manifestação cultural, na qual cada um que tece o fio, se responsabiliza por fazê-lo de maneira forte, por entrelaçá-lo nos demais e por entender-se parte dele.

Nesta situação, o curso de Pedagogia se mostrou um fator importante pois, de acordo com a participante foi através do curso que ela se reconheceu pertencente a uma cultura, aprendendo sobre os seus direitos e da população pobre do país. Assim como para Margarida, o curso de Pedagogia foi impulsionador para outras mulheres participantes ingressarem em movimentos sociais, além de contribuir na mudança de atitude frente a situações de violência, principalmente, após discutir sobre a mulher ao longo da história (a partir do contexto educacional) e sobre os direitos das mulheres e das minorias, que perpassam as discussões no curso. Neste sentido, as participantes foram indagadas sobre a relação entre o curso de Pedagogia e o grupo que integra, com o objetivo de refletir em que medida elas percebem as contribuições que ambos os espaços promovem para a sua formação profissional e pessoal.

E sobre essa perspectiva de construção de uma educação diferente, também transpassa valores que a gente cultiva para uma sociedade e que pessoas que não estão ligadas a movimentos as vezes na prática não sabe como isso vai funcionar, pensam, idealizam, mas, não vivem isso na prática, então, acho quem constrói movimento social está construindo novos valores, então, está no dia-a-dia se refazendo, isso é um processo que tem muita repercussão na nossa formação. (Celina)

Ajuda, ajuda bastante porque você vai conhecer mais os seus direitos, vai se empoderando, vai conhecendo mais sobre o assunto que você quer saber mesmo, aí as coisas vão fluindo com mais facilidade. Acho que contribui mais fora da sala de aula, do que dentro da sala de aula, às vezes, eu acho. Observando no Núcleo que eu participo, a forma como as professoras abordam, como elas se comportam, é mais um comportamento que eu vou adotar para minha vida pessoal do que profissional. (Joana)

As experiências dentro desses grupos ampliam o olhar dessas mulheres sobre o mundo e sobre os impactos que questões políticas e culturais têm sobre as relações que estabelecem na sociedade, por isso, se espelhar em posturas de outras mulheres como fala Joana, são aprendizagens que ultrapassam a perspectiva profissional. Para chegar a refletir sobre essa relação entre movimento e curso de Pedagogia, Carolina provocou uma reflexão sobre o que é

o curso de Pedagogia, como chegamos a ter esse grande número de mulheres ocupando os espaços de formação de professoras/es e quais impactos que isso trouxe para os dias atuais.

Primeiro é a gente entender o que é o curso de Pedagogia. Um curso que foi criado para dizer que as mulheres estavam ocupando lugares profissionais, que na verdade eram lugares de docentes, que eram vistas como mulheres que iam cuidar de criança. Primeiro a gente já coloca como foi formada a conjuntura do curso de Pedagogia, “olhe, vocês estão ganhando espaço, vão ser professora, vão cuidar de criança, vão reproduzir o papel materno de mãe em sala de aula”, então, a gente tem que entrar sabendo como foi criado, mesmo que isso tenha sido ressignificado hoje, com todas as teorias de identidade profissional, de docência, dos homens entrando também na Pedagogia e tudo mais. Mas, o curso de Pedagogia empodera? É muito relativo, eu acho, assim, eu acredito da minha perspectiva de todas as disciplinas que eu passei que não, porque eu só tive duas ou três disciplinas de professoras que se propuseram a discutir sobre gênero e, por exemplo, teve uma professora que ela é recente aqui no CE, que ela falou de gênero e um aluno ameaçou denunciá-la porque ela estava discutindo gênero. Então, eu também acredito que para essa nova leva de professores, que está chegando, talvez não seja tão fácil, mas, enfrentamento também tem que existir da parte deles para que essa discussão de gênero ocorra no curso de Pedagogia. (Carolina)

Louro (1997) apresenta a historicidade da docência, de como essa instituição é generificada e sobre os impactos do ingresso de mulheres no Magistério na identidade e representação docente, que passa a ser vista como uma extensão da maternidade, como ressalta a autora

A representação do magistério é, então, transformada. As professoras são compreendidas como mães espirituais — cada aluno ou aluna deve ser percebido/a como seu próprio filho ou filha. De algum modo, as marcas religiosas da profissão permanecem, mas são reinterpretadas e, sob novos discursos e novos símbolos, mantém-se o caráter de doação e de entrega que já se associava à atividade docente (LOURO, 1997, p. 97).

Como efeito desse novo olhar para a docência, os cursos de formação de professores/as passaram a receber um grande número de moças, alterando as próprias matrizes da educação (disciplinas e regras internas), regime educacional detalhado no livro “Prendas & anti prendas” de Guacira Louro (1987), em que a autora discorre sobre o funcionamento de uma Escola Normal no município de Porto Alegre, local que as estudantes eram em sua maioria de classe economicamente favorecida e como parte do currículo da instituição estavam as prendas domésticas. Outra característica das escolas normais era o caráter conservador, pois, parte das mulheres eram educadas para o casamento, as poucas que desejavam trabalhar acabavam tendo que optar por constituir uma família ou seguir carreira docente.

Com isso, se pretende mostrar que a forte presença de mulheres no curso de Pedagogia decorre de um processo histórico que foi inserindo uma parcela de mulheres nesse local como extensão daquilo que estava predestinado para a sua vida, e com a quebra de algumas barreiras (como a questão da maternidade e casamento). Hoje o curso de Pedagogia possui muitas mulheres que também são mães e casadas, mas, ainda assim, o peso da maternidade recai sobre elas. Concomitante a esse perfil, ao perfil das estudantes do curso acrescenta-se um grande número de mulheres de baixa renda, advindas de escolas públicas e que trabalham no horário oposto ao estudo. Algumas participantes destacaram que apesar da pouca abordagem sobre gênero e direito das mulheres, ocupar espaços com maioria de mulheres traz esse tipo de reflexão, principalmente, quando existe alguma situação que envolva os direitos das mulheres.

Eu acho que ele empodera, muito pouco, mas, ainda sim, ainda empodera. Eu ainda consigo ver o curso de Pedagogia como um curso muito tradicional, algumas coisas que podiam ser mais discutidas são barradas, sabe? Algumas coisas que fortaleceriam mais, que dariam mais gás a esse empoderamento, elas são barradas. Acho que a gente percebe muito isso na questão das estudantes que são mães, foi uma luta tremenda para que a Brinquedoteca abrisse nos três turnos. Isso foi muito importante, para que não houvesse evasão, o fenômeno da evasão, a evasão dessas mulheres, que, muitas vezes, não tinham com quem deixar os filhos, então, eu acho que tinham medidas que podiam ser tomadas, assim como, eu acho que tem muito professor, mesmo na Pedagogia, que não gosta que a aluna assista aula com o filho ali, não gosta e tipo deixa muito claro; pausa a aula se a criança começa a chorar, e, pronto, já era. Sendo que existem coisas que podem ser feitas, para que não seja assim, para que não aconteça dessa forma. (Tereza)

Situações como essas são problematizadas a partir da realidade das estudantes, que conseguem ganhar visibilidade ao passo que uma representação estudantil como aponta Tereza, insere essas questões na pauta de luta. O protagonismo do movimento estudantil enquanto representação discente é muito importante por causar impactos positivos na vida acadêmica de todos e todas as alunas, ocupando ou não espaços de Centros Acadêmicos ou Diretório Central dos/as Estudantes. Gonzales e Guarechi (2009, p. 50) ressaltam que ser percebidos como atores sociais, os jovens também se inserem em lutas coletivas, em que ultrapassam a perspectiva pessoal e passam a somar forças em projetos de transformação coletiva, “buscando atos de solidariedade e de aproximação com mundos e projetos que impulsionassem ideais de uma vida mais autônoma e livre”. A participante Leila fala um pouco sobre a relação entre coletivo e educação, quando diz que

Ao curso de Pedagogia, eu vou falar mais pelas Calungas, que foi realmente o grande elo meu com a educação, que foi a partir do momento que eu enxerguei o quanto o grupo As Calungas poderia ser uma ferramenta de empoderamento feminino. Através de educação

musical que o grupo oferece, é uma oportunidade que as mulheres têm de se encontrar e se descobrir como musicista, percussionistas, e, principalmente, de ser capazes de se superar, de descobrir que é capaz de tocar um instrumento de percussão, coisa que jamais tinha pensado e a partir daí descobrir que é capaz de muitas outras coisas. (Leila)

Berth (2018) destaca a relação da coletividade no empoderamento individual e coletivo, compreendendo que ambos fazem parte de uma mesma relação, em que as sujeitas compartilham responsabilidades, ao passo que os processos de empoderamento não ocorrem de maneira isolada, ao contrário, culminam em transformações coletivas. Como afirma a autora

O empoderamento individual e coletivo são duas faces indissociáveis do mesmo processo, pois o empoderamento individual está fadado ao empoderamento coletivo, uma vez que a coletividade empoderada não pode ser formada por individualidades e subjetividades que não estejam conscientemente atuantes dentro de processos de empoderamento. (BERTH, 2018, p. 42)

Assim, na relação com as companheiras e companheiros que essas mulheres se veem diante de protagonismos e sensações de poder. A concepção de protagonismo ou liderança perpassa essas mulheres de modos distintos, elas falam a partir do seu lugar, por isso, foram questionadas “Você se considera uma liderança ou protagonista?”

Me considero primeiro protagonista da minha própria história, porque eu que a escrevo com os atores que estão ao meu redor; e segundo porque como eu já sei dessa minha condição e hoje eu consigo ter essa compreensão mais escura da vida, sobre o que é esse feminismo, essa luta das mulheres, eu consigo hoje me colocar de uma forma mais consistente. (Carolina)

Me considero, porque, sei lá, até pelo fato de ser mulher em meios que as mulheres não são bem-vindas pela sociedade, eu acho que isso já é um fator de liderança, é você chegar lá e “Ó, eu sou mulher, eu to aqui e eu não vou sair, vou dar o meu melhor aqui pra mudar essa realidade”, inclusive, chamando mais mulheres para outros movimentos. (Anayde)

Ter poder sobre si e sobre os rumos da própria vida é visto por algumas mulheres participantes como o primeiro passo no exercício do protagonismo em outros locais, tendo em vista, que “reconhecer-se dona de si” impulsiona essas mulheres a fortalecer os laços consigo mesmo e buscar aproximar outras mulheres ao mesmo movimento. Essa compreensão de si permite que as mulheres tratadas nesta pesquisa avancem e empoderem-se no dia-a-dia, conscientes do seu poder de transformação. Berth (2018) fala que o empoderamento de um grupo minoritário não pode ocorrer de forma individual, pois, se o grupo ao qual pertence não se empoderar, essa pessoa estará sujeita a passar por situações de violência ou opressão, como

é o caso das mulheres. Lutar individualmente em prol de um benefício coletivo torna-se desgastante com o passar do tempo, pois, como afirma Margarida, aparenta estar em uma guerra sozinha enquanto as demais pessoas não se reconhecem pertencentes a esse grupo. Margarida relata a dificuldade vivenciada na comunidade de pescadores, em que o turismo, a poluição e a atual política tem causado destruição no mangue, que, segundo a entrevistada, é o berçário natural onde os peixes deixam os ovos, ao passo que no assentamento do MST ela tem outra relação com às pessoas e com a terra.

Isso é muito ruim, muito ruim pra comunidade, pra natureza. Mas, assim é uma coisa importante e a comunidade, na minha comunidade é uma comunidade pesqueira, a princípio era, não agora, mas, porque está muito misturado, as pessoas estão alienadas, como a gente aprende aqui né? alienadas das coisas, não sabe mais o papel dela no mundo, ela não se reconhece, fica sempre na dependência de instituição, de governo, fica sempre naquela, sabe? não tem uma autonomia, ele não tem “vou lutar pelo que eu quero”, “vou lutar pela minha comunidade”, não só por mim, mas, pela minha comunidade. Aí você... é como se você fosse perdendo a força sabe? vendo aquilo ali acontecer e você não pode alcançar. [...] Eu me vi nesse lugar e eu gosto demais de estar lá [assentamento], sabe? porque assim, é uma coisa assim você está perto de pessoas que têm o mesmo interesse. Eu moro na minha comunidade, mas, eu vejo que as pessoas não têm o mesmo interesse que eu, aí você está vendo as coisas se perderem, as pessoas se afastarem da sua cultura, se afastarem do que é seu por besteira, porque tão no “oba oba”, as influências... não se reconhecem mais ou não querem se reconhecer naquela cultura, pertencente a um povo, mas, lá eu me vejo como assentada, como agricultora e me vejo naquela situação, é muito legal aquela situação, quando eu venho pra casa eu digo “gente, que saudade do acampamento”, porque eu gosto de estar lá, porque você vai conversado, o caba chegou lá, um companheiro, porque a gente chama de companheiro, com dois jerimum enorme, que era para o balaio, ia ter sorteio, gente que coisa mais linda... aí quando você vê que ele plantou, está produzindo tá entendendo? É um negócio assim, é como se você tivesse misturado aquilo ali, não tem a terra e você, é uma coisa produzindo a outra, eu tô produzindo a terra e a terra está me produzindo. (Margarida)

Berth (2018, p. 44) destaca que há “outras barreiras estruturais no efetivo processo de conceituação, disseminação e prática do *empoderamento* a grupos oprimidos: a do conhecimento, aqui entendido sob alguns aspectos”. O conhecimento “sobre” é uma ferramenta eficaz no combate às desigualdades, na atuação no campo dos direitos, como destaca a participante Marielle:

Eu acho que a academia contextualiza muito a nossa vivência, assim como a nossa vivência contextualiza muito a academia, então, tem que tá junto o tempo inteiro. O tempo inteiro, sempre a Pedagogia com as suas tendências, com as suas linhas, ela acaba trazendo muita coisa que eu disse “ah, eu já fazia isso”, “porra... eu aprendia isso”, Paulo Freire mesmo quando eu vim conhecer Paulo Freire eu já usava métodos de Paulo Freire que eu nem sabia que era métodos dele, então...

Ao adentrar na universidade, as mulheres participantes da pesquisa que já compunham espaços de luta passaram a buscar leituras e autoras/es que se debruçassem sobre temas próximos da sua realidade; por exemplo a questão de raça e etnia, como fez a participante Dandara, que ressaltou ter buscado na universidade professores/as que discutisse temas do seu interesse.

Aí eu venho pra UFPB, aí de fato, aqui foi onde eu pude trazer a minha vivência de movimento social e me empoderar mais através do conhecimento científico. Porque tudo que a gente discutia, não é que não tivesse no âmbito científico, se discutia a partir do senso comum, das vivências. E aí, aqui na universidade, eu saí catando quem é que falava, quem discutia sobre a questão racial, encontrei um professor chamado Cruz e Zica... ele me deu um monte de coisa pra ler, muitos autores, me ampliou muito e, assim, eu acho que a universidade e o curso de Pedagogia todo mundo deveria vivenciar, é muito interessante como a gente vai organizando as ideias dentro da vivência. (Dandara)

Outras mulheres levaram as experiências para debater teorias na sala de aula, denunciando a opressão e exclusão dos grupos minoritários na sociedade ou a intolerância religiosa. No entanto, apesar do crescente número de ingresso das classes populares nas universidades nos últimos anos, a universidade historicamente se constituiu em um lugar ocupado pelas classes sociais mais abastadas, resultando em produção de conhecimento vinda de um lugar de fala, apagando as histórias das mulheres, pessoas negras, LGBTQs, com deficiência, entre outras, como aponta Grada Kilomba (2018) ao discorrer sobre as ciências que não são produzidas pelas pessoas negras e não-brancas no contexto universitário.

Com isso, as mulheres participantes sentiram que ainda existe uma ausência desses temas, pois, são poucas as professoras/es que se debruçam sobre a questão de raça, gênero e sexualidade, principalmente, na sala de aula, que consiste no primeiro local de convívio e reflexão teórica que elas têm, como afirmaram algumas participantes.

O conhecimento que o curso de Pedagogia possibilitou as essas mulheres, (res)significou as experiências no interior dos grupos e coletivos, assim, as teorias e tendências estudadas foram somadas as práticas, ampliando os conhecimentos dessas mulheres e a própria visão de mundo. Além disso, o curso de Pedagogia, resultou em reflexões acerca da educação e da sociedade. Neste sentido, cabe finalizar as reflexões elencadas com uma fala da participante Dandara, em que ela destaca nosso papel enquanto educadoras de levar a informação onde quer que estejamos, pois, a melhor forma de enfrentamento às estruturas de opressão da sociedade é o compartilhamento das informações, dos direitos assegurados para todas e todos.

São informações e a gente tá numa era de informação, informação é tudo, são informações que vão chegar nos mais diversos setores e que essa mulher vai se despertar e que uma hora ou outra ela vai atingir um patamar de empoderamento que era o que você estava falando, de não permitir mais que ninguém venha humilhar, desacatar, essas coisas (Dandara).

5 NÓS, EMPODERADAS?

Concluir uma jornada, como a que foi vivenciada neste trabalho, parece conter um gosto amargo de despedida, principalmente, quando a realização da pesquisa traz inúmeras implicações e aprendizagens que parecem não alcançar palavras capazes de esgotar os sentimentos. Reunir as trajetórias de treze mulheres incríveis, que perpassam por diferentes contextos e utilizam estratégias de transformação social, não me foi tarefa fácil. Essas mulheres não se deixam abalar pelas incertezas e vulnerabilidades que ser mulher ainda carrega na nossa sociedade, elas estão dispostas a lutar pelo que acreditam (inclusive saindo de outros estados para trilhar seu próprio caminho).

Neste sentido, reuni algumas questões que ganharam maior destaque na fala das participantes em relação à pesquisa, ressaltando que, o objetivo proposto consistiu em refletir sobre os processos de empoderamento vivenciados pelas estudantes mulheres do curso de Pedagogia que possuem atuação em grupos e coletivos (considere todos os espaços de ativismo). Neste sentido, apresento abaixo algumas considerações:

O curso de Pedagogia (pensando na Matriz curricular e espaços de gestão) cria poucas oportunidades institucionais que contribuam com os processos de empoderamento das estudantes, pois, as disciplinas obrigatórias do curso não abordam as questões de gênero e sexualidade, discussões que comumente dependem da abordagem do/a professor/a, ao passo que, os espaços de gestão não facilitam momentos de reflexões e compartilhamentos para as suas estudantes. No entanto, o encontro de umas mulheres com as outras permite que elas se empoderem;

As mulheres que compuseram grupos e coletivos após ingressar no curso de Pedagogia, conseguem perceber na universidade e no curso momentos que influenciaram essas escolhas, seja através da postura adotada por uma professora ou por situações vivenciadas entre pares. Algo comum entre essas mulheres estava na busca da autoafirmação, em se impor diante de situações de violências (assédio moral ou sexual) e da sociedade, para que se sintam empoderadas.

As mulheres participantes que ingressaram no curso de Pedagogia, após um histórico de ativismo nos grupos e coletivos, apresentaram maiores críticas ao curso, em especial, pelo ingresso massivo de mulheres no curso e poucas ações/debates que dialoguem com a realidade dessas mulheres, seja pela criação de mecanismos de assistência/permanência como de possibilitar espaços de reflexão sobre as questões de gênero e os direitos das mulheres. Ao

mesmo tempo, as mulheres participantes de movimentos feministas, negro, estudantil, político partidário, entre outros (com exceção do movimento religioso), demonstraram maior cansaço de ir para o enfrentamento, como afirmam as participantes, seja em respeito a saúde mental ou pelos longos anos dedicados às causas populares;

O conceito de empoderamento apresentado pelas participantes, de forma geral, iniciava a partir da própria subjetividade, no processo de entender-se como protagonista da própria história e de reconhecimento do poder de si. Paralelo a esse processo, a ocupação de espaços coletivos possibilitou experiências de empoderamento.

Protagonizar em espaços mistos, coletivos e auto organizados apresentou importantes contribuições na formação docente das participantes da pesquisa, a começar pela ampliação da visão de mundo e de sociedade, que estará presente em todas as falas e lugares que essas mulheres ocuparem. Além disso, muitas das aprendizagens que essa articulação promove são posturas que algumas mulheres participantes desejam adotar para a vida. Neste sentido, essas mulheres vivenciam processos cotidianos de empoderamento, algumas após o ingresso no curso, outras já vieram com essa bagagem, outras que ainda estão na construção do seu empoderamento, apesar de ocuparem lugares de protagonismo e de destaque. O empoderamento não é como uma receita pronta que contempla todas as mulheres, cada uma tem experiências diferentes com esse ser/estar empoderada.

Conhecer essas mulheres, ouvir suas histórias, me nutrir dos conceitos de gênero, empoderamento e protagonismos me provocou sentimentos de empoderamento, seja por estar ali com aquelas mulheres incríveis ou por escrever sobre elas, por inserir na pesquisa acadêmica a vida dessas mulheres e como as mulheres sempre buscaram meios de resistência na sociedade. Realizar essa pesquisa me fez atravessar a vida de muitas mulheres, percebendo como o conceito de empoderamento se torna plural e surge em diferentes contextos, como na pesca, na agricultura, na igreja, nas ruas, na universidade.

Neste caminho, o que mais me marcou foram as histórias, elas me levaram a lugares distantes e próximos, a recordações das mulheres, mas, que também falavam sobre mim, pois eu me reconheci naquele lugar. Assim, ao passo que escrevi sobre estas sujeitas, parte de mim estava imbricada naquela escrita, seja pela semelhança na luta em defesa da justiça social como pelas experiências de ser mulher nesta sociedade que vem retroagindo nos últimos anos.

Nossas trajetórias se cruzam e se distanciam frente as nossas escolhas, entretanto, algo sempre há de nos unir: a luta pela igualdade. Desse modo, me despeço deste TCC, mas não

dessas mulheres e suas histórias, não dos processos cotidianos de empoderamento pelos quais passamos e que nos são tão necessários. O TCC finda aqui, mas o desejo é de dar continuidade à minha trajetória de pedagoga, pesquisadora e empoderada, por outros caminhos e outras rotas, que nunca duram para sempre mas que, ao mesmo tempo, nunca tem fim.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Sandra dos Santos. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: MEYER, D. E; PARAÍSO, M. A. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Florianópolis: Mazza, 2014. p. 173-194.
- BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018. 162 p.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. n. 19. Campinas. jan/fev/mar/abr. 2002. p. 20-28. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>> Acesso em: 20, set. 2018.
- CAMPOS, R. C; SILVA, K. A. T. **Gênero e empoderamento: um estudo sobre mulheres gerentes nas Universidades**. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_EOR269.pdf> Acesso em: 27, mar. 2018.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Disponível em: <<http://latitudeslatinas.com/download/artigos/enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero.pdf>> Acesso em: 20, out. 2018.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Revista Estudos Avançados. v. 17, n. 49. São Paulo. set/dez, 2003. p. 117-132.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa; RABAY, Glória. Usos e Incompreensões do Conceito de Gênero no Discurso Educacional do Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 119 – 136, jan-abr de 2015. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/37466/28761>> Acesso em 16 de maio de 2018.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GANDRA, Alana. **IBGE: Mulheres ganham menos que homens mesmo sendo maioria com ensino superior**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/ibge-mulheres-ganham-menos-que-homens-mesmo-sendo-maioria-com-ensino-superior>> Acesso em: 30, set. 2018.
- GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/247561/mod_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf> Acesso em: 20, out. 2018.
- GONZALES, Z.K.; GUARESCHI, N.M.F. O protagonismo social e o governo de jovens. **Revista latinoamericana de ciencias sociales, niñez y juventud**. Manizales, v. 7, n. 1, p. 37-57, 2009. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/35215469.pdf>> Acesso em: 09, set. 2018.
- IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf> Acesso em: 30, set. 2018.
- INSTITUTO AVON. Disponível em: <[http://dev-institutoavon.adttemp.com.br/uploads/media/1523997913813-pesquisa%20instituto%20avon_2015%20\(universidade\).pdf](http://dev-institutoavon.adttemp.com.br/uploads/media/1523997913813-pesquisa%20instituto%20avon_2015%20(universidade).pdf)> Acesso em: 07, out. 2018.
- KILOMBA, Grada. “The Mask”. In: **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag. 2. Auflage, 2010. [tradução] disponível em: <<file:///C:/Users/W8.1/Downloads/115286-Texto%20do%20artigo-210398-1-10-20160510.pdf>> Acesso em: 09, set. 2018.

- KILOMBA, Grada. **Quem pode falar?** [tradução] disponível em: <<http://www.pretaenerd.com.br/2016/01/traducao-quem-pode-falar-grada-kilomba.html?m=1>> Acesso em: 13, set. 2018.
- LIMA, Marcia. **Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras.** Revista Estudos Feministas. v. 3, n. 2. 1995. p. 489-495.
- LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela.** Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. São Paulo: Vozes, 1997.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: _____. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. ed. 3. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. p. 07-34.
- LOVATO, A; YIRULA, C. P; FRANZIM, R. **Protagonismo:** A potência de ação da comunidade escolar. ed. 1. São Paulo: Ashoka, 2017.
- MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L; NECKEL, J. F; GOELLNER, S. V. **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003. p. 9-27.
- MOREIRA, N. C; FERREIRA, M. A. M; LIMA, A. A. T. F C. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. **RAP.** v. 46, n. 2. mar/abr. 2012. p. 403-423.
- ONU MULHERES. **Princípios de empoderamento das mulheres.** Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_ONU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf> Acesso em: 16, maio. 2018.
- PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, D. E; PARAÍSO, M. A. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação.** Florianópolis: Mazza, 2014. p. 23-45.
- PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. ed. 2. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- REICHMANN, Rebecca. Mulher negra brasileira: um retrato. **Revista Estudos Feministas.** v. 3, n. 2. 1995. p. 496-505.
- SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade.** v. 15, n. 2, p. 72-99.1990.
- TEIXEIRA, Juliana Cristina; RAMPAZO, Adriana da Silva Vinholi. Assédio sexual no acadêmico da Administração: o que os lábios não dizem, o coração não sente? **Revista de Estudos organizacionais e sociedade.** v. 4, n. 11. Belo Horizonte. dez. 2017.
- URPIA, A. M. O; SAMPAIO, S. M. R. **Mães e universitárias:** transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, S. M. R., org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 145-168.
- VASCONCELOS, M. F. F. SEFFNER, F. A pedagogia das políticas públicas de saúde: norma e fricções de gênero na feitura de corpos. **Cadernos Pagu.** Campinas, v., n. 44, p. 261-297. 2015.
- VASCONCELOS, M. F. F; CARDOSO, L. R; FÉLIX, J. Por uma educação obscena a desfocar nossos corpos de hipo mulheres. **Educação em Revista.** n. 34. Belo Horizonte. mar/jul. 2018. p. 1-20.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa **“POR MIM, POR ELA, POR TODAS”: MULHERES EMPODERADAS NO CURSO DE PEDAGOGIA?”**.

Declaro ser esclarecida e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho **POR MIM, POR ELA, POR TODAS”: MULHERES EMPODERADAS NO CURSO DE PEDAGOGIA?** terá como objetivo geral **conhecer e refletir sobre os processos de empoderamento contemporâneos protagonizados por mulheres graduandas de Pedagogia da UFPB que possuem atuação político-social no campo dos direitos.**

À voluntária só caberá a autorização para responder as questões levantadas na **ENTREVISTA PARTICIPATIVA** e não haverá nenhum risco ou desconforto à voluntária.

- À pesquisadora caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial, revelando os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
- A voluntária poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para a mesma.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade das participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro às participantes voluntárias deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros à voluntária e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.
- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, a participante poderá contatar a equipe científica no número **(083) 98805-2386** com **THAYANNE GUILHERME CALIXTO**.
- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com a pesquisadora, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.
- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura da pesquisadora responsável

Assinatura da Participante

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Caracterização:

1. Idade:
2. Estado civil:
3. orientação sexual:
4. raça/cor:
5. Movimento(s) do(s) qual(is) participa:
6. Você trabalha? Se sim, em que? Se não, por quê?

Gênero e empoderamento de mulheres

1. Você considera homens e mulheres como diferentes? Se sim, em que consistem essas diferenças? Se não, por quê?
2. Você concorda que homens e mulheres ocupam posições sociais desiguais? Exponha o que você pensa sobre isso.
3. O que você conhece sobre gênero? Você acha importante que esse tema seja abordado? Fale um pouco sobre isso.
4. O que é empoderamento pra você? Você se considera uma mulher empoderada? Como você vive esse empoderamento no seu dia-a-dia?
5. Diante das suas práticas diárias e dos postos que assume, você se considera uma mulher feminista?

Protagonismo

1. Nos grupos ou coletivos, você acha importante que existam lideranças?
2. Você se considera uma liderança (ou protagonista)?
3. Quais foram as causas que te levaram a se envolver com o ativismo ou posto de liderança? Quando e como você se viu nesse local?
4. Antes de ingressar no curso de Pedagogia, você participava de algum movimento? Qual? Fale sobre essa experiência.
5. Você acha que ao assumir locais e postos de liderança as pessoas te respeitam mais? Dentro desses espaços em que você atua, suas opiniões e/ou sugestões são bem aceitas por todas as pessoas, sobretudo, os homens? Comente...

Protagonismo dentro do curso

1. O curso de Pedagogia contribuiu para a sua visão sobre os direitos das mulheres? Se sim, de que forma?
2. Você acha que o curso de Pedagogia contribui para o empoderamento feminino? Fale mais sobre isso...
3. Você acha que integrar um movimento/coletivo contribui na sua formação no curso de Pedagogia? Como você vê essa relação?
4. Em seu curso, você já passou por situações em que precisou se impor para ser ouvida ou ter seus direitos garantidos? Você associa essa situação ao fato de ser mulher?
5. Sua experiência em coletivos te impulsiona a ajudar outras pessoas, sobretudo, mulheres? E isso se estende ao curso de Pedagogia?